

Diário do Legislativo de 14/03/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB / PPS / PTB / PSC / PHS / PMN)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Ademir Lucas (PSDB), Ana Maria Resende (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Corrêa

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Adalclever Lopes

Vice-Líder: Gilberto Abramo

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PV:

Líder: Deputado Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder: Deputado Rômulo Veneroso

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Dimas Fabiano

Vice-Líder: Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Wander Borges

Vice-Líder: Chico Uejo

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes:

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio (PSDB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro PFL Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico PSB
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo PSB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente
Magalhães

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Wander PSB
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor PSB
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito PFL
Alves

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento
Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo PFL
Valadares

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BSD Presidente
Brandão

Deputado Dimas PP Vice-Presidente
Fabiano

Deputado Antônio BSD
Genaro

Deputada Maria PFL
Lúcia

Deputada PV
Rosângela Reis

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Ruy Muniz PFL

Deputado Hely PV
Tarquínio

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio PV Presidente
Malheiros

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider BSD
Moreira

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy PFL
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos PFL
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró PSB Presidente
Marra

Deputada Maria PFL Vice-Presidente
Lúcia

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander PSB
Borges

Deputado Ruy Muniz PFL

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro PFL Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
Andrada de

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús

Filho

Deputado PDT
Sebastião
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos PFL
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado PSB
Wander Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Agostinho PV
Patrús Filho

Deputado Deiró Marra PSB

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo PFL
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro PFL
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio PFL
Carlos Arantes

Deputado Chico PSB
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves PFL

Deputado Deiró Marra PSB

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado PP
Vanderlei Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy PFL
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor PSB

Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro PFL
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo PSB

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 8h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues PDT Presidente

Deputado Cesar Paulo PDT Vice-Presidente

Deputado Malheiros Délio PV

Deputado Adalclever Lopes PMDB

Deputado Leonardo Moreira PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Helvécio Sebastião PDT

Deputado Veneroso Rômulo PV

Deputado Leite Luiz Tadeu PMDB

Deputado Jayro Lessa PFL

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis PV Presidente

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio PFL
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia PFL

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PFL Presidente
Gustavo Valadares

Deputado PSB Vice-Presidente
Juninho Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Chico Uejo PSB

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 6/3/2007

Às 11 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Juninho Araújo, Gil Pereira e Paulo Guedes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Juninho Araújo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gil Pereira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Delvito Alves, em que solicita seja realizada audiência pública, na cidade de Unai, para discutir processo de

pavimentação das rodovias de acesso aos Municípios de Cabeceira Grande, Chapada Gaúcha, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Riachinho, Santa Fé de Minas, Uruana de Minas e Urucuia, bem como discutir o Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações de Minas Gerais (Minas Comunica); da Deputada Cecília Ferramenta e do Deputado Juninho Araújo, em que solicitam seja realizada audiência pública, com o objetivo de debater a viabilidade e a importância da pavimentação asfáltica da Rodovia MG-760, entre os Municípios de Timóteo e São José do Goiabal; dos Deputados Carlos Magno de Moura Soares (2), em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Participação Popular, na cidade de Virgolândia, para discutir cronograma de pavimentação asfáltica das estradas que ligam o Município de Peçanha aos de Coroaci, Virgolândia, Nacip Raydan e Marilac; e seja encaminhado ao Secretário de Transportes e ao Diretor-Geral do DER-MG, pedido para que se providencie a construção de uma passarela, a instalação de redutores de velocidade e melhorias na sinalização da via LMG-808, no Município de Contagem; Dalmo Ribeiro Silva (2), em que solicita sejam realizadas audiências públicas para discutir a situação dos trechos de rodovias federais que interligam o Circuito das Águas, no Sul de Minas, especialmente a da BR-460; a implantação da tecnologia de TV Digital no Brasil e as ações necessárias ao aproveitamento do potencial tecnológico do Estado, especialmente o oferecido pelo "Vale da Eletrônica", no Sul de Minas; Vanderlei Jangrossi e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicitam seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Assuntos Municipais, na cidade de Itajubá, para discutir a construção do aeroporto de Itajubá; Gil Pereira e Paulo Guedes, em que solicitam seja formulado apelo ao Governador, ao Secretário de Transportes e ao Diretor-Geral do DER, para que se providencie a pavimentação asfáltica da estrada de acesso do Município de Pintópolis às cidades de Urucuia e Arinos; e Gil Pereira, em que solicita seja agendada visita desta Comissão ao Ministro das Comunicações, para obter informações sobre a TV digital a ser instalada no Brasil. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de março de 2007.

Gustavo Valadares, Presidente - Juninho Araújo - Gláucia Brandão.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 14/3/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para lançamento da II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres e homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.374/2006, do Governador do Estado, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.084, de 15/5/73, e autoriza a criação de empresas subsidiárias da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 3, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 4, que apresentou, e a Subemenda nº 1, que apresentou, à Emenda nº 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 3, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 4, da Comissão de Administração Pública, e com a Subemenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, à Emenda nº 2, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 3, que apresenta, e das Emendas nºs 5, 7 e 15, e pela rejeição dos Substitutivos nºs 1 e 2, e das Emendas nºs 6, 8 a 14 e 16. No decorrer da discussão foram apresentadas ao projeto as Emendas nºs 17 a 29. Designado relator em Plenário, o Deputado Lafayette de Andrada solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.593, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas - IEF - a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 14/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 10 e 13/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 14/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h30min do dia 14/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 3.815/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 22/2007, do Deputado Ivair Nogueira; 42 e 43/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h15min do dia 14/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 14/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 14/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16h30min do dia 14/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2 a 7/2007, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 14/3/2007 destinada à realização do ciclo de debates "A participação da mulher nos espaços de poder".

Palácio da Inconfidência, 13 de março de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 14/3/2007, destinada I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 17.593, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas-IEF- a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; e do Projeto de Lei nº 3.374/2006, do Governador do Estado, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.084, de 15/5/73, e autoriza a criação de empresas subsidiárias da Companhia de Saneamento de Minas Gerais-Copasa-MG-; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de março de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/3/2007, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 34/2007, da Deputada Elisa Costa; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de março de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 10/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em causa visa a dar denominação a escola estadual localizada no Município de Raposos.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 10/2007 pretende denominar de Helena Vieira Gonçalves a escola estadual localizada na Rua Herval Silva, nº 1.300, no Município de Raposos.

Tal nome foi indicado pelo colegiado da Escola Estadual do Bairro Matadouro, em reunião realizada em 3/10/2006, que homologou, por unanimidade dos votos dos seus membros, a denominação para a referida unidade de ensino.

Cidadã exemplar, a homenageada prestou relevantes serviços à população de Raposos. Foi professora, Diretora e secretária em diversos educandários do Município, participando de reflexões e estudos sobre a educação. Dedicou-se, também, a obras filantrópicas e movimentos religiosos junto à comunidade. Assim, angariou o respeito e a admiração da população local.

Portando, ajuizamos oportuno e merecido que se lhe preste a pretendida honraria.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 10/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 13 de março de 2007.

Maria Lúcia, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 13/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De iniciativa do Governador do Estado, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar a denominação de Escola Estadual Célia Pereira Mendes à escola estadual localizada no Município de Santana do Manhuaçu.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Vem agora a matéria a esta Comissão, para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 13/2007 visa a denominar a escola estadual que funciona na Praça da Matriz nº 45, Centro, em Santana do Manhuaçu, como Escola Estadual Célia Pereira Mendes. Sua proposta vem ao encontro de uma solicitação do colegiado desse estabelecimento de ensino, o qual, de forma unânime, homologou o nome da antiga professora e Diretora para denominá-lo.

Célia Pereira Mendes nasceu em Caputira, mas concluiu o Curso Normal em Manhuaçu, onde se fixou com a família. Iniciou sua carreira na própria escola, como professora substituta de uma das classes do primário. Em 1956, ensinou na Escola Antônio Wellerson, e, em 1960, se transferiu para a Escola Monsenhor Gonzalez, dedicando-se, como voluntária, ao ensino para adultos. No ano de 1970, casada, é transferida para Santana do Manhuaçu, onde, em 1972, é designada para prestar serviços junto à Comissão Municipal do Mobral.

Após concluir o Curso de Pedagogia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caratinga, participa em Belo Horizonte do Curso de Atualização de Diretores de Escolas de 1º Grau do Interior do Estado. Depois da qualificação, torna-se Diretora da Escola Estadual de Santana do Manhuaçu.

Foi uma Diretora de escola diferente, criativa; coordenava atividades extracurriculares e participava de todos os eventos em que estavam presentes os seus auxiliares, mesmo os mais humildes.

Desaparece em maio de 1994, deixando um exemplo a ser seguido. A homenagem que se lhe pretende prestar é um pequeno tributo a essa mestra e dirigente, que cumpriu sua missão com ética e dedicação.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 13/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 12 de março de 2007.

Dimas Fabiano, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 25/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Ivair Nogueira, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Creche Amália Franco - CAF -, com sede no Município de Betim.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 25/2007 pretende declarar de utilidade pública a Creche Amália Franco, fundada em 2000, tendo como principal objetivo prestar assistência a crianças de 4 meses a 5 anos de idade e adolescentes, residentes no Município de Betim.

Para atingir suas metas, proporciona-lhes educação, assistência médica e alimentação para que tenham condição de participar de atividades esportivas, culturais e de lazer.

Objetiva, inclusive, a preparação dos adolescentes para o mercado de trabalho, ampliando seus conhecimentos e habilidades por meio de programas educacionais e cursos profissionalizantes.

Dessa maneira, disponibiliza para os assistidos um ambiente saudável, visando melhorar suas condições de vida e bem-estar.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 25/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 13 de março de 2007.

Domingos Sávio, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 69/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Guedes, o Projeto de Lei nº 69/2007, decorrente do desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.810/2006, visa declarar de utilidade pública a Associação do Desenvolvimento Urbano de Lontra - Adul -, com sede no Município de Lontra.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 69/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Urbano de Lontra, fundada em 2003, que tem por finalidade precípua a melhoria da qualidade de vida da população desse Município.

Para alcançar suas metas, implementa ações nas áreas da saúde, da educação, da cultura, do esporte e do lazer, combate a fome e a pobreza, facilita a inserção de seus associados no mercado de trabalho, desenvolve atividades de preservação do meio ambiente, promove a habilitação de portadores de deficiência, executa serviços de radiodifusão comunitária e celebra convênios com instituições públicas e entidades privadas para subsidiar suas iniciativas.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 69/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 13 de março de 2007.

Elisa Costa, relatora.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 7/3/2007

O Deputado Juninho Araújo* - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e colaboradores da TV Assembléia.

É com enorme prazer que ocupo, pela primeira vez, esta tribuna para falar ao povo mineiro. Início, Sr. Presidente, agradecendo a forma como fomos recebidos nesta Casa pelos Deputados que aqui já se encontravam, pelos colegas, pelos funcionários e pela diretoria tão competente desta Casa. Foi uma maneira que nos deixou à vontade para iniciar nossos trabalhos. Hoje, convivendo de perto com os senhores e senhoras, tenho a tranquilidade em afirmar que o povo mineiro soube escolher seus representantes. E é para essas pessoas que acreditaram em nós, em nossas propostas, que vamos dedicar nosso empenho na Assembléia para que, com nosso trabalho conjunto, representemos bem Minas Gerais, Minas de Aleijadinho, Minas de JK, Minas de Tancredo Neves, Minas de Tiradentes, Minas de todos nós.

Estou muito feliz em poder participar desse time de pessoas que querem o melhor para o nosso Estado. Vivemos, aqui dentro, uma verdadeira aula de democracia, convivemos com as diferenças; cada qual com sua opinião, seu partido político, suas convicções, num lugar onde sempre impera o respeito e a democracia. E democracia significa exatamente isso: conviver com as diferenças.

Quero agradecer também aos meus companheiros de bancada no PSB: Deputados Wander Borges, Deiró Marra, Chico Uejo e Doutor Rinaldo. Nossa bancada quer servir a Minas e ao Brasil. Para isso, não mediremos esforços.

Sr. Presidente, além dessa mensagem de agradecimento, venho, como Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, manifestar meu apoio e solidariedade a todos os parlamentares que pediram soluções para nossas estradas, federais ou estaduais, pois não importa se pertencem ao governo federal ou ao estadual. O que precisamos são medidas urgentes que venham a resolver definitivamente os graves problemas que enfrentamos hoje nas estradas que servem Minas Gerais.

A coisa anda tão feia que, aqui bem pertinho de nós, está acontecendo uma coisa absurda: as obras do trevo de Santa Luzia na BR-262, na saída de Belo Horizonte para João Monlevade. Essa obra, que está atrasada, tem trazido um enorme prejuízo a motoristas e demais pessoas que por ela passam. Os engarrafamentos chegam a durar mais de 3 horas, dependendo do dia e do horário.

Para os motoristas sobram o desperdício de combustível, veículos que enguiçam por falta de refrigeração, desgaste de peças como embreagem e freio, risco de assaltos, acidentes, além de perdas incalculáveis. Por que essa obra está atrasada? Porque alguém achou melhor, não sei por qual motivo, colocar o Exército para executá-la. Agora pergunto: será que o Exército Brasileiro tem competência para tal? Será que vai haver economia nos gastos dessa obra?

No sábado de carnaval, senti na pele todos esses problemas, pois saí de Belo Horizonte com minha família, com destino a minha cidade natal, Dionísio, às 15 horas. Quando eram 18 horas, estava passando pelo referido trevo. Gastei 3 horas num trecho em que, normalmente, gastaria no máximo 10 minutos. Como explicar?

Acho que o Exército Brasileiro deveria estar vigiando as fronteiras do Brasil e impedindo a entrada de drogas e armas. Acredito que todos gostaríamos de ver o Exército nas ruas protegendo os cidadãos de bem; quem sabe, se tivéssemos o Exército ajudando na segurança dos pontos mais violentos do Brasil, não teria ocorrido aquela verdadeira tragédia com uma criança de apenas 6 anos de idade, o João Hélio, no Rio de Janeiro, que foi vítima de um crime bárbaro.

Por que o Exército não pode ser usado para policiar, mas pode ser usado para fazer estradas? Esta semana, quando passava pelo trevo de Santa Luzia, na BR-262, vi cinco Soldados do Exército colocando uma placa de sinalização na rodovia: serviço de um homem sendo feito por cinco Soldados. Isso envergonha qualquer pessoa direita. É o nosso dinheiro sendo usado sem nenhum critério e sem nenhum controle.

Aliás, querer saber onde nosso dinheiro é empregado parece crime neste país. Na minha região, temos a Rodovia MG-760, estrada importante que liga duas regiões produtivas do nosso Estado, o Vale do Aço à Zona da Mata. Essa estrada de suma importância para o Estado e para o País é uma promessa de anos que ainda não saiu do papel.

Eu nasci em Dionísio, cidade que será beneficiada com essa obra, e, desde pequeno, aprendi que ir para Timóteo e Ipatinga na época de chuva era preparar-se para enfrentar 60km de barro e de estrada ruim e com buracos. E olhem que estamos falando de uma estrada que liga o rico Vale do Aço - Ipatinga, Timóteo e Coronel Fabriciano - à Zona da Mata - Ponte Nova, Viçosa e Juiz de Fora - e os litorais do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Sou radialista e, por duas vezes, assisti à assinatura de convênios para o asfaltamento dessa estrada. Dizem até que no mapa ela já consta como asfaltada, mas a verdade é bem diferente. Falo dessa estrada por experiência própria, pois não foram poucas as vezes em que ficamos horas e horas empurrando carro atolado no barro, e outras noites dormindo atolados, na espera de ajuda.

Aliás, algumas coisas me intrigam. Havia uma estrada que ligava Ipatinga a Belo Horizonte, mas por que, na hora de asfaltar, foi feita aquela estrada que passa por Nova Era? Não é da minha época, mas todos sabemos que, antigamente, as rotas de ônibus de Caratinga e Ipatinga a Belo Horizonte passavam por Dionísio, uma estrada de topografia plana, de paisagem bonita e que já era usada. Mas, quando veio o asfalto, veio a surpresa, pois, ao invés de asfaltar passando por Dionísio, asfaltaram passando por Nova Era. Dionísio não foi asfaltada, mas foi assaltada. Largaram uma estrada já em uso e de boa topografia, para construir uma estrada milionária entre Timóteo e Nova Era, com uma topografia de dar inveja a qualquer alpinista. Srs. Deputados, chegou a hora de fazer justiça e devolver o progresso àquela região de gente trabalhadora. Chegou a hora de terminar o que foi começado e ficou pelo meio, pois a MG-760, que liga Timóteo à BR-262, beneficia não apenas o Vale do Aço, mas todo o Estado de Minas Gerais, e envolve diretamente as cidades de Marliéria, Jaguarapu, Dionísio, São José do Goiabal e toda a Zona da Mata. Essa estrada chegou a ter sua base preparada para receber o asfalto, mas, na época, os recursos foram desviados para obras em outro Município.

Mas isso faz parte do passado, de outro governo, em que era outro o administrador. Hoje temos um Governador jovem, decidido, corajoso, determinado e de bom-senso. Tenho certeza de que o Governador Aécio Neves acolherá nosso pedido e fará justiça ao povo do Vale do Aço e da Zona da Mata e - por que não dizer? - ao povo mineiro. Vale lembrar que essa estrada dá acesso a uma das maiores riquezas da biodiversidade brasileira, o Parque Florestal do Rio Doce, uma das maiores reservas da mata atlântica, rica em plantas e animais raros, alguns selvagens, e nada mais nada menos que 42 lagoas naturais, onde a vida nasce e é preservada. Essa região tem um grande potencial turístico, que não se consegue desenvolver por falta da estrada. Estamos falando de uma região com 42 lagoas naturais, a maioria inexplorada. Uma região que pode, com o investimento do governo, ser pólo de uma rica indústria, a do turismo, a única indústria que não polui e que gera renda e divisas.

Por essas e outras razões, confio no Governador Aécio Neves e acredito que acolherá nosso pedido. Para tanto conto com apoio desta Casa, dos nobres colegas, dos Deputados da nossa região, Deputadas Cecília Ferramenta e Rosângela Reis, de nossa bancada e dos demais Deputados, que, juntos, comprarão essa briga conosco. Tenho certeza de que o governo será sensível ao nosso apelo.

Para encerrar, gostaria de antecipar nossa homenagem às nossas colegas Deputadas, funcionárias da Assembléia e todas as mulheres do nosso Estado pela passagem do Dia Internacional da Mulher, que será comemorado amanhã. Parabéns a todas as mulheres!

Obrigado, Sr. Presidente.

*- Sem revisão do orador.

A Deputada Gláucia Brandão* - Exmo. Sr. Presidente desta reunião, Deputado Doutor Viana; Sras. Deputadas e Srs. Deputados, servidores, profissionais da imprensa, telespectadores da TV Assembléia, senhoras e senhores. Inicialmente, gostaria de levar ao Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho, e a todos componentes da Mesa os nossos cumprimentos, desejando-lhes pleno sucesso na condução dos trabalhos deste Parlamento.

Parabenizo o nobre Presidente pelas diretrizes traçadas para esta Casa em seu pronunciamento de posse, voltadas para o desenvolvimento social, o aprofundamento da discussão do pacto federativo e a necessidade premente de descentralização dos recursos da União para os

Estados e Municípios, enfatizando a valorização das vocações e potencialidades das regiões mineiras com vistas ao desenvolvimento cultural, econômico, social e educacional e à geração de trabalho e renda. Aos nobres pares, que seguramente serão parceiros de muitas lutas, ideais e projetos em prol da sociedade mineira, revelamos nossa satisfação de estarmos juntos a serviço da sociedade, ainda que essa alegria esteja contida por tantas adversidades.

Permitam-me que, antes da Deputada, possa falar aqui a cidadã mineira que muito se orgulha de ser educadora e professora de Educação Física e que chegou a este Parlamento com o firme propósito de servir e contribuir com a construção de uma sociedade justa, solidária e próspera. A educação concebida como processo de formação humana possibilita às pessoas desenvolverem as habilidades e competências necessárias para resolver problemas e tomar decisões mais acertadas e, assim, gerenciar suas vidas de forma mais equilibrada. Nesse aspecto, posso afirmar sem medo de errar que o investimento na educação é o caminho mais eficiente e eficaz para melhorar a qualidade de vida do cidadão e para mudar o triste quadro de exclusão social, violência, desemprego, desesperança, que assola grande parte da nossa população. É preciso dar condições para que as pessoas superem suas limitações e desenvolvam suas potencialidades. É nosso desejo fazer frutificar nesta Casa projetos que valorizem a educação básica como um todo, tanto do ponto de vista de acesso quanto do tocante à qualidade do ensino e à valorização dos trabalhadores da educação. Iremos também ampliar a discussão com os profissionais de educação física, de esporte e lazer, com o intuito de promover ainda mais o desenvolvimento científico e pedagógico da área, voltados para a melhoria da qualidade de vida dos mineiros. Frente à Comissão de Cultura, não mediremos esforços para promover o desenvolvimento cultural, já que existe uma grande diversidade de manifestações do nosso Estado que devem ser reconhecidas, valorizadas e divulgadas.

Ao mencionar a educação, a cultura, o esporte e o lazer como direitos básicos explícitos na nossa Constituição, quero, nesta oportunidade, parabenizar o nosso Governador Aécio Neves e toda a sua equipe pelo lançamento do programa Poupança Jovem. Trata-se de um programa socioeducativo, inovador e pioneiro, que tem como principal objetivo incentivar os jovens do 1º ano do ensino médio das escolas estaduais a melhorarem seu desempenho escolar e a desenvolverem sua autonomia e responsabilidade. Os jovens que optarem pela adesão ao programa terão de assumir o compromisso de não faltar às aulas, de estudar com dedicação e de participar de atividades culturais, esportivas e de qualificação profissional durante o contraturno escolar, não podendo envolver-se com drogas ou nenhum tipo de criminalidade. O programa terá uma coordenação colegiada da Secretaria de Educação, da Sedese, da Secretaria de Esporte e Juventude, da Secretaria de Defesa Social e também do Servas, o que, no meu entender, garantirá o seu sucesso. Cerca de 5.200 jovens terão inicialmente acesso a uma poupança anual de R\$1.000,00, durante três anos, para investir no seu futuro pessoal e profissional. Em um segundo momento, esse benefício será estendido para 50 mil jovens. Essa iniciativa, de grande relevância social, sinaliza uma luz de esperança no futuro desses jovens, que merecem uma oportunidade para vencer na vida, dando passos acertados.

É com muita alegria que expresso nossos mais sinceros agradecimentos ao Governador Aécio Neves, por ter agraciado Ribeirão das Neves - cidade onde nasci, cresci, constitui minha família e hoje moro - como a primeira cidade mineira a receber tal benefício. Infelizmente Ribeirão das Neves foi selecionada por ter o IDH mais baixo da Região Metropolitana, pelos elevados índices de violência e de evasão escolar, e uma alta taxa de analfabetos funcionais.

Foram esses problemas sociais e muitos outros que nos fizeram chegar a esta Casa legislativa com o firme propósito de lutar junto aos Executivos Municipal, Estadual e Federal na tentativa de diminuir as diferenças entre as regiões mineiras, entre as pessoas, criando oportunidades iguais para todos.

Em nome do Município de Ribeirão das Neves, manifesto o meu muito-obrigado ao Governador Aécio Neves, pelo seu carinho com a nossa cidade e pelos significativos investimentos que já foram feitos, e os que ainda serão. Tenho a firme convicção de que as sementes plantadas nos 853 Municípios de Minas Gerais irão florescer e frutificar em ações, que irão, de forma efetiva, melhorar a qualidade de vida de todos os mineiros. Imbuídos desse espírito e confiantes de que estamos dando passos certos para bem servir àqueles que nos confiaram esperança de dias melhores, manteremos as portas de nosso gabinete sempre abertas a todos e a todas que queiram conosco concentrar esforços em prol de um projeto coletivo e de ampla participação popular e cidadã.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte) - Fico extremamente feliz, Deputada Gláucia Brandão, em testemunhar com muita atenção essa sua manifestação extraordinária e encantadora. A amizade que nos une é extremamente cara e de longa data. V. Exa. aqui se encontra como representante dos mineiros, de forma especial de uma cidade pela qual tenho um carinho e uma preocupação muito grandes: Ribeirão das Neves. Certamente é a cidade mais pobre e carente do Estado de Minas Gerais. E a minha luta na Assembléia Legislativa tem sido priorizar o atendimento aos Municípios mais carentes, menos favorecidos e com maiores dificuldades de sobrevivência. Ribeirão das Neves se encontra no topo dessa lista, ao lado de Santa Luzia e da minha amada terra natal, Ibirité.

Na Assembléia Legislativa, temos um projeto que visa redistribuir o ICMS, para atender e priorizar sobretudo as cidades com esse perfil. E o Governador Aécio Neves, mais uma vez, demonstra, de forma muito acentuada, por que é o melhor Governador da nossa Federação. Implanta um projeto ousado, extraordinário, inédito, de grande alcance social e, ao mesmo tempo, demonstra eficácia no direcionamento dos recursos quando escolhe a cidade de Ribeirão das Neves. Porque ela precisa, é carente, é pobre e quase não conta com recursos financeiros para atender à sua grande demanda.

Parabéns Deputada, pelo seu brilho na Assembléia Legislativa; parabéns ao Governador Aécio Neves. Esperamos que esse programa possa ser implementado em Ibirité e nas outras cidades. Primeiramente nessas cidades, seguindo o norte conduzido pelo nosso Governador Aécio Neves, de priorizar e atender, em primeiro lugar, as cidades mais pobres. Que V. Exa. continue aqui, com essa voz e esse brilhantismo, defendendo Ribeirão das Neves e, com muita galhardia, a nossa querida Minas Gerais. Que Deus a abençoe nessa nova caminhada de sua vida.

O Deputado João Leite (em aparte) - Acompanhei seu pronunciamento e estava ansioso para ouvi-la, por tudo que nos liga. Sua família está ligada à minha família, que, por sua vez, está ligada à história de Ribeirão das Neves. Você e seus irmãos, que trabalham por aquela cidade, deixaram lá uma marca. Seu marido, que também passou por esta Casa, igualmente trabalhou por Ribeirão das Neves de forma marcante. Em especial, queria lembrar sua história como professora e doutora. Sua folha de serviço prestado à educação neste Estado e em nosso País, na UFMG, na Escola de Educação Física, explica minha ansiedade por sua presença nesta Casa. O esporte mineiro encontra em V. Exa. forte aliada nesta Assembléia Legislativa, onde há a Frente Parlamentar do Esporte, da qual agora a senhora faz parte.

Estou muito animado em virtude de seu conhecimento. Pelo início de sua fala, percebi a importância que dá ao esporte como indispensável ao desenvolvimento social de Minas. Esta Assembléia e este Estado passam a contar com uma doutora nessa matéria. Seja muito bem-vinda. Estaremos juntos nessa luta, sob seu comando. Parabéns.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Deputada Gláucia Brandão, companheira e irmã de fé, meu coração alegrou-se muito quando, ao analisar o resultado das eleições, vi seu nome entre o dos eleitos. Sem que V. Exa. soubesse ou ouvisse isso diretamente de mim, torcia pela sua eleição. Creio que, com a bagagem e a experiência que tem, trará para este Parlamento contribuição muito grande, enriquecerá esta Casa e, com toda certeza, enobrecerá a presença da mulher no Parlamento mineiro. Ribeirão das Neves está bem representada. Sem dúvida, a contribuição que V. Exa. dará, o que já começou a fazer, ao Município de Ribeirão das Neves, fará com que essa cidade, vizinha de Belo Horizonte, deixe de ocupar as manchetes como cidade violenta e pobre. Em função de seu trabalho, haverá significativa mudança na história desse Município, que não mais será visto como violento e miserável ou como cidade-presídio, mas como cidade-modelo, que produzirá e contribuirá para o crescimento da nossa Região Metropolitana.

Por esse motivo, expresso aqui essas minhas palavras. Creio que V. Exa. não conseguirá, no tempo regimental de que dispõe, concluir sua fala porque outros Deputados não de aparteá-la, o que é um bom sinal.

Finalizando, para dar a outros companheiros a oportunidade de se pronunciarem, gostaria de dizer que fico muito feliz e honrado em dividir este Parlamento com V. Exa., que tem fortes compromissos e certos princípios, que por nada serão negociados, pois estão baseados em uma convicção.

Certamente essa nova experiência e a caminhada de V. Exa. neste Parlamento contribuirão de forma significativa, em todos os sentidos, para o crescimento e o engrandecimento de nosso Estado, especialmente da nossa população de Ribeirão das Neves. Parabéns.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Querida Deputada Gláucia Brandão, também não poderia deixar de aparteá-la. Parabênizos-a por suas palavras e expresso minha grande admiração por V. Exa.

V. Exa., assim como eu, está estreando nesta Casa, mas, apesar disso, já se destaca. Como disse Rubem Alves, a política é a mais nobre das vocações.

Adriana, minha esposa, foi sua aluna na Escola de Educação Física, onde V. Exa. conta com elevado conceito, além da admiração dos colegas e dos alunos. Ademais, minha esposa teve a honra de tê-la como paraninfa.

Apesar da linda frase de Rubem Alves, com certeza nenhuma profissão possibilita mais a interação e a percepção da sensibilidade das pessoas que a de professora. Desejo que, nos próximos quatro anos, V. Exa. seja uma estrela cuja luz brilhe neste Parlamento para todo o povo mineiro. Parabéns.

A Deputada Gláucia Brandão* - Agradeço ao Deputado Eros Biondini, bem como a todos os companheiros. Estou aqui para, juntos, construirmos uma sociedade mineira mais forte, mais justa e mais digna.

Gostaria de falar de outros aspectos, porém, apenas farei alguns agradecimentos. Agradeço a Deus, que é o Senhor de todas as coisas e a tudo provê, permitir-me viver este momento. Obrigada, Senhor, pela força e coragem que nos tem dado para enfrentar os desafios e as perdas que a vida nos impõe. Agradeço a todas as pessoas que nos acompanham nas lutas políticas, especialmente as que nos confiaram a oportunidade de servi-las; à minha família e à família do Eduardo, especialmente aos meus filhos Rafael e Rebeca, que estão aprendendo a compreender a soberania de Deus e a suportar tantas dificuldades; ao PPS, que me recebeu e me deu o suporte necessário para chegar até aqui; aos nobres colegas e aos servidores desta Casa, que nos receberam de braços abertos, de maneira carinhosa. Obrigada por tudo o que fizeram em prol do meu amado marido Eduardo, força constante de quem herdei esse legado e a quem homenageio com esse mandato. O fruto que colhemos hoje é semente fértil por ele plantada e regada com muito trabalho, dedicação e amor à causa pública. Reafirmo nesta tribuna meu compromisso de servir a Deus e ao próximo com amor, ética e muito trabalho. Nosso desejo maior é cumprir um mandato abençoado, verdadeiramente vocacionado para as reais necessidades do povo mineiro. Obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Externo à Deputada Gláucia Brandão nossas manifestações de boas-vindas. Desejo-lhe muito êxito em sua caminhada.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Inácio Franco - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pela primeira vez assomo a esta tribuna. Em primeiro lugar, agradeço a Deus; em segundo lugar, aos meus 51.411 eleitores, que me confiaram o voto nas últimas eleições, bem como ao povo mineiro. Quero, nesta Casa, junto aos demais parlamentares, votar projetos do interesse de Minas Gerais.

Sr. Presidente, reitero o pedido feito pelo Deputado Fábio Avelar, qual seja retirar o projeto da Copasa do regime de urgência, a fim de que possamos estudá-lo.

Parece-me que esse projeto chegou à Casa em junho de 2006 e não foi votado na legislatura passada. Retirá-lo do regime de urgência seria uma forma de o governo respeitar os 31 novos Deputados, que precisam conhecê-lo melhor para votar com consciência.

Inicialmente, pelo projeto, a Copasa cria três subsidiárias; uma para atender os Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus e cidades que tenham o IDH baixo. É louvável que o Governador queira melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem em regiões pobres e precisam de investimentos.

É fundamental que a Copasa nas cidades em que já tenha concessões, como minha cidade de Pará de Minas, onde está há 27 anos e faltam três anos para o término da concessão, nelas invista. Até hoje não temos uma estação de tratamento de esgoto, mas a Copasa cobra esse serviço da população. A Copasa precisa realizar obras, principalmente nas cidades em que já tem a exploração dos serviços. Os Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus precisam ser atendidos, mas é muito importante que a Copasa realize obras como estação de tratamento de esgoto em cidades em que ela já tem concessão, mas ainda não criou esse serviço.

Outra subsidiária que se pretende criar é para o projeto de irrigação do Jaíba. Em Minas Gerais temos não apenas esse projeto, mas também o Projeto Entre-Ribeiros (Paracatu), o Projeto Campos, importantes para a agricultura do nosso Estado. Peço que o governo retire o regime de urgência para que possamos entendê-lo.

Do meu ponto de vista, projetos como os de irrigação de área para agricultura deveriam ser da competência da Secretaria de Agropecuária. Temos de entender melhor o projeto.

Outro projeto cria uma subsidiária para a exploração de água mineral nas estâncias hidrominerais. Nas últimas eleições houve muitas críticas do PT ao governo Fernando Henrique Cardoso em relação às privatizações. Do meu ponto de vista, é obrigação da União, dos Estados e dos Municípios olhar os serviços essenciais, melhorar as áreas da saúde, da educação, a infra-estrutura urbana. Mas não é função da União, dos Estados ou dos Municípios prestar serviços que possam ser terceirizados. Como exemplo, a Embraer, que fabricava aviões, a Usiminas e a Açominas, que fabricavam aço. Esses setores foram privatizados e agora dão superávit. Antes, essas empresas eram usadas até como cabides de emprego.

Um dos projetos cria uma subsidiária para explorar o serviço de água mineral. Essa área deve ser privatizada porque não é função do governo criar novas empresas para exercer funções que não são essenciais. A Copasa, sim, cuida da água e do esgoto, que são essenciais. Quanto à água mineral, deve ser um serviço terceirizado, prestado por uma empresa particular.

Sr. Presidente, gostaria de que o Líder do Governo, que está presente, como um dos 31 novos Deputados, solicitasse ao Governador a retirada do regime de urgência para a votação da matéria. Esse projeto chegou aqui em junho de 2006, na legislatura passada, mas não foi votado.

Em respeito aos novos Deputados, esperamos contar com a presença do Presidente da Copasa nesta Casa para discutirmos esse projeto. Dessa forma, poderemos votar com a consciência tranqüila, pois esse projeto realmente é bom para o Estado. O projeto não deve ser submetido a votação sem termos certeza de que é correto. Após conversar com diversos Deputados, senti que nenhum deles tem realmente certeza disso e, às vezes, votam simplesmente para agradar. Todavia, o correto seria entender o projeto.

O Deputado Tiago Ulisses (em aparte)* - Tive a oportunidade de conviver com o Deputado Inácio Franco, grande companheiro do PV, desde as primeiras reuniões do partido, durante a pré-campanha. Estivemos juntos na campanha do Governador Aécio Neves.

Registro minha alegria em vê-lo na Assembléia, trazendo sua bagagem e sua experiência como Prefeito de Pará de Minas por dois mandatos. Nosso companheiro do PV conhece bem as dificuldades do Oeste mineiro e, aos poucos, tem sido lembrado pelo Governador Aécio Neves e até mesmo pelo Presidente da República em razão da duplicação da 262. Este Deputado, a Deputada Rosângela Reis, o Líder Agostinho Patrús Filho, o Vice-Líder, Deputado Rômulo Veneroso, e o Deputado Délio Malheiros temos imensa alegria em tê-lo como companheiro de bancada, pois sua experiência norteará nosso trabalho, quer seja no desenvolvimento sustentável, parte do estatuto do nosso programa, quer seja na defesa do meio ambiente. Contamos com a experiência de V. Exa. como administrador público para os grandes debates que serão realizados.

O Deputado Inácio Franco - Agradeço ao Deputado Tiago Ulisses o aparte. Como V. Exa. falou, somos da base do Governador Aécio Neves e sabemos da importância de estar à frente do Poder Executivo e do trabalho que está sendo feito pelo Governador. Isso pode ser comprovado pela maioria dos votos obtidos na reeleição. Ele tem lançado projetos importantes, melhorando a qualidade de vida das pessoas daquelas regiões. Esse programa do Fundomaq é fantástico, e ontem foram distribuídas muitas máquinas para os Municípios. Depois de um período chuvoso, isso melhorará as estradas rurais e as estradas vicinais.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Prezado amigo, Deputado Inácio Franco, parabeno V. Exa. e registro minha satisfação em tê-lo como colega, pois já somos companheiros de lutas políticas e acompanhamos o seu brilhante trabalho à frente da Prefeitura de Pará de Minas. Somos companheiros da mesma região, do Centro-Oeste mineiro, e estaremos lado a lado, unidos, para buscar o desenvolvimento da nossa região e de todo o Estado de Minas Gerais. Esteja certo de que a Assembléia ganhará muito com a sua presença, com a sua experiência, com a sua envergadura moral de homem público, digno e, acima de tudo, com uma história de dedicação às causas públicas, as quais admiro e respeito.

Concordo plenamente com V. Exa. com o fato de que precisamos aprofundar o debate. Sua contribuição, bem como a dos demais pares que chegaram a esta Casa, é muito proveitosa e enriquecerá e melhorará o projeto, e não apenas o Projeto nº 3.374/2006, que trata da questão da Copasa, como também outros que estão tramitando.

Penso naquelas milhares de pessoas que ainda não têm acesso ao saneamento básico, à água e ao esgoto tratado, e tenho a certeza de que esse também é o seu sentimento. Assim como existe o ditado "quem tem fome tem pressa", quem tem sede e precisa de boa qualidade de vida também tem pressa.

É verdade que esse projeto chegou a esta Casa no primeiro semestre do ano passado e tramitou por um ano.

De acordo com a experiência que adquiri neste Plenário, existem matérias que nunca vão ser votadas por unanimidade. Assim, é preciso evoluir para um consenso, para a formação de uma maioria, e partir para a sua implementação, sempre buscando aperfeiçoá-lo, porém, respeitando as minorias. Além disso, faz-se necessário que se resguarde no referido projeto - e estou atento a isso - o direito dos trabalhadores da Copasa, para que estes não sejam prejudicados em nada. Estou seguro de que não o serão. Também é importante que os serviços prestados hoje às diversas cidades onde a Copasa está instalada não sejam prejudicados.

O propósito do projeto, desde o primeiro momento, é garantir a possibilidade de essas comunidades que não têm acesso à água tratada virem a tê-lo, e a um custo mais barato, e também possibilitar um melhor tratamento para a questão da irrigação no Jaíba.

São causas extremamente nobres e elevadas, que nos unem sem nenhuma questão partidária. Pela confiança que temos no Governador Aécio Neves, elas deverão ser bem conduzidas, até porque o Governador já deu provas disso no primeiro mandato. Tenho certeza de que V. Exa. vai nos ajudar a aprimorar o projeto. Vamos votá-lo para não correr o risco de demorar mais um ano. O tempo voa, e, se não o votarmos agora, daqui a pouco, talvez não haja tempo nem de implementar as ações que necessitam ser implementadas ao longo do mandato. Primeiro se vota, em seguida cria-se uma concessionária para, depois, executar os projetos dessa concessionária, o que vai levar muito tempo.

Agradeço-lhe muito o aparte. Mais uma vez, reitero a minha alegria em tê-lo aqui conosco.

O Deputado Inácio Franco - Na revista "Veja", do dia 28 de fevereiro, saiu publicada uma matéria intitulada "Vergonha Nacional".

O Supremo Tribunal Federal está querendo anular cerca de 10 mil processos de improbidade administrativa contra políticos. Realmente esse arquivamento é uma vergonha nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Espero que o Governador nos conceda mais esse prazo, retirando o referido projeto do regime de urgência a fim de que possamos estudá-lo mais.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Cecília Ferramenta* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãs e cidadãos que nos acompanham pela TV Assembléia, boa-tarde. Gostaria de iniciar agradecendo a cada eleitor e a cada eleitora de Minas Gerais a confiança em mim depositada, uma vez que esta é a primeira vez que faço uso da palavra nesta ilustre Casa após a minha reeleição como Deputada Estadual.

Aqui estamos, iniciando o segundo mandato na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com a disposição redobrada de trabalhar em prol do povo mineiro e na defesa dos interesses da sociedade.

Estamos às vésperas do Dia Internacional da Mulher, e amanhã estarei, na minha região, comemorando o nosso dia com as minhas companheiras do Vale do Aço. Estaremos nas cidades de Ipatinga, Santana do Paraíso, Timóteo e Coronel Fabriciano, participando de uma série de atividades em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Em razão da agenda de amanhã, antecipo a minha homenagem a todas as mulheres: mães, avós, filhas, esposas, tias e irmãs.

Mulheres que são fonte de vida, de acolhimento, de nutrição e solidariedade; mulheres que são guerreiras em todas as frentes, seja em casa, no trabalho ou em qualquer lugar que necessite de um olhar feminino.

O nosso mandato tem apoiado, em todo o Estado, a organização das mulheres, seja em associações ou em grupos. Apoiamos diversos grupos, como o Movimento de Mulheres de Ipatinga, de cuja criação me orgulho de fazer parte e que hoje é referência no Vale do Aço. Atualmente, esse movimento congrega mais de 40 grupos de mulheres que atuam em diversos bairros da cidade, fazendo trabalhos que garantem a complementação da renda e a perpetuação da cultura do bordado e do artesanato, além de todas as discussões referentes à questão da mulher, como a violência e a saúde.

Parabéns a todas nós, mulheres, que ainda temos de matar um leão todo dia para comprovar que somos dignas dos espaços que ocupamos na sociedade. Com nossa determinação e sensibilidade, ajudamos a transformar o mundo num lugar mais justo e fraterno.

Precisamos lembrar aqui que o dia 8 de março é uma data marcada historicamente pelas lutas do movimento das mulheres. Temos de aproveitar este momento em que o mundo todo se volta para as causas femininas para refletir sobre a atual condição da mulher em Minas Gerais e também no Brasil e pensar em como poderiam ser melhoradas as premissas de igualdade e oportunidade para homens e mulheres. Mas um só dia é pouco para refletir sobre todos os problemas enfrentados por nós, mulheres, para superar as desigualdades e vencer os desafios que nos são impostos diariamente.

São muitos os temas que permeiam o universo feminino, e eu acredito que eles devem ter o merecido espaço aqui, na Assembléia, que é a Casa do povo e, portanto, também da mulher mineira. Pensando nisso, além da tradicional cerimônia de homenagem, teremos vários debates com o foco na mulher, com total apoio do Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, e a participação de entidades ligadas ao movimento das mulheres.

Alguns temas não se esgotam em apenas uma audiência pública ou um debate, como é o caso da saúde da mulher, que abrange também os direitos sexuais e reprodutivos. Esse assunto, a meu ver, é um dos que devem ser debatidos a todo momento. Pensando nisso, estou propondo a criação da Frente Parlamentar de Defesa e Promoção da Saúde da Mulher, que terá como objetivo principal a concentração de esforços na melhoria das condições de vida e saúde, de maneira que possamos construir uma política que dê assistência integral à mulher em todas as fases da vida, respeitando as necessidades e características de cada uma dessas fases. Diminuir as taxas de mortalidade materna e prevenir doenças sexualmente transmissíveis, o câncer de mama e o de colo de útero são necessidades urgentes, que devem ser assumidas como prioridades de todos. Já estou colhendo as assinaturas dos Deputados e Deputadas para a criação dessa Frente, isenta de interesses partidários, mas a favor da saúde da mulher. Conto com o apoio e a participação das demais Deputadas e também dos nossos colegas Deputados.

A atuação das Deputadas, em parceria com as entidades ligadas à mulher, tem gerado bons frutos. Exemplo disso foi a implantação da Coordenadoria da Mulher, estabelecida recentemente pela Lei Delegada nº 120, sobre a qual conversaremos hoje, às 16 horas, com o Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, Custódio Antônio de Mattos. A proposta da criação de um órgão dentro do governo do Estado para coordenar políticas públicas para as mulheres em Minas Gerais foi apresentada dentro do Fórum Técnico "Políticas Públicas para as Mulheres - Força para Avançar", realizado pela Assembléia no final do ano passado.

Para finalizar, gostaria de dizer que é com entusiasmo que inicio este novo mandato. Para mim é sempre um privilégio continuar trabalhando e defendendo aquilo em que acredito. Homens e mulheres que apoiaram o nosso trabalho na legislatura anterior e depositaram confiança em mim para representá-los nesta Casa podem ter certeza de que, da minha parte, não faltarão coragem e fé para cumprir o nosso papel como Deputada Estadual de Minas Gerais.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Companheira Cecília Ferramenta, parabênize V. Exa. por antecipar o Dia das Mulheres, que, além de ser tão importante, significa dia de luta. Hoje mesmo foi um dia de luta das mulheres da Via Campesina. Não se trata de um protesto, mas, sim, de um destaque. Essa mesma mulher que traz, gera e garante vida tem a sensibilidade de perceber os conflitos do cotidiano. Hoje, mais de 300 mulheres ocuparam a Mina Capão Xavier, a MBR, a fim de gritar para Belo Horizonte e toda a região que os homens, as mulheres, as crianças e os jovens dependem dos mananciais. Aliás, 8% do abastecimento de água da Capital... Havia mulheres de toda a região de Minas Gerais dizendo que a vida é importante e que não basta apenas gerá-la; é preciso garantir qualidade de vida. Então, foi uma maneira que as mulheres da Via Campesina encontraram para prestar uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Desde anteontem elas estão reunidas no Mineirinho.

Deputada Cecília Ferramenta, quando todos tivermos a consciência de que a figura da mulher é a que mais nos traz a imagem de Deus, embora a cultura machista sempre o tenha como pai... É justamente a mulher quem mais faz lembrar a presença de Deus, não só no ato de gerar vida - aliás, é Deus quem a garante -, mas também na sensibilidade para perceber o outro e as necessidades do outro, sobretudo aquele mais carente. A mulher-mãe tem a sensibilidade de perceber o filho doente. Para aquele que mais precisa de carinho e atenção, ela é capaz de viver dia e noite de plantão, às vezes acordada, a fim de garantir-lhe saúde e vida. Portanto, a maior homenagem que podemos prestar a todas as mulheres é trazer essa imagem de identificação com o divino.

Deputada Cecília Ferramenta, os meus parabéns a V. Exa. se estendem a todas as mulheres.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Deputada Cecília Ferramenta, gostaria de parabenizá-la pelo pronunciamento. Estamos muito felizes por V. Exa. ser membro da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, sem dúvida nenhuma, uma das mais importantes desta Casa. É muito bom manter esse contato direto com os Prefeitos, os Vereadores, a sociedade organizada e os movimentos sociais.

A criação da Frente Parlamentar de Defesa e Promoção da Saúde da Mulher é fundamental. V. Exa. pode ter certeza de que contará com o nosso apoio. Louvo a sua iniciativa. É justo que esta Casa ponha à disposição um Consultor para acompanhar os trabalhos da Comissão. Estamos à disposição. Parabênize V. Exa. pelo empenho na Casa e na Comissão.

A Deputada Cecília Ferramenta* - Deputado Weliton Prado, muito obrigada. Agradeço a cada Deputada e Deputado terem ouvido as nossas palavras. Gostaria de reafirmar, pedindo apoio para a Frente Parlamentar de Defesa e Promoção da Saúde da Mulher, que tenho certeza de que os nossos colegas Deputados e Deputadas lutarão conosco em defesa das mulheres e da nossa sociedade. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos e cidadãs que nos acompanham pelas galerias e pela TV Assembléia, gostaria, inicialmente, antes de expor a mensagem que me trouxe a esta tribuna, de cumprimentar a Deputada Cecília Ferramenta pelo seu belo pronunciamento e unir-me também a V. Exa. em homenagem às mulheres, em reconhecimento ao valor das nossas colegas

parlamentares e da importância da presença da mulher em todas as atividades, de modo especial na vida pública.

Reconheço que, infelizmente, ainda é necessário que tenhamos uma semana internacional, um dia internacional da mulher. Digo "infelizmente" porque o que gostaríamos é que já vivêssemos num mundo em que o respeito, o tratamento digno, a valorização da mulher fossem tão plenos que não houvesse de maneira alguma qualquer razão para distinguir, no convívio da sociedade, os gêneros humanos, a não ser pela sua própria natureza. Aí, sim, são distinções em que teremos eternamente razões para louvar o Grande Arquiteto do Universo, que na sua sabedoria nos fez homens e mulheres, complementando-nos e possibilitando-nos uma vida harmoniosa.

Infelizmente, além da beleza, da sensibilidade e de todos os valores que já são decantados, que por si só já são maravilhosos, ainda temos muito de lutar para que possamos enxergar também na mulher a competência, a seriedade, a bravura, a capacidade de nos ajudar na transformação da sociedade, como vocês têm feito. Com certeza, quanto mais companheiras, amigas, batalhadoras como a Cecília e tantas outras que há aqui, unirem-se a nós, homens, e nós, homens, tivermos a humildade, o respeito de compreendê-las e valorizá-las, para que atuem na vida pública e em todas e quaisquer atividades humanas, poderemos ter um mundo melhor. Até lá, vamos comemorar o Dia Internacional da Mulher, a semana internacional e fazer desse momento um despertar para sabermos louvar a presença de vocês entre nós.

Gostaria, Sr. Presidente, de dirigir-me aos nobres colegas, aos meus, se me permitam dizer, amigos e amigas parlamentares, neste primeiro pronunciamento desta legislatura. Desta tribuna já tive a felicidade de apartear vários colegas, de manifestar-me em alguns debates e também nas comissões. Hoje, usando pela primeira vez a tribuna, em primeiro lugar agradeço aos diversos colegas não só do PSDB, mas também dos demais partidos terem-me distinguido com a possibilidade de atuar como Líder da Maioria.

Gostaria de dizer a cada um que tenho absoluta compreensão de que essa missão generosa da parte de vocês deve ser desempenhada, acima de tudo, reportando-me a cada colega, ouvindo muito mais do que falando, tentando ser um elemento de entendimento e de busca da coesão, da busca incessante do entendimento, para que possamos, não apenas a Maioria, como também a Minoria, desempenhar democrática e respeitosa o nosso trabalho a bem do povo mineiro.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputado Domingos Sávio, gostaria de registrar aqui que a designação de V. Exa. como Líder da Maioria não teve outra característica senão o reconhecimento dos méritos de V. Exa. por seu diligente trabalho como legislador na última legislatura.

Honrosamente falando como seu liderado, quero aqui manifestar que a base governista nesta Casa tem em V. Exa. as melhores referências e, sobretudo, está convicta e confiante de que exercerá um espetacular trabalho à frente da Liderança da Maioria. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio* - Agradeço a generosidade, generosidade esta que tem uma história secular da família Andrada, que agora continua seu trabalho em prol do povo mineiro e brasileiro na pessoa do já experiente e jovem Deputado Lafayette de Andrada. Agradeço-lhe muito e, naturalmente, a todos os colegas que assim entenderam, dando-me essa oportunidade e essa responsabilidade nova.

Sr. Presidente, inicio reafirmando alguns compromissos. Primeiro, expressei meu entendimento de que a atividade política, que hoje é algo que faz parte de minha vida em tempo absolutamente integral, deve ser vivenciada de forma plena e prazerosa, com orgulho de ser político e com disposição permanente de combater os desmandos e persistir nos caminhos da integridade e seriedade. Para isso, é preciso termos uma organização interior intelectual e espiritual.

Reafirmo algo que disse há quatro anos sobre meu compromisso, que costumo dizer ser minha missão dentro do projeto de vida parlamentar e que pode ser resumido em palavras muito simples e objetivas: trabalhar para melhorar a qualidade de vida dos mineiros. Para isso, temos de ter a compreensão de que não se faz absolutamente nada sozinho. Hoje, com mais maturidade que no primeiro mandato, compreendo que é fundamental podermos interagir com os colegas e as colegas parlamentares, com o próprio governo, com as diversas instâncias do poder, com o Judiciário, sempre com a clareza de nossa missão: trabalhar para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Como fazê-lo? Atentando para alguns valores dos quais não abro mão. Em primeiro lugar, há aqueles que são inerentes à formação do ser humano e que, às vezes, principalmente em atividades espinhosas como a política, precisam ser constantemente destacados, apesar de serem uma obrigação do indivíduo. Diria que o primeiro deles, em especial na vida pública, é a honestidade, que deve vir aliada a um comportamento de transparência, ou seja, não deve haver nenhum constrangimento em debater todos os temas: qual o salário que ganhamos, como é nossa vida do ponto de vista público. A vida pública deve ser transparente para termos absoluta liberdade de defender nossas idéias, somar com nossos pares, ter um comportamento de lealdade, pois, sem ela, não consigo imaginar a trajetória política.

É fundamental a lealdade, como também é fundamental que esse comportamento seja democrático. Não podemos ter a arrogância de achar que a verdade é propriedade de um partido ou, muito menos, de um indivíduo. O comportamento democrático nos possibilita a evolução, Deputada Maria Lúcia, e, com certeza, o respeito à lei e aos compromissos assumidos.

Nós, políticos, vivemos permanentemente uma relação com a sociedade, a estabelecer compromissos, e a lei que nós mesmos elaboramos deve ser algo sagrado para nós. É inaceitável que um homem público não saiba a importância de respeitar a lei em tempos em que ela tem sido destroçada, principalmente no campo da segurança.

Poderia enveredar ainda por esses valores, mas limito-me a dizer que a ética, no dia-a-dia da convivência parlamentar, saberá fazer-nos encontrar os outros pilares de sustentação de um projeto sério, capaz de cumprir o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Podemos usar mil palavras bonitas, mas, enfim, queremos isso: melhorar as condições de vida de cada um dos mineiros.

A Deputada Maria Lúcia (em aparte)* - Deputado Domingos Sávio, falando em transparência, em lealdade e em cumprimento de leis, peço aparte para homenagear todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, que comemoraremos amanhã.

Falo para todas as mulheres, independente de cor, raça ou credo religioso; para todas as mulheres da Assembléia Legislativa, as nossas companheiras Deputadas, do nosso compromisso como mulheres perante essa transformação que o mundo clama a nós. Falo principalmente pela nossa firmeza em cumprir essa transparência de que V. Exa. falou com tanto altruísmo e com tanta dignidade.

Parabéns a todas as mulheres, jovens, idosas, mulheres batalhadoras e guerreiras. Qual mulher não é guerreira? Nós, que somos mães, avós e que temos companheiros no nosso dia-a-dia, cumprimos com nossos compromissos de mulher e, acima de tudo, ainda temos o compromisso com a nossa nação, com o nosso Estado, com os nossos Municípios. Parabenizo as mulheres guerreiras e as jovens que ainda estão iniciando a sua vida. Estas precisam entender que elas são importantes; que as famílias não preparem as suas filhas para simplesmente cumprirem o que a história determina: serem somente esposas, mães e cuidarem dos lares. Isso tudo é ser mulher, mas ela tem de estar inserida, principalmente, na política do nosso país, do nosso Estado e dos nossos Municípios.

Parabéns, mulheres brasileiras e mineiras! E, por que não, parabéns aos homens, por terem mulheres em suas vidas, como as mães, esposas e

filhas, que tanto dignificam a vida de cada um de vocês, homens. O dia não é só internacional da mulher, é também o dia dos homens. Não podemos separar os dois sexos que fazem a grandeza do mundo, a grandeza dos nossos atos e a grandeza da transparência na nossa vida. Que Deus abençoe todas as mulheres e todos os homens que entendem a participação da mulher nos dias de hoje. Muito obrigada.

O Deputado Domingos Sávio* - Eu é que agradeço a brilhante intervenção da Deputada.

Dando seqüência à linha de raciocínio que desenvolvíamos quanto ao nosso propósito neste segundo mandato, Sr. Presidente, mencionarei algumas questões que já abordamos com os colegas e que consideramos essenciais. Hoje mesmo, ao lado do Deputado Ademir Lucas, que nos apoiou e nos incentivou, e dos demais membros da Comissão de Administração Pública, aprovamos um requerimento dirigido ao Desembargador Orlando Adão de Carvalho, solicitando que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais encaminhe, de imediato, ou desarquite o Projeto de Lei nº 86/2006, que dá uma nova estrutura ao Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. Trata-se da possibilidade de criar novas varas, atendendo melhor a diversas comarcas - em algumas situações, até criar comarcas ou adequar algumas que já existem -, e de promover a condição de entrância especial em cidades como Divinópolis, Sete Lagoas e outras que possuem um volume de serviço que justifique serem emancipadas à condição de entrância especial, dando melhor tratamento jurisdicional àquela população. É um projeto de extrema importância, que não pode vir a esta Casa no fim do ano; tem de vir agora, pois, com certeza, todos os parlamentares se interessarão por ele. Trata-se de um projeto que diz respeito à vida de todos os mineiros, a realidade da Justiça em todo o Estado. Faço um apelo ao Desembargador Orlando Carvalho: que encaminhe ou desarquite o projeto que tramitou e que estava apto para votação no final do ano passado, ou então que encaminhe um novo projeto imediatamente.

Ainda apresentamos, Sr. Presidente, dois requerimentos propondo a criação da comissão permanente de turismo, esporte e lazer, sem nenhum prejuízo da importância da atual Comissão.

Disse, inclusive, aos membros do PMDB que não via nenhuma dificuldade em esse grande partido, que muito respeito, presidir a Comissão. Hoje o turismo é tratado na Comissão de Indústria e Comércio. O Deputado Inácio Franco já até questionou o porquê dessa junção de matérias tão importantes.

Entendo, então, que é hora de a Assembléia criar uma comissão específica para o turismo. Espero, na próxima oportunidade, falar mais sobre o turismo no Lago de Furnas, em Capitólio, onde estive e pude ver o belíssimo trabalho feito pelo Prefeito, que fez o carnaval dar lucro para os cofres municipais e para os cidadãos que se envolvem numa promoção em que o turismo leva milhares de pessoas a uma pequena cidade mineira; logo, deve ser tratado como a possibilidade de gerar emprego e renda.

Da mesma forma, a Comissão de Minas e Energia. O Estado da mineração, o Estado gerador de energia não trata esse assunto como prioridade na Assembléia. Temos outros assuntos, mas nosso tempo já se esgotou. Em outra oportunidade, irei aprofundar-me em por que propor a criação dessas comissões, que, com certeza, darão mais força ao Legislativo para atuar em matérias tão relevantes ao povo mineiro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, prezados telespectadores da TV Assembléia. Estamos aqui para discutir, em turno único, o projeto de lei do governo que autoriza a criação de subsidiárias da Copasa. Esse projeto tem sido tema polêmico, objeto de acaloradas discussões desde que chegou a esta Casa, no segundo semestre do ano passado. As acaloradas discussões justificam-se pela importância e magnitude do projeto, sobretudo pela preocupação dos pares em preservar a Copasa.

Fui testemunha do trabalho do Deputado Fábio Avelar, preocupado com os servidores da Copasa, assim como estão preocupados os Deputados do PT, o Deputado Carlin Moura, do PCdoB, a Deputada Elisa Costa, enfim, os Deputados de todas as bancadas. A preocupação é grande. De modo geral, temos ouvido dos companheiros que é necessário aprofundar a discussão e não aprovar esse projeto de afogadilho.

Gostaria de dar alguns esclarecimentos que, em um primeiro momento, podem parecer contraditórios, como se marchássemos contra a correnteza. Mas é necessário aprovar esse projeto com a máxima urgência, e direi por que, sem nenhum viés ideológico. Aconteceu um fato novo, superveniente. O projeto veio a esta Casa no ano passado, mas, em janeiro deste ano, o governo federal sancionou uma lei que trata do saneamento público, à qual todos os Estados e a Copasa terão que submeter-se. A Lei Federal nº 11.445, de janeiro de 2007, dispõe sobre as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Eis aí a importância de aprovarmos o projeto.

O projeto de lei do governo autoriza a Copasa a criar três subsidiárias: uma que cuidará do Circuito das Águas - Cambuquira, Lambari e região -; outra que cuidará da questão da irrigação do Projeto Jaíba; e uma terceira, que se ocupará dos Municípios dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus e dos Municípios cujo IDH seja inferior à média do Estado. Esse é o tema do projeto.

Foi dito - e vou falar que estão equivocados os que pensam assim - que a subsidiária destinada a tomar conta dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri será a Copasa pobre, pois ficará com a parte "podre", que não dá retorno financeiro, e a Copasa tradicional, a "rica", estaria sendo preparada para a privatização. Ouvi esse argumento aqui por várias vezes.

Ocorre que isso não pode acontecer, por duas razões, que são enfáticas e colocam termo nessa discussão. Primeiro, uma pretensa privatização da Copasa, segundo nossa Constituição mineira, necessita de aprovação da Assembléia Legislativa e tem de ser submetida a referendo popular.

Mais importante do que isso é a recente lei federal do saneamento. Essa lei determina que o serviço de saneamento é de caráter público. Não se pode privatizar serviço de caráter público. Não se pode privatizar o SUS. Então, o próprio governo federal, ao sancionar essa lei em janeiro, acabou com essa dúvida. Aqueles que tinham medo de uma possível privatização da Copasa não precisam ter mais, acabou. O serviço de saneamento é serviço público. Isso está muito claro em vários momentos na lei: "Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios...". Sempre se fala em serviço público de saneamento.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Deputado Lafayette de Andrada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria de fazer uma breve intervenção para dizer que, a meu juízo, há uma interpretação de certa forma maldosa quando se fala da divisão da Copasa. Há uma distância enorme entre dividir e criar subsidiárias. Subsidiária não é um fato novo na política nacional. O Banco do Brasil tem subsidiárias.

O Deputado Lafayette de Andrada - A Petrobras também tem subsidiárias.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - A Petrobras também. No Banco do Brasil há o Centro de Processamento de Dados - Cepro -, e a Cobra Tecnologia, tristemente famosa em alguns episódios anteriores e, recentemente, em alguns lugares, recebeu concessões sem licitação e as transferiu a terceiros. Mas o Banco do Brasil tem subsidiárias, portanto o fato de se criarem subsidiárias não é novidade, não se está dividindo a Copasa. Nós, mineiros, deveríamos orgulhar-nos do crescimento da Copasa. Sua saúde financeira é de tal ordem que permite a criação dessas subsidiárias.

Especificamente em relação à subsidiária para cuidar das regiões mais carentes do Estado - Jequitinhonha, Norte de Minas e Mucuri -, quero fazer algumas considerações. Primeiramente, não são novidade as políticas compensatórias, que ajudam as regiões mais pobres. Darei dois exemplos de políticas compensatórias na nossa Região Metropolitana. A tarifa de transporte coletivo é um exemplo. Os que moram no Centro de Belo Horizonte pagam tarifa maior para compensar a periferia pobre, onde mora a maioria da população.

O Deputado Lafayette de Andrada - Eles chamam a isso subsídio cruzado.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Subsídio cruzado. Caso contrário, teríamos a impraticabilidade, impossível a pessoa sair da periferia, de um bairro pobre de qualquer cidade da Grande BH para vir ao Centro de Belo Horizonte, tamanho o valor que seria essa tarifa. Por isso, é uma questão de certa forma "robin-hoodiana", quem tem mais paga para quem tem menos.

Então a população de Belo Horizonte, que geralmente está na área mais interna da Av. do Contorno, paga uma tarifa maior para ajudar a periferia. Caso contrário, guetos seriam criados em toda a nossa Capital, e ninguém poderia transitar, tal o preço da passagem das cidades da Grande BH e de alguns bairros periféricos. Não é novidade essa questão da política compensatória, para ajudar. É um dos casos que citei.

Outro caso que poderíamos citar é a própria Lei Robin Hood, criada pelo Governador Eduardo Azeredo, em que várias das grandes cidades abriram mão dos recursos de ICMS, ou de parte deles, para ajudar cidades com menor poder financeiro. Isso é uma coisa natural.

Relativamente a essa discussão, ressalvados os direitos dos funcionários e as questões de paridade salarial, não estou conseguindo apreender - talvez eu seja menos inteligente que os outros - onde está essa reação a fazer uma subsidiária para as regiões mais pobres do Estado. Não sei se há gente que vive dessa pobreza e que não quer que o Jequitinhonha melhore porque o povo mais pobre pode ser mais dominado, nem quer que haja promoção dessas áreas mais pobres do Estado. Existe gente que vive da pobreza e não quer que a situação melhore porque tem que existir pobre para haver discurso. Então não sei se há essa questão da política perversa, de manter o pobre para ser explorado. É um absurdo ficar contra um projeto que colocará esgoto em uma cidade. Ficamos vendo as dificuldades das pessoas tomando aquelas águas salobras, que não são prestáveis. Com uma água da Copasa, com cloro, tratada, quantas doenças podem ser evitadas! Não se colocar esgoto nessas cidades... Vamos reagir a isso! É claro que há muita gente de boa-fé, muita gente inocente, mas muita gente não quer coisa nenhuma a promoção e a melhoria da vida no Vale do Jequitinhonha. As pessoas têm que permanecer pobres para serem dominadas e exploradas. Isso é muito perverso. Estou vendo um pouco isso. Vejo também o preconceito contra o Governador Aécio Neves e o seu governo, o primeiro que teve essa preocupação com o saneamento básico. Quando se investe mais no saneamento básico, no tratamento de esgoto, muita gente deixa de adoecer e, muitas vezes, o investimento em saúde até decresce. É muito melhor não adoecer. A prevenção é muito melhor. Lembro-me, Deputado, de quando eu era Prefeito, fui ao Bairro Morada Nova, onde iniciáramos - como foi iniciado - um convênio com a Copasa, assinado na nossa gestão, de canalização de córregos e fundos de vale para lançar as obras de canalização da Av. Dois. Um cidadão me procurou e falou da importância da iniciativa. Lá havia posto médico, remédio, mas, com aquela sabedoria popular, ele me disse: "De que adianta eu ir ao posto médico, ter médico e remédio se chego em casa e adoço de novo porque moro na beira do córrego?". Quantas doenças podem ser evitadas com uma coisa tão importante como tratamento de esgoto! E existe essa discussão tão acalorada.

Estou dizendo claramente que não estou discutindo se há pressa, menos pressa ou mais pressa. Não estou discutindo a questão diferença salarial até porque não me aprofundi no assunto. Estou discutindo a visão de verdadeiro estadista do Governador Aécio Neves, pois entendo que estadista é o que enxerga além do seu tempo. A pessoa que governa para o agora não é estadista. Estadista é o que vai além do seu tempo, e o seu trabalho se desdobra para além do seu tempo.

O Governador Aécio Neves está verdadeiramente preocupado com a promoção social, com a melhoria na base, com o saneamento básico, com esgoto e água tratada para uma região reconhecidamente pobre como o Vale do Jequitinhonha. Por outro lado, percebo que há quem fique contra tudo isso, o que já passa um pouco do limite de contrapor-se a uma iniciativa do Governador. Há uma política perversa de manter o pobre pobre. A pior das políticas é deixar o povo pobre para ser explorado.

Deixo essas ponderações para que V. Exa. se debruce sobre elas em seu pronunciamento.

O Deputado Lafayette de Andrada - Agradeço o aparte do eminente Deputado Ademir Lucas, homem de grande experiência na vida pública, ex-Prefeito, ex-Deputado Federal, ex-Deputado Estadual, que presta grande contribuição ao nosso Parlamento.

Sr. Presidente, continuando a tratar da privatização, para espantar, de uma vez por todas, qualquer desconfiança duma possível ou pretensa privatização da Copasa, lerei aqui apenas o art. 16 da lei federal do saneamento, aprovada pelo Presidente Lula, que diz o seguinte: "A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico será realizada por: I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual, do Distrito Federal ou municipal...".

Então, não há possibilidade de vingar essa desconfiança, não há que falar que o desejo, na verdade, é a privatização da Copasa. Isso não existe. A lei federal prevê a possibilidade de concessão de serviço público, o que é muito diferente de se privatizar a Copasa. Já está plenamente demonstrado que não é possível essa privatização. Assim, esse medo não existe mais.

Falarei agora sobre a importância de aprovarmos, com a máxima urgência, esse projeto porque a própria lei federal, sancionada em janeiro deste ano, determina que "a prestação regionalizada de serviço público de saneamento será caracterizada por: I - um único prestador de serviços para vários Municípios, contíguos ou não; II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive da sua remuneração".

Essa é a grande questão. Ao se criar uma subsidiária que tratará especificamente dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, serão praticados preços relativos àquela região. Pela lei federal aprovada, a Copasa, como está hoje, se servir àquelas regiões, será obrigada a cobrar lá as tarifas incidentes em Belo Horizonte. É uma obrigação. Ou a Copasa cria essa subsidiária lá ou terá que cobrar, no Jequitinhonha, o mesmo preço da tarifa de Belo Horizonte. A lei federal determina essa exigência.

Agora, pelo contrário, temos de marchar contra o tempo, criar rapidamente a subsidiária, para não penalizarmos o povo do Vale do Jequitinhonha. Essa é a grande verdade. Até a edição dessa lei federal, em janeiro, a discussão fazia sentido. Todavia, agora não. No momento, o governo federal determinou que a empresa que servir a mais de um Município terá de cobrar a mesma tarifa em todos eles. Ou se cria a subsidiária ou estaremos cometendo uma extrema injustiça com o povo dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Essa é a grande necessidade.

A própria lei do governo federal, sancionada em janeiro, determina, em seu art. 2º, que o serviço público de saneamento deve adotar métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais.

Darei um exemplo, lógico, mitológico. Não existe, mas vamos dizer que foi inventada uma bomba de sucção de água movida a energia nuclear. Certamente não utilizaremos essa bomba no Vale do Jequitinhonha em razão do preço, do seu custo. Teremos de utilizar lá técnicas compatíveis com a realidade local, segundo a lei.

Então, hoje a lei determina isso, e temos de respeitá-la. Se não votarmos esse projeto, penalizaremos os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e o Norte de Minas.

Ademais, de acordo com a lei federal, os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base em alguns princípios, entre eles cito: a utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas. Ou seja, o grande medo que existia antes agora se tornou necessidade.

Então, Sr. Presidente, ocupo a tribuna para trazer esse subsídio. Na verdade, alguns Deputados pretendiam estender a discussão, porém trago a premência de votarmos a matéria o mais rápido possível, a fim de não se penalizar o povo do Norte, do Nordeste de Minas.

Sr. Presidente, o projeto de lei, na forma original trazida ao Plenário, cria três subsidiárias: a do Circuito das Águas, a do Jaíba e a dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus e Norte de Minas. Todavia, seu art. 3º contém um item, no meu entendimento, temerário, cuja prevalência ou não deve ser estudada pelo governo. De acordo com o referido item, fica a Copasa autorizada a criar empresa subsidiária integral, com atribuição de planejar, projetar, executar, ampliar os serviços públicos de abastecimento de água e esgoto sanitário, em localidades das regiões dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri, do São Mateus, do Norte de Minas e em outras regiões com IDH abaixo da média do Estado.

A média de IDH do Estado é alta. O nosso IDH é 0,773. Mais de 600 Municípios de Minas Gerais têm IDH inferior à média do Estado. Se criarmos uma subsidiária para cuidar dos Municípios, cujo IDH seja menor que o do Estado, criaremos uma subsidiária para cuidar de Minas Gerais inteira. Nesse caso, jogaremos por terra todos os princípios da lei federal. Portanto, Sr. Presidente, a título de contribuição, deveríamos suprimir a questão do IDH do projeto de lei, mesmo porque se trata de um índice móvel e não fixo.

Quando falamos em um Município que faz parte da região do Jequitinhonha, sabemos que, para o resto da vida, tal Município estará situado no referido Vale. Todavia, quando falamos em um Município que tem IDH menor que o de Minas Gerais, sabemos que, futuramente, o IDH poderá crescer. Destarte, a subsidiária estará nesse Município, mas, de acordo com a lei, a subsidiária destina-se ao Município cujo IDH seja menor que o do Estado. Então, se o Município elevou seu IDH, a subsidiária poderá atuar lá? Ela vai ter de leiloar, vender seu patrimônio? Nesse caso, terá de haver referendo popular?

Na minha opinião, a questão do IDH é um complicador na matéria. Seria bom enxugarmos o texto e retirar o quesito IDH para a subsidiária que atenderá os Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus.

Sr. Presidente, para terminar, gostaria de verificar o art. 19 da lei federal, pois, em seu § 3º, consta que os planos de saneamento básico deverão ser compatíveis com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos. Ou seja, é mais uma razão para criarmos uma subsidiária, porque a bacia em que estão inseridas as cidades dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri são as bacias do Jequitinhonha e Mucuri. Logo, não têm as mesmas peculiaridades de um Município da bacia do Rio das Mortes, onde a Copasa atua hoje.

Então, em função da nova lei do saneamento público, aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Lula, faz-se não só oportuno mas também necessário que votemos, o quanto antes, a lei da criação das subsidiárias, sob pena de penalizarmos os habitantes dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri, do São Mateus e do Norte de Minas.

Sr. Presidente, em virtude da importância do tema, tenho certeza de que os Deputados irão estudá-lo, dando-lhe a atenção que ele merece. Mas volto a insistir em que devemos votar, o quanto antes, essa matéria, para não penalizarmos as populações mais carentes do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, ocupo esta tribuna nesta tarde para debater sobre o projeto de lei que cria as subsidiárias da Copasa. Inicialmente, gostaria de fazer algumas observações sobre o que o Deputado Ademir Lucas falou, há pouco, em aparte ao Deputado Lafayette de Andrada. Disse que não entende como pode haver pessoas que reagem contra colocar água e esgoto no Estado, que há preconceito contra o Governador Aécio Neves.

Esclareço ao Deputado Ademir Lucas que fico à vontade para ocupar a tribuna porque, com muita honra, faço parte do bloco de sustentação do governo Aécio Neves - do BSD -, porque acreditamos no trabalho do Governador Aécio Neves. Quero dizer que em momento algum tenho visto posições contrárias à criação das subsidiárias. Pelo contrário, em todo debate de que tenho tido oportunidade de participar, vejo que a iniciativa do Governador tem sido até louvada porque traz à Casa oportunidade de discutir um tema muito importante.

Tive uma experiência na Copasa por cerca de 25 anos. Entrei como estagiário, fui Diretor duas vezes e ocupei os mais diversos cargos na empresa. Tenho mostrado nesta Casa que estamos preocupados com a elucidação de algumas questões.

Quem dera eu tivesse a segurança do Deputado Lafayette de Andrada, que fez uma abordagem sobre a nova legislação com a Lei nº 11.445, que praticamente, Deputado Ademir Lucas, mudou de maneira global a gestão do saneamento básico no Brasil. Essa discussão sobre o setor vem de 20 a 30 anos. Agora, tivemos a promulgação dessa lei, que foi um avanço em alguns pontos porque, de certa maneira, regulou o setor, criou um marco regulatório.

Por outro lado, com tristeza, não deixamos de registrar que no bojo da nova legislação sentimos um enfraquecimento do papel do Estado. Isso é perigoso. Quando fizemos uma primeira abordagem sobre o projeto, alertamos que esse novo projeto facilita o processo de privatização de empresas municipais e regionais.

O tempo mostrará essa situação. Temos uma posição que vai até janeiro de 2007. Depois, veremos o que acontecerá daí para a frente. Pela minha experiência, acredito que teremos um tempo de muitas privatizações.

Outro aspecto negativo da nova legislação é o fato de continuar deixando uma dúvida e uma lacuna grande por não abordar uma questão que tem sido debatida durante todos esses anos, que é a questão da titularidade dos serviços, o que gera um problema enorme na gestão metropolitana. Essa dúvida pode trazer alguns transtornos. Trata-se, portanto, de uma legislação nova, que mudou praticamente tudo.

A partir da promulgação dessa lei, ou seja, a partir de janeiro deste ano, a Copasa não pode renovar nenhum contrato nem assinar novo contrato, pois a nova legislação não permite. Aliás, foi um assunto muito discutido porque não houve um período de transição na legislação. Ela aborda questões referentes às empresas que executavam, que prestavam seus serviços sem o contrato. Para as pessoas que tinham contrato por tempo indeterminado, a lei estabelece prazo até 2010, para que essa situação seja regularizada.

A partir de janeiro deste ano, novos contratos e renovação de contratos não podem ser realizados pela Copasa. A lei impede até que o governo do Estado crie isso. O ente regulador é uma exigência da lei e, a partir de sua criação, aí sim...

Atualmente, toda a idealização, todo o planejamento, toda a questão de projeto, de obra, de implantação de sistema, toda a parte de regulamentação, toda a parte da estruturação tarifária do serviço de água e de esgoto é feita pelas companhias estaduais ou pelas próprias Prefeituras. No caso de Minas Gerais, essa regulamentação é feita pela Copasa ou pelas próprias Prefeituras. Pela nova legislação, quem ditará essa regra é o ente regulador, que ainda não existe e que deverá ser criado pelo Estado.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Deputado Fábio Avelar, V. Exa. tem mestrado em Copasa, até porque é originário dos quadros da empresa. Evidentemente eu não teria quaisquer dúvidas em relação às boas intenções do nobre Deputado a respeito da criação dessa subsidiária, que atenderá as regiões mais pobres do Estado. V. Exa., que é de carreira da empresa, conhece sobejamente essas questões que envolvem concessões e sabe o que foi dito pelo Deputado Lafayette de Andrada a respeito desse assunto. Daí a minha perplexidade.

Pelo que foi dito, esse projeto já está aqui há quase um ano e, tirando-se essa urgência, ele ficará indefinidamente. A quem isso interessa? A Copasa não pode ser privatizada, pois tem ações da Bolsa, tem parceiros. Portanto, ela não tem decisão isolada. A Copasa, empresa criada pela Assembléia, só pode ser extinta pela Assembléia, com autorização da Assembléia. Não há risco na questão do funcionalismo, que permanecerá lá de acordo com a realidade, trabalhando, mourejando e lutando para desenvolver aquela região.

Permaneço sem entender a situação. Criar subsidiária não é algo de outro mundo. O Banco do Brasil possui subsidiárias, e elas não foram extintas pelo atual governo democrático do Presidente Lula. A Petrobras também está cheia de subsidiárias, e também o governo democrático do Presidente Lula não as extinguiu. Portanto, criar subsidiária não é crime nem erro político.

Ainda não estou conseguindo entender o porquê da procrastinação. Faz um ano que se está discutindo isso.

Ontem houve um seminário nesta Casa que durou o dia inteiro exatamente para discutir isso aqui, e agora querem que se tire a urgência para ficar sem prazo por mais três anos, quatro anos, cinco anos. A quem essa situação poderia interessar? Aos mais pobres que não têm Copasa, para continuar bebendo água salobre e tendo barriga d'água e adoecendo por causa de todas aquelas endemias? Interessa àquele povo pobre não ter esgoto e continuar pobre?

Uma cidade tem de ter água tratada e esgoto. Isso é básico. O próprio nome diz, saneamento básico. Por isso, não consegui entender a quem interessa tirar a urgência para procrastinar e para empurrar com a barriga por mais um ano, dois anos, três anos, desculpem-me a expressão. Serão mais seminários, mais debates, mais audiências públicas. A quem isso deve interessar?

Será que o problema foi apresentado, de forma bem clara, para os moradores do Jequitinhonha, para saber se eles preferem ter uma empresa que lhes forneça água tratada e se querem ter esgoto em vez de ter fossa em casa, para que não adquiram aquelas doenças mais primitivas? Será que num Estado como Minas Gerais foi perguntado isso a eles? Não me estou referindo àquelas pessoas que são manipuladas e envolvidas no oba-oba do "assembleísmo", e sim aos mais simples, para que possam optar pela água com flúor, sem barriga d'água ou qualquer outro tipo de doença. Com certeza, esse povo não iria optar por ter uma fossa malcheirosa dentro de casa, no seu quintal. Será que isso já foi perguntado ao morador de verdade, e não aos políticos que querem manter essa pobreza por lá para se beneficiar dela e manipular o povo? A pergunta deve ser feita ao povo, ao pobre, para saber se eles querem ter água tratada ou querem continuar bebendo água salobre para adoecer. São eles os legítimos interessados na questão.

Discutir privatização, criação de subsidiária e tarifa - muito bem explicada pelo Deputado Lafayette de Andrada -, tudo isso é perda de tempo. Sabemos que lá haverá uma tarifa diferenciada muito mais barata do que a da Grande BH. Da mesma forma, discutir subsídio cruzado é perda de tempo, porque isso já existe na Grande BH, no transporte coletivo e na Lei Robin Hood, que melhorou a vida de milhares de Municípios mineiros. É inegável dizer isso. O que vale é o espírito público em prol da melhoria dos nossos irmãos.

Deputado Fábio Avelar, ainda não entendi o interesse em procrastinar e não me referi a V. Exa. em nenhum momento, até porque o senhor se situa entre os de boa-fé. Como paralisar um projeto discutido durante um ano? Estou aqui faz um mês e ontem assisti a um seminário de um dia inteiro e aprendi muito. A quem interessa tirar a urgência para demorar mais tempo? Não consegui aprender isso ainda, portanto vou ficar até o final do pronunciamento de V. Exa., que é mestre, doutor e professor, para que eu possa compreender a quem interessa atrasar a votação desse projeto. Os pobres do Jequitinhonha, do Mucuri e do Rio Doce querem continuar bebendo água salobre e tendo aquelas fossas malcheirosas no quintal de suas casas? Era isso que gostaria de saber.

O Deputado Fábio Avelar - Agradeço o aparte de V. Exa, mas gostaria de dizer, pelo menos de minha parte, que não desejo procrastinar.

Quando apresentei a esta Casa o pedido de retirada de tramitação do regime de urgência, foi para possibilitar o maior debate possível. Digo isso porque tenho conversado com Prefeitos, Vereadores, lideranças e com colegas nossos interessados nessa situação. Tenho uma satisfação muito grande porque o interesse dos Deputados com a Copasa demonstra o apreço e o carinho que têm com essa nossa empresa.

Gostaria de dizer, do fundo do meu coração e com um orgulho muito grande, que faço parte do bloco de sustentação do governo e a intenção não é essa. Esse projeto não está há quatro anos em tramitação, e sim há um ano, pois ele é do ano de 2006.

Então, não tem quatro anos.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Eu não disse que tem quatro anos. Disse que tem um ano aqui e, se retirarem o regime de urgência, poderá ficar por tempo indefinido. Além do mais, pergunto aos Prefeitos a que V. Exa. tem-se referido: a adesão é voluntária, não é? Ou os Prefeitos são obrigados a aderir ao programa? É compulsório ou voluntário?

O Deputado Fábio Avelar - Não é obrigatório, mas acredito que cabe a nós, antes de mudarmos uma sistemática, pedir opinião às pessoas a quem o serviço será prestado. Democracia é isso.

Terminarei o meu raciocínio, porque o meu tempo pode acabar e não conseguirei expor o meu pensamento, que é interessante neste momento.

Deputado Ademir Lucas, nesse assunto da implantação da subsidiária, quando V. Exa. fala, por exemplo, a respeito do atendimento, quem não quer água tratada e esgoto? Todos nós queremos. Há um ponto fundamental, que é motivo de preocupação: a primeira impressão, ao falar da subsidiária, é que estamos levando em conta as cidades menores, mais distantes e com deficiência no abastecimento, mas, na realidade, a situação não é essa. Para o senhor ter idéia, essa subsidiária abrange cidades do porte de Teófilo Ottoni, Diamantina ou Almenara, que hoje possuem um modelo próprio - e já existe esse modelo muito bem-sucedido na Copasa. Portanto, essa subsidiária não foi criada apenas para cuidar de pequenas cidades. São 92 Municípios de pequeno, médio e grande portes, pólos regionais. Estamos falando de quase 1/5 da Copasa. Teremos quase 700 funcionários. Não se trata, assim, de uma subsidiária pequena, que pensamos existir para resolver questões pontuais do Vale do Jequitinhonha, mas de toda uma região. Por isso temos essa preocupação.

Acreditamos que, com a nova lei citada pelo ilustre colega Deputado Lafayette de Andrada, não será necessária a criação de subsidiárias, porque, quando o projeto foi apresentado e o discutimos com os técnicos do próprio governo, responsáveis por ele, as justificativas plausíveis eram: em primeiro lugar, a Copasa precisaria ter tarifas diferenciadas; em segundo lugar, o governo ou outra instituição de âmbito nacional ou internacional não poderia aplicar recursos a fundo perdido na Copasa. Esses foram os principais motivos.

Hoje, segundo a nova modalidade, a Copasa não pode fazer contratos de concessão, porque a lei a impede. Portanto, caso haja um contrato nesse sentido, ele é feito por meio do Município, se ele desejar privatizar o seu serviço, ou por meio de consórcio de Municípios que se uniram e fizeram uma licitação conjunta. Essa é a única maneira de se conceder o serviço hoje. Ao contrário, se um Município ou consórcio quiser a Copasa, seria feito um contrato com o Estado, e este, por meio da sua operadora, que é a Copasa, atuaria com seu serviço através de um contrato de programa específico. Então, esse caso de repasse de recurso a fundo perdido poderia ocorrer no ato da formalização do convênio. A Copasa ficaria de fora, porque estaria operando um contrato de programa, e essa exigência acabou.

No que se refere à questão tarifária, a Copasa justificou que não poderia haver diferenciação, que sua tarifa é única em todo o Estado. A própria lei hoje acabou com isso.

Quem define a tarifa hoje é o ente regulador, que não foi criado ainda.

Respondo ao Deputado Ademir Lucas: Não seria importante envidarmos todos os nossos esforços para implantar esse ente regulador? Além disso, ter mais tempo para adequar ou estudar essa subsidiária em conjunto com a nova legislação? São essas as preocupações que apresentamos.

Antes de conceder aparte ao Deputado Lafayette de Andrada, gostaria de dizer ao Deputado Ademir Lucas que todos nós louvamos... O setor atualmente vive um momento novo, aliás, totalmente novo. Isso é muito importante. V. Exa. não imagina as modificações que foram introduzidas na gestão do saneamento do País como um todo. Todos louvamos - aliás, eu, com grande orgulho, pois faço parte da base de sustentação do governo - o Governador Aécio Neves por ter encaminhado a esta Casa esse projeto, que, em suma, busca exatamente isto: universalizar o saneamento e levar água para as regiões mais pobres e carentes. Portanto é uma oportunidade que temos. As nossas dúvidas sobre alguns aspectos é para dar maior segurança. Além disso, para que, ao se implantar um projeto, não tenhamos dúvidas. Digo isso do fundo do meu coração. Pelos quase 30 anos que fiquei naquela Copasa, ainda precisava de alguns esclarecimentos. Na realidade, quando se diz que, por exemplo, foi criada a subsidiária, que coloquemos um aspecto bastante seguro, que proteja os funcionários. Aliás, são aproximadamente 700 funcionários, envolvendo quase 3.500 familiares. Portanto tínhamos de aprofundar mais.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Inicialmente, gostaria de louvar e parabenizar o Deputado Fábio Avelar pela sua diligência. V. Exa. é um homem que realmente se preocupa com a Copasa; aliás, tem demonstrado isso aqui inequivocamente em vários momentos das discussões. Porém só gostaria de divergir de V. Exa. em dois aspectos, com o máximo respeito. Sei que V. Exa. é um Deputado aqui respeitado.

O Deputado Fábio Avelar - Deputado Lafayette de Andrada, esse é o nosso papel, um respeito mútuo às posições e ao ângulo de visão de cada parlamentar. V. Exa. pode ficar tranquilo quanto às suas ponderações, que serão recebidas com o maior respeito.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputado Fábio Avelar, gostaria de falar modestamente sobre a minha interpretação dessa lei nova, de janeiro, que busca a universalização do acesso, ou seja, do acesso ao saneamento público semelhante ao SUS. O governo federal pretende, deseja e busca, com essa nova lei, a universalização do acesso ao saneamento básico, rede de água e de esgoto, principalmente.

Essa lei prevê, nos princípios básicos e pilares que a norteiam - aliás, é nisso que gostaria de insistir -, que a universalização do acesso, o serviço público de saneamento básico devem considerar utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções. Quer dizer, não se discute - isso é letra morta - que a capacidade de pagamento de um morador do Vale do Jequitinhonha é inferior, na sua média, ao da Grande BH, por exemplo.

O Deputado Fábio Avelar - Da periferia da Grande BH?

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Da Grande BH como um todo.

O Deputado Fábio Avelar - V. Exa. inclui aí também a periferia.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Como um todo, em média, sim.

Quería dizer, ilustre Deputado, que, se criarmos uma subsidiária da Copasa no Vale do Jequitinhonha - V. Exa. é um homem experiente e conhece a Copasa -, com independência da Companhia em relação ao seu patrimônio e aos seus custos sindicais, tenho certeza de que a subsidiária terá condições de aplicar tarifas muito menores do que a Copasa se estiver lá como um todo. Isso é óbvio; não há como discutir.

Finalmente, quero divergir da interpretação da lei. É justamente o contrário. Quanto à prestação regionalizada do serviço, a lei dispõe que "a prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico é caracterizada por: ... II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive de sua remuneração."

No meu entendimento, se a Copasa, como está hoje, estender os serviços ao Vale do Jequitinhonha, terá de aplicar lá a mesma tarifa que aplica aqui. A lei exige isso, ou seja, a uniformidade de aplicação de tarifas. Na minha modesta interpretação, acho que hoje se faz necessária a criação da subsidiária por força dessa lei. Não é nem mais por vontade do Estado nem por vontade do governo estadual. Se o governo não tivesse encaminhado para cá esse projeto de lei no ano passado, por força dessa lei de janeiro, ele teria de encaminhar hoje para não penalizar os Municípios do Vale do Jequitinhonha.

Há necessidade de votarmos com pressa. Não há dúvida: como V. Exa. é valente defensor dos interesses da Copasa e dos seus funcionários, é óbvio e evidente que queira conhecer minuciosamente o projeto, mas, no nosso entendimento, estamos perdendo tempo se ficarmos atrasando a aprovação dele. Com o nosso respeito, Deputado.

O Deputado Fábio Avelar - Agradeço-lhe a participação. Gostaria de dizer que, de maneira bastante rápida, debateu-se nesse projeto a questão de duas outras subsidiárias, a das águas minerais, e está sendo discutido em conjunto a subsidiária da irrigação do Jaíba. Relativamente à primeira, não tivemos nenhuma dúvida. Tão logo foi desmembrado, o projeto foi aprovado sem maiores problemas. Eu, particularmente, sou defensor de que a Copasa deve procurar atuar em todos os segmentos ligados a ela - e sempre tenho dito isso. Há um tópico muito importante e positivo na nova legislação: a ampliação do conceito de saneamento básico. Antigamente saneamento básico compreendia distribuição de água, tratamento de esgoto e controle de vetores. Hoje o seu objetivo foi ampliado: quando se fala em saneamento básico, temos distribuição

e tratamento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem pluvial...

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Estão incluindo também o lixo.

O Deputado Fábio Avelar - A limpeza urbana. Sou defensor disso, tanto que, no meu primeiro mandato, apresentei um projeto de lei, hoje transformado em norma jurídica, que visa exatamente ampliar os objetivos da Copasa. De acordo com o projeto, a Copasa já poderia atuar antes mesmo de ampliar o conceito de saneamento. Pela lei aprovada, ela poderia atuar em área de resíduos sólidos, em parceria com outros Estados, fora do País.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Hoje a lei prevê isso.

O Deputado Fábio Avelar - O meu projeto, transformado em norma jurídica, já autorizava a Copasa fazer isso. Sou um defensor disso, tanto que, quando discutimos a respeito da subsidiária do Jaíba, não tive dúvida do acerto do governo, porque se trata de um segmento específico, bem diferenciado. Ao lermos o projeto dessa subsidiária que está sendo criada com propostas para essa região, se analisarmos o artigo 3º, vamos verificar que é exatamente igual ao da Copasa. Não muda nada. O objetivo é o mesmo, por isso esse conflito. Se fosse numa região nova, numa área nova, isso procederia, mas estamos lidando com cidades que já têm uma administração consolidada há vários e vários anos.

O próprio representante da Copasa, que ontem fez aqui a sua apresentação, o Sr. Elias Haddad, disse que o projeto foi concluído recentemente. Embora o Deputado Ademir Lucas tenha dito que discutimos isso há vários anos, esse projeto foi concluído há pouco tempo, há menos de um mês. Aliás, ontem ele ficou de encaminhá-lo a alguns Deputados que não têm conhecimento profundo a seu respeito.

É impossível discutir o projeto da forma como ele se encontra, pois não se sabe o que se fará. Ontem o Elias disse que estão fazendo ampliações: temos sete distritos operacionais e passaremos para nove. E o distrito operacional atualmente já é uma figura da estrutura da Copasa, ou seja, consta do organograma da empresa. Quando o senhor diz que a lei permite a descentralização, lembro que a empresa já atua de maneira descentralizada, por meio de quase 30 distritos operacionais. No meu entendimento - e há posições antagônicas -, se o ente regulador a ser criado entender, nos seus estudos, que a tarifa deve ser regionalizada, diferenciada, não encontrará obstáculos na lei, pois ela não impede essa diferenciação tarifária. Aliás, trata-se de uma inovação.

Principalmente essa questão nos preocupa. Quanto às outras, não temos dúvida nenhuma. Quero deixar bem claro que está na hora de encontrarmos soluções. A iniciativa do governo de encaminhar esse projeto a esta Casa foi uma das mais nobres; o objetivo é o mais nobre possível.

Fico à vontade para falar, pois não faço oposição ao governo. Estamos aqui querendo apenas contribuir para termos condições de fazer nascer um projeto que tenha sustentabilidade, aprovação e aceitação. Entretanto não sentimos isso ainda, Deputado. Esse é o problema. Por isso estamos fazendo esse pedido. O ciclo de debates de ontem foi muito importante. Tivemos oportunidade de conhecer várias novidades.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputado Fábio Avelar, tenho algo a falar sobre a indagação, muito pertinente, de V. Exa., de que, quando o projeto foi apreciado na Comissão de Constituição e Justiça, não havia ainda a nova lei. Assim, V. Exa. entende que o projeto deve ser novamente analisado pela referida Comissão.

Faço um encaminhamento para solicitar que, mesmo sendo pertinente a indagação de V. Exa., no relatório feito em Plenário, o relator leve em consideração a nova legislação, não havendo a necessidade de o projeto ser novamente encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, mesmo porque o corpo do projeto em si é muito curto.

Deputado Fábio Avelar, volto a insistir que reconheço em V. Exa. um baluarte deste corpo legislativo e um grande defensor da Copasa. Entretanto um dos motivos que fizeram o governo encaminhar a esta Casa o projeto foi o princípio da eficiência. Como V. Exa. mesmo disse, no caso do Jaíba, uma subsidiária específica para cuidar da situação buscará eficiência no atendimento dos serviços, como acontecerá no Circuito das Águas - Lambari, Cambuquira e região -, que vive uma situação diferenciada. O princípio da eficiência deve nortear o atendimento do saneamento básico lá. Da mesma forma, acho que o governo tem um carinho especial com os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, considerando a sua situação específica, merecedora de tratamento específico, até mesmo para privilegiar os moradores daquela região. Agradeço o aparte, Deputado.

O Deputado Fábio Avelar - É uma pena o Deputado Ademir Lucas não se encontrar presente, mas quero dizer que, na realidade, estamos procurando fazer aqui o nosso papel nesta Casa.

Esta é uma Casa de debates. É uma Casa que oferece oportunidades com as audiências públicas, ciclos de debates, fóruns técnicos... É uma oportunidade ímpar.

Deixo claro que não estamos contra o projeto. Não sei se o Deputado Ademir Lucas entendeu, não estou contra o projeto. O projeto é muito bom. Estamos tentando contribuir para que tenhamos segurança perante a nova legislação. Não se iludam. Eu tenho dito isso, e o tempo nos dirá. O marco é a nova legislação. Estamos iniciando um processo de privatização do setor no Brasil, que até então estava pouco atuante. A nova legislação favoreceu. O tempo dirá. Queira Deus que eu esteja enganado. Sou um árduo defensor de que a atividade de saneamento é função do governo, pois ela está intimamente ligada à saúde da população. Repito: queira Deus que eu esteja errado.

Por isso a nossa preocupação. Se temos uma concorrência maior, qualquer descuido na questão legal, poderemos ser questionados pelos nossos concorrentes.

Deixo claro, principalmente para os meus colegas do bloco e os colegas Deputados da base de sustentação do governo, que o nosso objetivo é contribuir. Tanto que, logo após a aprovação do projeto, estaremos lutando para que ele seja bem-sucedido, bem aceito pela população, pela Copasa, o que considero muito importante, lutando por um projeto que traga segurança para os funcionários - são 700 funcionários, vários deles com muitos anos de experiência adquirida.

Esse é o nosso objetivo. Ainda teremos oportunidade de ampliar o nosso debate, pois o projeto deverá ser colocado em votação na próxima semana e, como verifiquei, ainda teremos oradores inscritos. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Faço um cumprimento especial às queridas Deputadas desta Casa, às funcionárias e todas as mulheres de Minas Gerais. Nesta semana da comemoração do Dia Internacional da Mulher, nada mais oportuno que debater sobre o Projeto de Lei nº 3.374/2006, que discute a questão da subsidiária da Copasa. É um projeto que diz respeito à água, ao seu fornecimento, e tem a ver com vida. É um projeto que diz respeito ao saneamento, à saúde pública.

Cumprimento o Presidente, Deputado Doutor Viana, os Deputados e todos os que nos ouvem e nos vêem pela TV Assembléia.

Primeiramente, faço questão de registrar o nosso entendimento. Está havendo um profícuo debate por parte desta Casa, a Assembléia Legislativa de Minas. Esta Casa tem debatido um tema de fundamental importância e tem dado a devida seriedade a essa discussão, isso é a marca da Assembléia de Minas. Debateremos até chegar à exaustão, até eliminar todas as dúvidas. Talvez esse o motivo de o debate que teve início no ano passado se estender até hoje. Só se pára um debate quando se está totalmente esclarecido.

O que pude observar é que o governo, autor do projeto, ainda não conseguiu convencer-se dos seus argumentos e responder as indagações que ainda pairam sobre o projeto.

Em 2006, a nossa Deputada Federal, Jô Moraes, ex-Deputada desta Casa, participou ativamente das discussões. Compete-nos agora a árdua tarefa de continuar esse desafio.

O seminário realizado por esta Casa, conjuntamente com a Mesa e a participação ativa dos Deputados das diversas bancadas, e de nossa Líder Elisa Costa, em que se discutiram as novas diretrizes do saneamento básico, foi muito enriquecedor. O evento contou com a presença significativa dos trabalhadores da Copasa, da Frente Estadual de Saneamento Ambiental, do Sindicato dos Trabalhadores da Copasa e do Sindicato dos Engenheiros.

Esse debate trouxe novas questões. Foi a primeira oportunidade de realizarmos uma discussão sob a égide da nova lei do saneamento nacional, a Lei Federal nº 11.445, de 2007, que é um novo marco regulatório para as políticas de fornecimento de água e saneamento no Brasil. Esse novo marco regulatório consagrou alguns pilares importantes, como a busca da universalização dos serviços de fornecimento de água e do tratamento de esgoto, o controle social sobre esse tipo de serviço e a licitação pública em sua concessão.

A lei traz esses avanços e chega com um atraso de, no mínimo, 10 anos. Pagamos um preço alto por não termos feito esse debate há mais tempo. As conseqüências disso são um déficit social profundo, especialmente no que diz respeito ao tratamento do esgoto. Hoje 54% dos lares brasileiros não têm sistema de tratamento de esgoto, nem sequer a fossa séptica, o que é uma grande mazela sofrida pelo povo e que devemos enfrentar. O marco regulatório da nova lei é importante porque traz o debate para essa questão.

Devemos resgatar o processo de tramitação do Projeto de Lei nº 3.374/2006. No ano passado, quando colocada a necessidade de uma proposição, discutia-se a respeito das estâncias hidrominerais do Sul de Minas, entre elas Caxambu. O governo se propôs a criar um projeto a fim de criar uma subsidiária para abarcá-las.

Aliás, as estâncias são um exemplo de que nem tudo que é privatizado funciona bem. Elas estavam nas mãos de particulares, de empresas privadas, e agora foi preciso que o Estado retomasse esse tipo de serviço por meio da aprovação de uma subsidiária, a fim de tomar conta das estâncias hidrominerais.

Para surpresa da Casa, quando o projeto original chegou, constatou-se que não tratava apenas das subsidiárias das estâncias hidrominerais.

Ele apresentava mais cinco novas subsidiárias, que foram reduzidas para três posteriormente. No ano passado, aprovou-se a subsidiária das estâncias hidrominerais, e agora restam as discussões das subsidiárias dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus e do Jaíba. Esse é o debate que precisamos enfrentar.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Deputado Carlin Moura, parabenizo-o por sua atuação inteligente, ousada e marcante já neste início de mandato. V. Exa. vem contribuindo para os debates relevantes desta Assembléia. Este é um debate muito importante. Fizemos um ciclo de debates no qual alguns pontos ficaram muito claros. Primeiro, há um déficit de saneamento nas regiões mais pobres e sofridas de Minas Gerais, como o Norte e os Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus; segundo, o Estado apresentou uma proposta para tentar mudar essa situação a partir da criação dessa subsidiária. Mas, paralelamente, percebemos que essa proposta não se insere no marco regulatório estadual do saneamento em Minas, que tem uma legislação aprovada por esta Casa em 1994, a qual instituiu um conselho, um plano e um fundo estadual de saneamento. Essa proposta não guarda um debate com a lei federal aprovada agora.

Um dos primeiros atos do governo Fernando Henrique foi vetar uma lei de saneamento aprovada pelo Congresso, e foi necessário que o Presidente Lula retomasse esse debate para que o Brasil tivesse essa lei nacional de saneamento, um grande marco nesse setor no Brasil. Mas a proposta do Estado não dialoga com esse novo marco regulatório. Algumas dúvidas persistem. Qual é a viabilidade técnica e econômica dessa proposta? V. Exa. foi brilhante ao dizer que não podemos criar uma subsidiária prejudicando a viabilidade do atendimento. O desafio é como manter a qualidade do atendimento. O padrão da Copasa é bom, a empresa tem uma equipe de funcionários dedicados. Mas queremos que o cidadão de classe média das grandes cidades tenha a mesma qualidade de serviço. Não podemos colocar um serviço de quinta categoria por se tratar de um cidadão de Araçuaí, de Virgem da Lapa ou de Itaobim. Pelo contrário, devemos garantir que tenham a mesma qualidade do serviço que recebe um cidadão do Sul de Minas. Como manter a qualidade sem o subsídio cruzado, mecanismo pelo qual as pessoas que podem pagar mais cobrem um custo operacional maior das regiões mais distantes? Isso ainda não foi apresentado.

O segundo aspecto é importante. Se tratarmos de uma subsidiária auto-sustentável, para onde vai o recurso que hoje alimenta o subsídio cruzado? Vai para um fundo estadual de saneamento para ampliar o tratamento de esgoto onde já é coletado pela Copasa-mãe? Ou servirá para ampliar a divisão dos lucros com os acionistas? Será que os Prefeitos dos Municípios da região estão esclarecidos a respeito dessa proposta, do que é um consórcio público e um contrato-programa? Será que os Vereadores desses Municípios, ao aprovarem essa adesão, estarão devidamente informados?

Temos aqui indagações e uma posição radical. Pode até ser que, ao estudarmos melhor os dados, percebamos que o melhor caminho é a subsidiária. Quero ser convencido disso, até porque sou votado nessas regiões. Com muito orgulho, sou o Deputado do PT mais votado no Vale do Jequitinhonha, além da votação que recebemos em várias outras regiões. Preocupou-me com a qualidade do serviço, o preço da tarifa e com a nossa Copasa, que atende todo o Estado, pois precisamos preocupar-nos com o Estado.

Portanto, quero parabenizá-lo e fazer o mesmo apelo feito pelo Deputado Fábio Avelar: que o governo retire a urgência desse projeto. Está aqui o Deputado Mauri Torres, cuja atuação prima pelo diálogo. Quem sabe o governo retire a urgência desse projeto de lei para que possamos realizar o debate nas regiões? Aí, eles dirão que iremos protelar a situação, pois essas regiões têm urgência de saneamento. Ora, há quantos anos existe a Copasa? Há quantos anos ela dá lucro? A Copasa já tem os instrumentos para fazer uma política de saneamento digna na região, basta vontade, decisão política e prioridade. Não tragam para esta Assembléia o ônus da não-criação da subsidiária ou do déficit histórico de saneamento nessas regiões. A Copasa, a lei e o recurso para investir lá são anteriores a esta legislatura que começou no dia 1º de fevereiro. A Copasa deve ter 30 anos, e esta legislatura tem um mês.

O problema do saneamento será nosso se a Casa não aprovar o projeto? Regime de urgência não. Tenho muita dificuldade com processo de obstrução. Acredito que esse não seja o melhor caminho. Até a contragosto, porque não tenho opinião formada quanto a votar contra a

subsidiária, estou aberto ao convencimento, ao debate, seria muito ruim termos de votar contra para não obstruir o processo. A obstrução atrapalha o trabalho da Casa, não votamos os outros projetos.

Portanto, Deputado Mauri Torres, peço que o governo reflita sobre a retirada do pedido de urgência. Repito: particularmente, sou contra a obstrução. Quem sabe o governo reflita para que não precisemos votar contra o projeto sem ter um juízo razoavelmente formado.

Desculpe-me ter-me alongado. Trata-se de um tema apaixonante, e ontem V. Exa. também o tratou de maneira muito inteligente aqui nesta Casa. Aproveitei a presença do Líder do Governo, espero que atenda à base do governo, pois o representante da área de saneamento do governo estadual fez o mesmo pedido. Quem sabe o governo possa ser sensível ao pedido do Deputado Fábio Avelar e retire o pedido de urgência para continuarmos o debate. Muito obrigado.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Procurarei ser breve para não ocupar o seu tempo. Inquiei-me com as indagações apresentadas pelo eminente Deputado André Quintão, sempre atento às causas importantes para o Estado de Minas Gerais, mas quero divergir um pouco delas.

Não há dúvida de que existe o déficit de saneamento em Minas Gerais, e precisamos combatê-lo. O projeto que ora chega a esta Casa visa justamente a combatê-lo. Não podemos criticar o governo por querer combater o déficit.

O Deputado disse que a Copasa existe há 30 anos. Não temos dúvida disso. Mas a lei federal do saneamento foi votada em janeiro. Criou-se a universalização do saneamento por meio da lei. Aqui quero parabenizar o governo Lula nesse sentido. Mas, agora, impôs-nos uma obrigação: obedecer a essa lei.

O Deputado André Quintão perguntou para onde vai o lucro da subsidiária, caso haja. A lei que está sendo encaminhada a esta Casa já trata disso: "O lucro líquido da subsidiária de que trata o "caput" deste artigo será aplicado em saneamento básico".

O Deputado André Quintão também argumentou que talvez a lei vá de encontro ou talvez não respeite os princípios da nova lei federal. Penso exatamente o contrário. Sem querer - até parece um exercício de futurologia -, o corpo da lei trazido a esta Casa no ano passado se adequa perfeitamente à legislação federal aprovada em janeiro.

Parecia até que o governo de Minas conhecia a lei que seria aprovada.

E o que ela traz, que é fundamental? A utilização das tecnologias apropriadas - isto de acordo com o que diz o governo federal - deverá considerar a capacidade de pagamento dos usuários. Essa é uma questão primordial.

Concluindo, Deputado, penso que o espírito que presidiu o governo de Minas ao encaminhar a esta Casa esse projeto de lei foi o da eficiência. Como foi dito pelo Deputado Fábio Avelar, homem que conhece profundamente a Copasa, quando aplaudiu a criação da subsidiária para o Jaíba, porque tem um tipo de serviço específico, e quando aplaudiu a subsidiária para o Circuito das Águas, que tem toda uma situação específica: o governo de Minas considera que o Vale do Jequitinhonha é uma situação específica. Para isso, deseja criar uma subsidiária.

O pensamento do governo é que a subsidiária terá maior mobilidade e eficiência para tratar dos assuntos específicos dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Deputado, era esse o aparte que gostaria de fazer, e não quero tomar o tempo de V. Exa. Gostaria também de parabenizá-lo, porque V. Exa. tem sido muito diligente e muito atento às grandes causas do povo mineiro.

O Deputado Carlin Moura* - Muito obrigado, Deputado Lafayette de Andrada. Confesso a V. Exa. que fui ao seminário com uma pergunta na cabeça: qual o motivo da subsidiária? E confesso ao senhor que essa resposta me foi dada na undécima hora, pelo representante da Copasa e do governo no seminário.

Obviamente que compreendo uma subsidiária para tratar do problema das estâncias hidrominerais e uma proposta de subsidiária para tratar do problema do Jaíba; não que concorde com o método, mas compreendo. Mas uma subsidiária que vá explorar a mesma atividade-fim da empresa matriz, da empresa-mãe, é inusitado.

Há a subsidiária da Petrobras que trata do transporte, do biodiesel; há a subsidiária da Cemig que trata de outros ramos da empresa, mas não do próprio ramo da empresa-mãe, da empresa matriz. Qual a lógica de se criar uma subsidiária para a questão do São Mateus, do Mucuri e do Jequitinhonha com a mesma atividade-fim da empresa matriz, Copasa?

No projeto, visa-se atingir os 92 Municípios da região. Deve-se registrar que a Copasa já está em 72 deles. E há uma outra questão: estamos tratando de uma empresa-mãe, de uma empresa matriz, de uma empresa que está em primeiro lugar no País em lucro líquido, que tem saldo de rendimentos, lucrativa, com dinheiro e caixa suficiente para trabalhar o problema do déficit de abastecimento de água e esgoto dessa região tão sofrida, os Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus.

Por que a própria empresa-mãe, por seu superávit, não investir nesse déficit? Para surpresa nossa, o representante do governo, no apagar das luzes, deixou muito claro que o objetivo da subsidiária é diminuir custos com a mão-de-obra, com o trabalho, com a força do trabalho. Querem criar uma subsidiária para criar uma segunda classe de trabalhadores dessa tão respeitada empresa.

Isso em detrimento de quê? Sobrecarregar e sobretaxar o trabalho para favorecer o lucro dos acionistas da empresa, que é pública e deve ter fins sociais. Parece-me - concederei aparte ao Deputado Carlos Mosconi, só concluirei meu raciocínio - que o objetivo fundamental é a lógica do mercado e do lucro, em uma visão segundo a qual a empresa-mãe tem que se preocupar com o lucro e com a lógica do mercado. Ao criar-se a subsidiária, favorece-se a empresa-mãe, valorizam-se as ações do mercado, e a subsidiária terá que virar-se para resolver o problema do déficit público, em um primeiro momento, jogando a conta para os trabalhadores.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Agradeço ao nobre Deputado Carlin Moura. Quero dizer a V. Exa. que estou acompanhando o debate com o maior interesse possível. Trata-se de um assunto de grande importância e gravidade, o qual já deveria ter sido resolvido, como já dito aqui, há anos.

Felizmente o governo tomou a iniciativa de resolver o problema. Por que essa urgência agora em se discutir um projeto que já está sendo discutido desde o meio do ano passado? A população dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri estão esperando uma solução para o problema, que é grave.

V. Exa. faz a seguinte indagação: Por que uma subsidiária?. Faço outra indagação a V. Exa.: Por que não uma subsidiária? Considero, nobre Deputado Carlin Moura, que as situações são muito diversas. O Estado de Minas Gerais é quase uma nação. Temos regiões, sob o ponto de vista socioeconômico, totalmente diversificadas, se comparadas a outras.

As regiões dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri merecem ser vistas de forma completamente diferente que outras regiões de Minas Gerais. Essa região tem de passar por uma avaliação diversificada, sob todos os aspectos, muito diferente do Triângulo Mineiro, da Zona da Mata, do Sul de Minas, da Grande BH, etc.

Por exemplo, o Circuito das Águas merece uma avaliação diferente das demais regiões mineiras. São situações diversas. Há regiões no Estado que possuem situações socioeconômicas muito diversificadas, bem superior ao que se constata no Jequitinhonha e Mucuri.

Nobre Deputado, essas regiões merecem, assim como mereceu o Jaíba há algum tempo, avaliação bastante diferente. A empresa que for lá ou a subsidiária da Copasa terá de agir diferentemente de como age em Belo Horizonte, no Sul de Minas ou em outras regiões do Estado.

Sou um parlamentar ligado à saúde. Dá-me certa angústia, para não dizer grande angústia, o fato de um problema como esse não ter solução rápida. Estamos debatendo sobre saúde, sobre teto e sobre "per capita" de Minas, sobre os programas do Pró-Hosp, como o Viva a Vida, etc., numa região que não possui saneamento básico. Isso não existe, nobre Deputado.

O governo federal quer fazer o básico. Louvo o governo federal que aprovou essa lei. Façamos com que o governo do Estado também aprove uma lei, que espero seja tão competente quanto a de Brasília.

Agradeço o aparte concedido por V. Exa.

O Deputado Carlin Moura* - Concordo com o nobre Deputado Carlos Mosconi, primeiramente quanto ao fato de que aquela região, tão carente, deve ter um tratamento especial, sendo consideradas suas realidades e dificuldades. Sem dúvida, compartilho com a idéia de que deve receber tratamento especial. Compartilho também, nobre Deputado, com a idéia de que o déficit de fornecimento de água e esgoto para aquela região demanda solução urgente. Tenho o mesmo pensamento de V. Exa. No entanto, vale o velho ditado ou a letra da música: "As idéias estão no chão, você tropeça e acha a solução".

Já temos os instrumentos, ou seja, uma empresa eficiente, que tem mais de 30 anos de existência, fundada em 1963, com função pública em Minas Gerais e que é superavitária. Qual é o problema? Vamos nos utilizar dessa empresa para resolver o problema daquela região. Por que criar uma subsidiária? Isso me parece não resolver o problema. Temos os instrumentos e a eficiência de uma empresa que funciona e que possui todas as condições, Deputado.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Mas, se estamos discutindo uma lei enviada para esta Casa, como o governo não quer resolver o problema? Estamos debatendo um projeto de lei que visa resolver aquele problema. Essa é a questão.

O Deputado Carlin Moura* - Não ficou demonstrado, Deputado, que a subsidiária seja a solução para o problema.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Não é a solução.

O Deputado Carlin Moura* - Prova maior disso é que a maioria de nossos Deputados ainda tem dúvidas. Parece que a discussão da subsidiária é inócua. Se queremos enfrentar o problema, que o façamos por meio da Copasa, com a estrutura que possui hoje.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Mas será com a Copasa.

O Deputado Carlin Moura* - A Copasa é uma empresa eficiente, moderna e que já está em 72 dos Municípios. Vamos pegar o lucro dessa empresa e investir nesse déficit.

Vamos pegar o subsídio cruzado e investir no déficit. Muitos ex-Prefeitos, atuais Deputados nesta Casa, chegaram a me questionar sobre isso. Suponhamos que se coloque lá uma subsidiária e, depois, ela não "emplaque", torne-se deficitária e sem investimentos. Nesse caso, a bomba atômica retornará às mãos dos Prefeitos. Para que correremos esse risco, se já possuímos uma empresa que, na prática, demonstrou que tem condições de enfrentar o problema?

Deputado Carlos Mosconi, na verdade, a questão central reside no fato de se priorizar a empresa-mãe, que tem mais aceitação no mercado de ações. Ou seja, trata-se de uma empresa que não tem sua parte social nem gargalos e, assim, as ações podem ser valorizadas, tornando-se, a cada dia, superavitárias, em detrimento de uma empresa que correrá o risco de contar com funcionários de segunda categoria e, portanto, prestar serviços de segunda categoria. Digo isso porque, nesse caso, já possuímos a empresa-mãe, que presta serviços de qualidade. Esses são os instrumentos.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Apesar de sua inteligência, da riqueza de suas argumentações, V. Exa. peca um pouco quando determina que os funcionários e os serviços prestados serão de segunda categoria. Jamais. Pelo contrário, ao chegar lá, a empresa mãe, que tem tradição nesse setor em Minas Gerais, será tratada de forma diferente. A Copasa pretende criar lá um nicho de eficiência, dentro de uma realidade socioeconômica muito diferente da de Minas Gerais. Precisamos entender isso. Não sei por que os Prefeitos têm certa desconfiança em relação a essa lei, que, na verdade, quer beneficiar uma região carente, aliás, a mais pobre do Estado de Minas Gerais. E é por essa razão que a lei está criando para a região uma situação única, diferente da adotada nas demais regiões do Estado de Minas Gerais.

Então, no meu entendimento, a lógica que está comandando esse espetáculo não é a do mercado, do lucro, mas a da eficiência. É essa a questão. Ao que me parece, essa é a lógica que está presidindo a ação do governo neste momento.

Sabe-se que a Petrobras tem várias subsidiárias, que atuam muito bem em diversas regiões do País, prestando serviços diversos...

O Deputado Carlin Moura* - Mas elas não atuam na mesma área em que atua a empresa matriz.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - É sempre a mesma atuação, com variações, conforme estamos tratando aqui. Não constitui a realidade entender que saneamento básico é a mesma coisa no Estado inteiro. O saneamento básico possui nuanças. O Deputado Fábio Avelar conhece bem a questão e sabe que, nas diversas regiões onde isso poderá ser aplicado, há implicações sérias, importantes.

Esse projeto está aqui desde o ano passado para ser discutido e aprovado, ou rejeitado. Parece-nos um pouco difícil entender uma questão. Estamos falando de uma região onde a população sofre com a falta de saneamento básico. Evidentemente, ninguém pode discordar disso. O índice de mortalidade infantil é diferente do do restante do Estado, exatamente por causa da falta de saneamento básico. Por isso, neste momento, o governo pretende resolver essa questão.

Podem perguntar-me: por que subsidiária? Porque entendo que lá a situação é diferente. O mesmo se diz em relação à situação do Jaíba, que também era diferente no momento em que foi criada a subsidiária, ou seja, levou-se em consideração uma questão específica da região. No Circuito das Águas, criou-se também uma subsidiária, porque lá a situação é diferente. No entanto, a diferença mais acentuada é a situação mais sofrida de todas é a da região do Jequitinhonha e do Mucuri, que merece atenção especial do governo. Aliás, é o que o governo vem procurando fazer. Certamente, ele conseguirá agir com eficiência e resolverá o problema do saneamento, que é uma necessidade histórica da região, meu caro Deputado.

Tenho certeza de que, como V. Exa. é inteligente e sensível, acabará concordando com o mérito da lei, que é muito positivo para a referida região. Obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, concluindo meu pensamento, entendo que é importante, urgente e necessário resolver o problema. Para tanto, na minha opinião, já dispomos do instrumento, qual seja a nossa empresa eficiente, capaz, superavitária, denominada Copasa. Até o momento, não fui convencido da importância da subsidiária, se já temos uma ferramenta importante nas mãos. Portanto, não se deve trocar o certo pelo duvidoso. Trata-se de uma empresa que já demonstrou sua eficiência, sua capacidade e sua competência; já comprovou que é superavitária e pode investir.

Concluo dizendo que concordo plenamente com a preocupação do Deputado Fábio Avelar porque seria mais sensato se o governo do Estado tivesse a compreensão de, no mínimo, retirar o regime de urgência do projeto. Ou melhor, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sensatez maior seria retirar esse projeto de tramitação e resolver o problema dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus com o instrumento mais capaz para resolver essa situação: a Copasa continuar da forma como vem funcionando, e bem, aqui no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadãos e cidadãs que nos acompanham pela TV Assembléia, é importante ampliar e aprofundar esse debate. Acabamos de sair de um seminário com lideranças de diversos órgãos representativos dessa discussão, que é acalorada e importante, evidenciada aqui em diversos pronunciamentos. Na medida em que o tempo avança, os pronunciamentos se repetem, eles não se esgotam. Daí a importância do tema que nos envolve a todos.

Em janeiro de 2007, a lei que cuida das diretrizes básicas para o saneamento em nível nacional foi aprovada. Antes de ser uma legislação do governo federal, do governo Lula, é uma legislação fruto de um debate longo nos últimos 20 ou 30 anos. Esses estudos se consolidaram com essa legislação que passou a ser o grande normativo a orientar as ações de saneamento em todo o território nacional.

A pergunta do Deputado Fábio Avelar sobre o aspecto da legalidade em função de um novo normativo que passa a vigorar procede. Essa indagação também me acomete. Inicialmente, é preciso sanar essa dúvida sobre o aspecto legal. A partir desse esclarecimento, poderemos avançar no mérito dessa discussão, que é de muita importância não só para as regiões que inicialmente serão atingidas pela proposição do governo do Estado, mas também para toda Minas Gerais, porque estamos criando um normativo, um regulamento que, com certeza, pode e será, uma vez aprovado e implementado, estendido a diversas outras regiões do Estado.

Se não há dúvida, como já foi também dito aqui, porque a matéria foi discutida e aprovada, relativamente à subsidiária da Copasa para tratar das estâncias hidrominerais, e também tem sido relativamente pacífica a discussão sobre a atuação da Copasa no que diz respeito ao Projeto Jaíba, que realmente merece dos Deputados de Minas uma atenção cuidadosa.

A outorga para o Projeto Jaíba alcança 80m³ por segundo de bombeamento de água do Rio São Francisco e é imensamente superior à proposta de integração de bacias. O projeto de transposição do Rio São Francisco é controverso e polêmico e está em debate não apenas em Minas Gerais, na Bacia do Rio São Francisco, mas é um debate nacional.

Quanto ao projeto Jaíba, a captação e o bombeamento de água não ultrapassa 10m³/s quando está em plena atividade no período da seca. Então é preciso pensar na distância entre a outorga e o bombeamento e na relação desse dado, com uma discussão mais ampla no que diz respeito à Bacia do Rio São Francisco.

Referentemente ao projeto do São Francisco na integração de bacias, o foco muitas vezes tem sido distorcido. O aspecto que considero primordial é a revitalização, pois esta, sim, é inquestionável, e temos de cuidar dela em toda e qualquer situação, caso contrário, mesmo os projetos instalados, mesmo as outorgas já concedidas têm possibilidade de ser viabilizadas e continuar em operação. Portanto esse assunto é periférico na discussão do Jaíba, mas precisamos retomar esse debate, crucial e muito importante para Minas Gerais e para o Brasil.

Fui Prefeito do Município de Paracatu, onde quem presta os serviços de tratamento, captação e distribuição de água é a Copasa. É uma conquista de muitos anos e de muita luta daquela comunidade em relação à Copasa. Hoje está em operação o sistema de tratamento de esgoto de toda a comunidade, de toda a cidade de Paracatu. Além disso, conseguimos a implantação de um aterro sanitário, não mais com a Copasa, mas por outros meios e com recursos do governo federal.

No aspecto saneamento, conseguimos dotar aquela comunidade de assistência básica mínima e necessária, alvo da nova legislação do saneamento básico do País. Portanto entra em discussão a necessidade imperiosa e urgente de que todos esses benefícios possam alcançar as comunidades das regiões mais pobres de Minas Gerais, como os Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus e o Norte de Minas.

Não é verdade que há Deputados e Deputadas contrários ao alcance, à necessidade e ao atendimento dessas comunidades. Alguns pronunciamentos, algumas manifestações não procedem, já que não existe, "a priori", nenhum Deputado que negue esse direito, que seja contrário ao atendimento dessas comunidades. Todavia é importante salientar que há divergências, avaliações e dúvidas, e esse debate precisa ser aprofundado e mais bem compreendido por todos, inclusive por Deputados da base governista, que não são um nem dois. Nos corredores, fora dos microfones, as conversas revelam que há muitas dúvidas. Portanto há necessidade de que o debate continue e se aprofunde.

A questão crucial diz respeito ao custo de implantação e operação dessa subsidiária nas regiões, o que vai permitir um tratamento diferenciado - como vem sendo argumentado aqui -, fazendo com que as características da população dessas regiões, principalmente no aspecto socioeconômico, na capacidade de pagar e remunerar esses custos de operação de funcionamento da subsidiária, sejam equitativas e estejam ao alcance efetivo dessa comunidade. Portanto não há mágica.

Quem teve oportunidade de ser gestor público e não discute só em tese sabe que, para implantar e operar um sistema como esse, muitos recursos serão necessários, e a operação terá um custo que precisa ser pago por alguém, senão pelo usuário direto, pelo governo do Estado, ou com recursos de alguma fonte pública que possa subsidiar e garantir esse atendimento.

Também gostaria de dizer que é legítima e que não pode ser descartada, de maneira nenhuma, a preocupação com os servidores da Copasa. Por onde andamos, os servidores da Copasa abordam-nos preocupados com essa situação, porque, se essa perspectiva de uma remuneração for aberta para trabalhadores que vão prestar as mesmas tarefas daqueles que hoje operam e trabalham há anos na Copasa, é de supor, ou mesmo duvidar, que eles, funcionários da Copasa concursados de longa data, não possam ser ameaçados no futuro em função desse novo procedimento, dessa nova relação.

Portanto essa preocupação é legítima, ou melhor, o ponto crucial e central da discussão. Para o bom andamento dessa questão, é fundamental que os Líderes do Governo, que representam formal e oficialmente o governo nesta Casa, possam contribuir com a discussão, fazendo com que essas questões sejam explicitadas e esclarecidas para que tenhamos todas as informações necessárias a fim de formarmos a nossa opinião e tomarmos a nossa decisão. Isso é importante e fundamental.

De fato, sabemos que essa é a discussão de fundo, a discussão de base, porque ninguém, em sã consciência, vai negar o direito de que os nossos co-cidadãos dessas regiões empobrecidas de Minas Gerais tenham o reconhecimento do saneamento básico. Saneamento básico é saúde, dignidade, qualidade de vida.

No que diz respeito ao IDH, uma questão muito bem levantada pelo Deputado Lafayette de Andrada e com a qual concordamos, acreditamos que a já referida correção deve ser feita no relatório final. Uma vez aprovada a iniciativa, e tudo indica que ela será aprovada nesta Casa, que tem maioria governista, já que a vontade do Executivo está mais do que clara para todos nós, o objetivo final é, de fato, colaborar e promover o desenvolvimento dessas regiões com a conseqüente elevação do IDH, para que isso seja equacionado e, se tudo ocorrer do jeito como está desenhado, não ser um impedimento para a continuidade da prestação dos serviços a essa comunidade, no futuro.

Portanto, para finalizar as minhas palavras, gostaria de recuperar um preceito, uma orientação que está cristalizada na legislação trabalhista e que pode certamente nos ajudar a compreender a discussão de fundo em relação a esse projeto.

A legislação trabalhista estabelece restrições, as mais diversas, às empresas que terceirizam serviços, para que sejam impedidas ou tenham obstruções rígidas de terceirizar atividades-fim. As atividades-meio são consentidas, e a legislação é clara nesse sentido.

Portanto, fazendo um paralelo com a nossa discussão, fica essa dúvida novamente. Ressalto esse aspecto, abordado aliás por outros Deputados, como Fábio Avelar - está nas entrelinhas da sua fala - e Carlin - de forma mais contundente. Assim, a atividade-fim da Copasa estaria mantida na subsidiária, gerando todas essas interrogações quanto à necessidade objetiva, intrínseca de se promoverem mudanças na linha que o projeto em discussão apresenta.

Agradecemos a atenção de todos. Quero me comportar utilizando uma expressão dita aqui ontem no debate: a suspeição para o bem. Quero acreditar que o governo do Estado está bem intencionado; que o projeto de lei tem efetivamente o intuito de estender a essa região os serviços de tratamento e distribuição de uma água de qualidade, que já é marca da Copasa; e que a preocupação efetiva com a constituição de uma tarifa que seja passível de ser honrada e paga por aquelas comunidades também esteja em pauta. Portanto, esperamos que o governo do Estado faça um gesto efetivo nessa direção e retire a urgência do projeto, para que possamos aprofundar na compreensão desses propósitos e convencer-nos - os que ainda não estão - dessas intenções, saindo daqui com uma deliberação que honre a responsabilidade de todos nós, Deputados e Deputadas da Assembléia de Minas, e que esteja à altura de todos os que nos confiaram este mandato e nos trouxeram até aqui. Muito obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, também quero socializar com os nobres colegas Deputados e todos os telespectadores as nossas angústias e esperanças. Angústias em relação a todo o processo. Estamos discutindo o projeto desde o ano passado, e foi o entendimento que levou esta Casa a realizar o ciclo de debates "As Novas Diretrizes do Saneamento Básico". Infelizmente, não pude acompanhar os trabalhos hoje porque precisei estar junto às mulheres da Via Campesina, que se encontravam em situação de conflito com a Polícia Militar, lá na MBR. Mas ontem ficou bem clara para todos os participantes do ciclo de debates a importância de aprofundarmos a discussão sobre o assunto. Ou esta Casa considera as decisões e opiniões que a maioria emitiu ou terá perdido tempo e recursos.

Houve custo aos cofres desta Casa, dispendioso tanto para a Assembléia quanto para as entidades que dele participaram. Se nada é acolhido, esta Casa se torna um cenário, um palco não de lutas e de busca de entendimentos, fazendo as coisas sem surtir ação ou reação, sem abertura para ouvir as conclusões. Aí, é um risco, pois tanto os ciclos de debates quanto os fóruns e até a Casa vão perdendo credibilidade. Quer dizer, como participaremos de um ciclo de debates se não seremos ouvidos?! Não haverá desdobramento concreto a partir do que falamos.

Ficou clara, no ciclo de debates, a necessidade de levar em consideração o aprofundamento maior desse debate, que não está claro mesmo quando discutimos a Lei Federal nº 11.445, de 5/1/2007, que coloca princípios que não vêm no bojo dessa nova lei, como o da transparência, aliás, fundamental, do controle social ou do próprio modelo de gestão. Havendo cessão de pessoas da Copasa... A lei diz que garantirá e resguardará todos os direitos. No dia-a-dia, conviverão e trabalharão juntas no mesmo espaço, na mesma condição de trabalho, pessoas providas das subsidiárias.

Os representantes do governo estadual não conseguiram convencer nada no ciclo de debates. Isso é preocupante. Todos os argumentos que utilizam para justificar as subsidiárias são atribuições da Copasa, que, em 34 anos, não as exerceu.

Para que os telespectadores tenham uma idéia, lerei um texto de 1973, 1974, quando a Copasa foi criada. O § 1º diz: "À Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG -, sociedade sob controle acionário do Estado, constituída nos termos da Lei nº 2.842, de 5/7/1963, e assim denominada pela Lei nº 6.475, de 4/11/1974, compete planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico, mediante contrato de concessão ou convênio específico com os Municípios. Parágrafo único - São consideradas atividades de saneamento básico, além do abastecimento de água e da coleta e despejo final de esgotos e efluentes sanitários, a coleta, a reciclagem, o tratamento e a disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial."

Os telespectadores que nos acompanham pela TV Assembléia poderão verificar que, na sua conta de água, o valor do consumo dobra como se houvesse 100% de tratamento de esgoto. Está aqui, desde 1974, o que compete à Copasa.

Quanto à criação da subsidiária, quando trata da segunda subsidiária, não é levado em conta o tratamento de esgoto: compete-lhe planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e esgotamentos sanitários em localidades da região dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus.

Então, estamos apresentando uma emenda. Desejo levar algo em consideração. Desde o ano passado, o Deputado Laudelino Augusto participou das audiências públicas e desse ciclo de debates, ontem e hoje.

A emenda que apresentamos em relação à segunda subsidiária determina que ela terá atribuição de planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar serviços públicos de abastecimento de água e de coleta e tratamento e despejo final de esgoto e afluentes sanitários. Então, está incluindo; nada de novo. Estamos resgatando o fim para o qual a Copasa foi criada quando surgiu. Incluindo, então, o tratamento e a disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, em localidades da região Norte dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus.

Se a intenção é boa, se querem de fato ajudar, ela tem de cumprir também esse papel. Aí, sim, vamos acreditar. Está, de fato, ajudando, e vai beneficiar. Deputado Fábio Avelar, aqui diz: "Não vamos jogar nenhum esgoto na bacia do São Francisco". Com certeza, encontrará apoio do governo federal nesse aspecto, por meio de recursos, pois já existem recursos específicos para a revitalização do São Francisco, e muitos desses Municípios, em vez de jogarem esgoto diretamente no rio, encontrarão em parte recursos para o tratamento. É justamente a emenda que estamos apresentando em relação à segunda subsidiária. Isso para respeitar a seriedade das discussões do ciclo de debates em que o Sindágua, o Senge-MG, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Abes - e representantes da área acadêmica, sobretudo a UFMG, manifestaram contra o projeto. Que seja retirado o regime de urgência e, assim, poderemos discutir melhor, enquadrando outros pontos da Lei nº 11.445 e da de 5/1/2007. Lógico que ele chegou a esta Casa no ano passado, mas, uma vez que essa lei já foi sancionada, poderemos levar em conta a Lei nº 11.445, sobretudo no que tange à transparência, ao controle social e ao modelo de gestão. O ideal seria - essa é a nossa proposta - que o projeto de lei fosse retirado, que o governo regulamentasse a Lei nº 11.720, de 1994, que ainda não foi ampliada, e que elaborasse o Plano Estadual de Saneamento Básico. É fundamental ter esse plano de saneamento básico, com conjunto, até o tratamento final.

Estamos no clima da Campanha da Fraternidade, discutindo o meio ambiente. Uma vez que obtemos a água limpa, que possamos também devolvê-la limpa para os córregos, ribeirões e rios. Então, que se cumpra o papel da Copasa. Foi para isso que ela nasceu. Faremos isso quando tivermos esse plano e a regulamentação da lei somando-se ao governo federal, a partir da Lei nº 11.445, de 5/1/2007, recém-promulgada. Aliás, o PAC já prevê um investimento em torno de R\$40.000.000.000,00 nessa área. Vamos ter uma política pública de fato, com o compromisso dos governos nas três instâncias, em âmbito municipal, estadual e federal. É essa a integração. É assim que vamos fazer políticas públicas. Em vez de ficarmos com a ideologia, cada um tirando argumento ou forçando a barra para se ter uma argumentação favorável ou contrária, vamos fazer política pública com compromisso. Talvez até o Ministério Público tenha de participar, pois os três entes são responsáveis, seja em âmbito municipal, estadual ou federal.

Essa é a nossa proposta. Esperávamos discutir a fundo.

Esperamos que tenham sabedoria, discernimento, respeitando os movimentos sociais que estiveram aqui ontem e hoje; a Oposição, que vem colaborar, já que estamos levantando um ponto interessante; e os Deputados da base do governo, que são favoráveis à retirada do regime de urgência.

Conto com V. Exa., que está presidindo neste momento e é Líder do Governo, e espero que tenha a sabedoria de conversar com a Casa Civil, o Planejamento, o Secretário e, sobretudo, o Governador. Junto com a sociedade, vamos discutir mais a fundo, pois, dessa forma, com certeza estaremos beneficiando o Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus.

Essas são as minhas palavras, embora tenha mais algum tempo para discutir. Contamos aqui com a sabedoria de V. Exa. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 8/3/2007

O Deputado Eros Biondini - Sr. Presidente, antes de iniciar o assunto que me traz hoje a esta tribuna, gostaria de introduzir na minha fala duas menções: a primeira, externar e expressar a minha profunda gratidão pela acolhida que tive na Assembléia, desde o primeiro dia em que aqui entrei, por parte de todos os colegas Deputados, que não economizaram boa-vontade e atenção para comigo e para com todos os novos Deputados. A acolhida de V. Exas. foi fundamental para a adaptação no serviço que pude prestar neste primeiro mês de trabalho, e, da mesma forma, o corpo de funcionários desta Casa me surpreendeu com tamanha atenção, respeito e carinho. Agradeço a Deus por tê-los conhecido.

Em segundo lugar, não poderia deixar de render minhas homenagens às mulheres no seu dia internacional. Às Sras. Deputadas, que enriquecem sobremaneira este Plenário: Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Elisa Costa, Gláucia Brandão, Maria Lúcia e Rosângela Reis; às mulheres profissionais das mais diversas áreas desta Casa e todas as que aqui se encontram nas galerias e que nos assistem pela querida e eficiente TV Assembléia. Elas merecem rosas, merecem elogios, mas, sobretudo neste dia, merecem profundo respeito pela dignidade que trazem consigo.

Quero abraçar minha mãe, minha irmã, minha esposa, minha filha e lembrar aqui, Sr. Presidente, o grande exemplo de mulher que Deus nos deu há 2 mil anos: Maria, a mãe de Jesus, que no filme "A Paixão de Cristo" é muito bem retratada como mulher de fé, de fibra, que encanta com seu silêncio e suas palavras.

Tantas vezes Jesus a tratou desta forma: mulher. Nas bodas de Caná, momento de festa, e na cruz, momento de dor: "Mulher, eis aí teu filho". É a mulher do Gênesis e do Apocalipse.

Tenho a convicção de que, para cada dia especial, Deus concede bênçãos correspondentes. Que vocês, mulheres, possam, acima de tudo, neste dia, tomar posse em oração da bênção própria de hoje. A vocês, meus parabéns.

Sr. Presidente, há alguns dias estivemos na Colônia Santa Isabel: eu, o Deputado Rômulo Veneroso, o Deputado Weliton Prado e o Deputado Carlin Moura, acompanhados da nossa colega ex-Deputada Maria Teresa Lara, minha companheira no trabalho de evangelização, uma pessoa maravilhosa que, com toda a certeza, contribuiu muito para esta Casa e nos fará sentir sua falta.

A Colônia Santa Isabel, localizada no Bairro Citrolândia, em Betim, é um lugar onde, há alguns anos, tenho atuado por meio da Associação Mundo Novo, de que sou fundador - hoje estão aqui presentes, na galeria, alguns de seus representantes, a quem cumprimento com carinho -, a qual realiza nessa região tão carente um trabalho de evangelização e assistência social, com vários projetos já implantados.

Temos a assistência por visitas semanais aos internos dos pavilhões de tratamento, os portadores de hanseníase, e outros projetos, como o

João de Barro, que se caracteriza pela ajuda às famílias abrigadas em barracos de lona, na construção de cômodos e banheiros; o Dai-nos de Comer, que assiste em torno de 110 famílias com programa alimentar, entre outras atividades.

Tudo isso é acompanhado pela Ação Social e Política Arquidiocesana - Aspa - e tem o apoio da paróquia, na pessoa de Frei Pedro.

Dessa vez, Sr. Presidente, nossa ida à Colônia teve o objetivo de acompanhar e apoiar o projeto de lei do Senador Tião Viana, do Acre, que propõe a criação de pensão especial vitalícia aos portadores de hanseníase que foram vítimas de isolamento, arrancados de suas famílias e internados nas colônias de maneira compulsória. Muitos, ainda quando crianças, como é o caso do Sr. Antônio Megaton, Sr. Tônico, que foi tirado aos 10 anos de seus pais e nunca mais os viu. Ele será um dos beneficiados pela lei, faz parte hoje do nosso trabalho missionário do Mundo Novo na Colônia Santa Isabel e está presente na galeria.

Estive nesse encontro com o Senador Tião Viana, em meu nome, já que é uma bandeira que há muito tenho levantado, mas também em nome de meu partido, o PHS, que apóia todas as iniciativas que visem à justiça, à inclusão e à dignidade da pessoa humana, na luta contra o preconceito, a discriminação e todo tipo de segregação ou desigualdade.

Dessa forma, Sr. Presidente, a Comissão de Participação Popular aprovou requerimento apresentado por mim para uma visita à Colônia Santa Isabel, a fim de trazermos para esta Casa maior conhecimento a respeito dela, o que considero de grande importância.

O Deputado Federal Miguel Martini, meu irmão de caminhada, manifestou total apoio ao projeto de lei e está agindo para fortalecer e agilizar a aprovação da proposição, já que a maioria dos beneficiados já estão bem idosos e muitos já são falecidos. O Sr. Tônico hoje tem 82 anos e espera por esse benefício.

A realidade dos hansenianos é muito sofrida, e não tanto no que diz respeito à doença propriamente dita, já que esta tem cura, mas, sem dúvida, o grande problema é, e sempre foi, o preconceito que impera desde os tempos bíblicos. A segregação e o preconceito são o maior atentado contra a dignidade humana e devem ser repudiados por todos nós. Muitos talentos acabam sendo sufocados nesses lugares, como é o caso do Sr. Paulo, um grande amigo, que vive na Colônia e é autor de várias canções, algumas delas incluídas no repertório da Campanha da Fraternidade de anos anteriores.

Quero aqui enfatizar a luta da Deputada Maria Teresa, nesta Casa, por essa nobre causa, assim como a da Deputada Federal Maria do Carmo Lara, que acompanhou e proporcionou a vinda do Senador Tião Viana a nossa terra. Devemos, Sr. Presidente, acabar de uma vez por todas com o preconceito contra os portadores de hanseníase, que há milhares de anos sofrem com isso.

Na época de Jesus, já havia muito preconceito em relação a essa enfermidade. Os leprosos, como eram chamados, não podiam viver na sociedade e eram considerados impuros pelos doutores da lei e líderes religiosos da época, como os fariseus. No entanto, Jesus, em diversos momentos, como está registrado na palavra, acolheu esses irmãos, curou-os e incluiu-os, como na passagem dos 10 leprosos, quando mandou que eles se apresentassem ao sacerdote, que era a condição para a reintegração. Eles não podiam se aproximar de ninguém; ao contrário, tinham de, aos gritos, identificar-se como leprosos e impuros. Mas, apesar disso, Jesus se aproximava e despertava neles a confiança e a liberdade de também se aproximarem dele. Um dos maiores amigos de Jesus, que o fez chorar com sua morte, era leproso: Lázaro. Jesus nos ensina a acolher, e mais: a sermos instrumentos de cura e libertação.

Portanto, ficam aqui minhas palavras de apoio e meu compromisso de lutar em favor da inclusão social desses nossos irmãos. O PHS estará unido na luta por um Brasil sem exclusão, com menos desigualdade e mais solidário.

Mais uma vez, Sr. Presidente, parabeno as mulheres, reforçando o meu desejo de que, na oração de hoje, elas tomem posse da bênção própria para a vida de cada uma delas.

Sr. Presidente, encontra-se comigo, à disposição daqueles que se interessarem por informações mais detalhadas, uma matéria sobre a hanseníase. Também apresento um requerimento, nesta Casa, de manifestação de aplauso e de apoio à lei que indeniza, por meio da criação de pensão especial e vitalícia, todos os portadores de hanseníase que foram separados de suas famílias, isolados compulsoriamente e, com isso, privados do convívio com seus pais. Hoje, mesmo idosos, merecem o nosso apoio e essa indenização.

Deixo o meu abraço à comunidade da Colônia Santa Isabel, que se fez presente e muito me honrou. Peço ao Sr. Tônico que fique de pé, pois, para nós, é uma honra sua presença na galeria, já que é uma das pessoas que serão beneficiadas. Aos 10 anos, ele foi separado de seus pais e nunca mais os viu. Naquela época, os hansenianos eram separados e isolados como prisioneiros. Muito há para se discutir sobre esse assunto, sobretudo é preciso lutar contra todo tipo de discriminação e preconceito. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembléia, neste dia que tanto representa para nós, homens, saúdo todas as mulheres - tão importantes para a nossa vida com toda a sensibilidade que têm -, na pessoa da Deputada Gláucia Brandão, tão querida.

Parabeno a exposição do Deputado Eros Biondini, que vem para a Assembléia com grande disposição para o trabalho e que teve a sensibilidade de trazer um tema tão importante para ser discutido, a hanseníase. Certamente ele pode contar com o apoio de todos nós.

Não gostaria de tratar do tema a seguir, mas sinto-me muito incomodado. Todos sabem que faço oposição ao Presidente, aos governos federal e municipal de Belo Horizonte, mas tenho cuidado ao falar do Presidente, autoridade máxima deste país, que devemos respeitar. Entretanto, S. Exa., o Presidente da República, extrapola, passa dos limites ao tratar de matéria tão delicada publicamente, demonstrando total desconhecimento. Invadir a vida particular dos brasileiros, das famílias brasileiras, da Igreja, isso é demais. S. Exa. não foi escolhido pelo povo brasileiro para interferir nas famílias, na maneira como educo meus filhos, na maneira como as igrejas se manifestam. S. Exa. passou do limite. Ele já está no limiar há algum tempo, porém, ontem, passou da conta. Não é possível que convivamos com um Presidente que, a todo momento, tenta mudar os marcos morais desta nação. O que é tratado dentro de uma família deve ser restrito a ela. Ele não tem o direito de se intrometer em uma questão tão delicada.

Democracia pressupõe que todos tenhamos liberdade de viver e decidir, especialmente em algo tão pessoal que é a família de cada um. O Presidente da República quer ditar como os brasileiros devem orientar suas filhas e como a Igreja deve manifestar-se em relação a questões morais. Ora, foi demais. Ele passou do limite. Foi insuportável a manifestação do Presidente.

Não é possível mais permitirmos que o Presidente da República mexa em questões tão fundamentais para nós. Ele tem um pensamento sobre sexo, tem um pensamento sobre criação de filhos, mas deve dar a todos os brasileiros o direito de cuidar de seus filhos da maneira que escolherem.

Ao querer que sexo seja ensinado na escola e não nas famílias, o Presidente extrapola o papel para o qual foi escolhido pelo povo brasileiro. Há algo fundamental na democracia e na Constituição deste país: pátrio poder. Tenho, democraticamente, o poder sobre meus filhos. Não será o Presidente da República quem dirá como vou educá-los, mas ele pensa que pode dizer como sexo deve ser ensinado para os filhos dos brasileiros. É demais! Ele se sente o próprio Deus. Não podemos mais suportar a arrogância do Presidente da República. É demais, ele passou dos limites.

O Deputado João Leite* - Desta tribuna, também saúdo o Deputado Raul Lima, representando esse Estado querido por todos nós, brasileiros, Roraima, e honrando muito esta Casa com sua presença. Faço esta saudação enquanto é cumprimentado pelos Deputados desta Assembléia e acompanhado pelo Deputado Fábio Avelar até a mesa.

Farei a leitura do pronunciamento do Presidente: "Vamos fazer o combate à hipocrisia no País. Preservativo tem que ser doado e ensinado como usar". Quem vai ensinar? "Sexo tem que ser feito e ensinado como fazer. Somente assim teremos um País livre da aids. Não tem como carimbar na testa de um adolescente quando é momento de começar a fazer sexo. Sexo é uma coisa que quase todo o mundo gosta. É uma necessidade orgânica do ser humano. Portanto, o que nós precisamos fazer é ensinar." E diz mais: "É preciso melhorar a massa encefálica dentro do cérebro para as pessoas compreenderem que as mulheres devem ser respeitadas." Sua Excelência extrapolou.

É muita irresponsabilidade. Hoje, um dos articulistas dos nossos jornais disse que agora temos um sexólogo de botequim. O Presidente Lula, querendo tratar dessa matéria, lembra alguém no botequim discutindo. O Presidente pretende que as escolas ensinem a fazer sexo.

Deputado Lafayette de Andrada, o Presidente da República passou dos limites. É inaceitável essa manifestação, e por isso uso a tribuna nesta tarde para protestar contra a interferência do Presidente na família e na Igreja.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Saúdo o Deputado João Leite como uma das grandes figuras do Parlamento mineiro e cumprimento-o por sua preocupação com a preservação da família. Realmente, o Presidente tem sido muito infeliz em diversos pronunciamentos. E quanto a esse último, que nos deixa estarecidos a todos, lembro que a massa encefálica só pode estar dentro do cérebro, não poderia estar em outro lugar. Obrigado.

O Deputado João Leite* - Além de irresponsável, o Presidente também é redundante, outro exagero que comete.

Portanto, vemos esse traço de autoritarismo do Presidente, sua pretensão de entrar em questões que não têm nada a ver com as atribuições de um Chefe de Estado. Lembro-me do meu tempo de atleta, quando viajava pela Cortina de Ferro, em contato com os atletas da Romênia e da Iugoslávia, todos debaixo de uma ditadura terrível da União Soviética, em que tudo era decidido para eles: quantos filhos poderiam ter, se a igreja poderia abrir ou não, etc. E agora vemos esses traços em nosso país. Mas não será possível, porque nos manifestaremos.

Aliás, quero ouvir uma palavra daqueles pastores que foram lá apoiar o Presidente Lula. Refiro-me aos pastores ligados às igrejas. Queria ouvir uma palavra deles no momento em que S. Exa. se manifesta em relação à igreja, à família, interferindo no que é mais sagrado para nós.

Alguns acreditam que democracia é isso. Democracia é também o direito que tenho de guiar, orientar minha família e de eu ter a minha fé. Isso está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que serviu de base para a nossa Constituição cidadã.

O Presidente da República pretendeu atropelar todas essas questões que são fundamentais para nós. Não podemos permitir isso.

Na última legislatura, nesta Casa houve uma Frente Parlamentar da Família, e queremos continuar com ela para defender a família. Aliás, agora temos de defender a família contra o Presidente da República, que a ataca pretendendo dizer-lhe como cuidar dos seus filhos, tentando ensinar sexo aos nossos filhos na escola pública. Isso se trata de escolhas, e S. Exa. não tem o direito de tratar dessa questão.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado João Leite. Estou ouvindo atentamente V. Exa. Realmente a manchete de hoje nos deixa tristes e constrangidos ao ver o comportamento de um Chefe de Estado avançar na intimidade do lar e da célula "mater" da sociedade: a família.

V. Exa. ponderou bem. Trata-se do pátrio poder exercido por nós, pai, mãe, exemplos da família e da própria dignidade humana. V. Exa. traz essa reflexão de constrangimento para nós, brasileiros. Ouvimos suas palavras atônitos, muito embora já tenhamos acompanhado a matéria pela imprensa. E quero fazer coro com V. Exa. por suas palavras: a família é intocável, inviolável. Sem dúvida, seus direitos e deveres são comandados pelo pai e pela mãe em razão dos seus filhos. Não deve haver destruição por terceiros ou por quem quer que seja do seio da família, sem dúvida, a célula mais sagrada da sociedade.

Parabenizo V. Exa. neste importante momento de reflexão. Tenho certeza de que suas palavras servirão para reflexão no seio de cada família mineira. Só assim as palavras de um Presidente da República não serão dirigidas da forma graciosa como ele quis instituir. Parabéns!

O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que, com conhecimento político, traz mais luz a este pronunciamento. A outra coisa mais sagrada, além do pátrio poder é...

Gostaria de saudar a presença da delegação do Kosovo.

Eu dizia que o Deputado Dalmo Ribeiro Silva trouxe mais brilho à nossa manifestação, lembrando de algo sagrado, a inviolabilidade do domicílio, fundamental para nós, que estamos ligados aos direitos humanos. E até isso o nosso Presidente invadiu.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Deputado João Leite, comungo com as opiniões e os posicionamentos de V. Exa. Não tenho como deixar de mencionar duas palavras da Sagrada Escritura, neste momento, muito propícias e fortes: os chamados "ais" de Jesus. Justamente para endossar e enfatizar o que V. Exa. disse, em duas passagens distintas, estava escrito que ai daquele que chama de bem aquilo que é mal e de mal aquilo que é bem. Em outra passagem, está escrito que ai daquele que escandalizar uma dessas crianças. Seria melhor ter colocado uma pedra amarrada no pescoço e ser lançado ao mar.

Nós, defensores da vida, não podemos ficar silenciosos e muito menos omissos em se tratando de uma questão tão séria como essa, que atinge a família, sobretudo as crianças, que, em vez de se protegerem de doenças, acabam sendo estimuladas a adquiri-las mais cedo.

Parabéns pelas palavras. Juntos, vamos lutar pela vida, contra todo tipo de morte. No Dia Internacional da Mulher, damos uma palavra contra o aborto e contra a cultura de morte e a favor das mulheres, as matriarcas das famílias. Parabéns!

O Deputado João Leite* - Muito obrigado pela contribuição, trazendo-nos uma reflexão da palavra de Deus. Concluindo, gostaria de lamentar, mas, ao mesmo tempo, convocar todos os Deputados, os homens, as Deputadas, as mulheres para não permitirmos isso. Não podemos permitir que o nosso país seja dominado por esse sentimento lançado pelo Presidente da República. O Presidente da República não tem direito de interferir na vida familiar dos brasileiros e de tratar de questões que não lhe pertencem. Ele não foi escolhido para isso. Quero conclamar todos para resistirmos. Se for necessário, vamos às ruas, para que S. Exa. se coloque no lugar devido e escolhido pelo povo brasileiro. Esse é o chamado que quero fazer a todas as mineiras e a todos os mineiros. Não podemos permitir esse ataque à família, não podemos permitir que o Presidente da República extrapole suas funções. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Esta Presidência, na condição de parlamentar, comunica ao Deputado João Leite que recebemos a informação de que dois Ministérios do governo federal haviam lançado recentemente uma cartilha sobre sexualidade nas escolas - não sei se isso é do conhecimento de V. Exa. -, em que, com muita liberalidade, induz alunos a usar camisinha, a praticar sexo, a beijar porque o ato de beijar é muito favorável por estimular a contratação de muitos músculos e eliminar substâncias benéficas ao ânimo do jovem. Não ouviram a família nem as escolas. Não ouviram nada. Tudo isso merece reflexão e uma tomada de posição.

Pedimos, por meio de requerimento, uma reunião conjunta das Comissões de Saúde e de Educação para discutirmos se temos mesmo de ensinar sexualidade aos nossos jovens de maneira tão liberal, até induzindo, nas entrelinhas, a prática do sexo e do uso da camisinha, como se isso fosse algo rotineiro. V. Exa. será avisado sobre a data de realização dessa reunião.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado João Leite - Quereria, rapidamente, reconhecer a autoridade de V. Exa. para fazer essa proposta. Sabemos do seu trabalho, da sua folha de serviço, como médico, prestada à criança e ao adolescente no Estado e no País; todavia, o Presidente aposta na diluição de valores muito profundos. O Estado não pode mudar marcos que a sociedade brasileira estabeleceu.

Muito obrigado e parabéns pela sua iniciativa.

O Deputado Doutor Rinaldo - Cumprimento o caro Deputado Doutor Viana, Presidente dos trabalhos desta tarde, os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, assim como as pessoas que nos visitam.

Início minha fala hoje, Sr. Presidente, como todos os outros colegas, cumprimentando a mulher mineira. Vou-me estender um pouco mais além desse cumprimento. A mulher, há muitos anos rejeitada e oprimida, teve no dia 8 de março um momento para lembranças. Muitos dizem que não deveria haver essa data. Por que a temos? Essa data é para lembrarmos o passado e o fato de que precisamos melhorar o presente.

Não apenas no passado, a mulher foi oprimida e deixada em segundo plano. Ainda hoje, pela força, muitas mulheres são agredidas e impedidas de procurar a Justiça. Um dia para a mulher não serve apenas para manifestações de alegria, mas também para nos lembrarmos de que, ainda hoje, muitas mulheres são reprimidas e esquecidas.

Para que muitas mulheres mineiras importantes, do passado e do presente, não sejam esquecidas, gostaria, Sr. Presidente, de formular a essa Mesa requerimento sugerindo a criação nesta Casa de uma galeria de mulheres mineiras. Visitamos algumas vezes o Palácio do Catete, onde pudemos ver a galeria das mulheres brasileiras que se destacaram em cada período de um determinado Presidente. Então, encaminho requerimento à Mesa para que as mulheres mineiras também possuam na Casa do povo mineiro uma galeria para que aquelas que se destacaram nas artes, na ciência, na política, enfim, em todas as áreas, sejam reconhecidas. Farei isso a fim de que mulheres que lutaram muito para ganhar espaço na sociedade, garantir o direito de votar e de ser votadas, de trabalhar e de exprimir sua vontade sejam lembradas. Muitas vezes essas mulheres - isso ocorre com alguns homens também - são esquecidas por não terem espaço no dia-a-dia.

Hoje é o Dia Internacional da Mulher, momento ideal para deixarmos para nossos filhos e netos um espaço na Casa do povo, de modo que as mulheres que contribuíram para o crescimento de Minas Gerais não sejam esquecidas.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Cumprimento-o pelo seu pronunciamento e faço coro com suas palavras. Inscrevi-me para fazer uso da tribuna, mas, em virtude do tempo, penso não ser possível. Diante disso, aproveito a oportunidade que V. Exa. me concedeu para fazer este aparte e demonstrar a nossa satisfação em compartilhar essa idéia.

Dirijo-me ao Presidente desta reunião, Deputado Doutor Viana, para fazer um apelo à Mesa da Casa. Até hoje não recebi explicações nem consegui entender algo aqui ocorrido. Na primeira legislatura, em 2002, apresentei nesta Casa um projeto que vem ao encontro do que o nobre Deputado propõe: a realização de uma galeria.

Na minha opinião, essa questão é tão importante, que, já em 2002, apresentei a esta Casa uma sugestão, por meio de um projeto de lei, tendo em vista a comemoração do Dia Internacional da Mulher, no dia 8 de março. Ademais, o referido projeto de lei cria a Medalha de Honra ao Mérito Bárbara Heliodora, exatamente para homenagear, premiar as mulheres que se destacaram, tiveram importância na evolução de nossa sociedade. Ou seja, seria um marco e uma homenagem à mulher.

Como já disse, o projeto foi apresentado em 2002, mas foi arquivado sem ser apreciado. No início de 2003, fiz outra tentativa. Apresentei um requerimento, o projeto foi desarquivado e aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos, mas nunca foi incluído em pauta. Mais uma legislatura terminou, e o projeto novamente foi arquivado; todavia, como sou um Deputado persistente, no início desta legislatura, novamente apresentei um requerimento solicitando o desarquivamento do projeto. Portanto, Deputado Doutor Viana, temos de criar essa medalha.

Deputado Doutor Rinaldo, eu dizia que, naquela legislatura, o projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Direitos Humanos. Logo, não entendemos por que não veio a Plenário para ser votado.

Apresentei requerimento solicitando seu desarquivamento, e ele terá de voltar ao início da tramitação. Aproveito a oportunidade para tratar desse assunto, já que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para onde o projeto deverá ser encaminhado primeiramente, em atendimento à norma regimental, está presente. Peço a V. Exa. que dê prioridade a essa questão.

O relator, Deputado Paulo Piau, apresentou seu parecer, que foi aprovado. Esperamos que o projeto seja aprovado ainda neste ano. Assim sendo - quem sabe, no próximo ano? -, poderemos homenagear justamente as mulheres mineiras.

Cumprimento V. Exa. pelo seu pronunciamento e agradeço-lhe a oportunidade, por meio da qual pude solicitar o empenho da Mesa da Assembléia para agilizar a votação do projeto. Obrigado.

O Deputado Tiago Ulisses (em aparte)* - Agradeço-lhe, nobre companheiro do Centro-Oeste de Minas, amigo de longa data. Eu, V. Exa. e os Deputados Inácio Franco, Domingos Sávio e Paulo Cesar representamos o Centro-Oeste mineiro. Congratulo-me com V. Exa. pelas palavras proferidas no Dia Internacional das Mulheres.

Estou dando continuidade ao trabalho de uma grande mulher, a ex-Deputada Maria Olívia, minha mãe, que aqui, por quatro mandatos, também honrou o nosso Centro-Oeste de Minas.

Quero comunicar a V. Exa. e ao Presidente que tivemos um encontro muito produtivo com a comitiva de Kosovo, que esteve aqui hoje. Tive oportunidade de representar a Presidência da Casa, a Mesa. Desenvolvemos um trabalho profícuo, que tende a dar intercâmbio não só político, mas também cultural e econômico, de Minas Gerais com o Kosovo. Kosovo hoje é um território independente, administrado pela ONU, devido aos conflitos étnicos que tem com a Sérvia e a Albânia.

O Brasil pode dar uma grande contribuição para a independência de mais um povo, por meio do Embaixador José Aparecido de Oliveira, pai de nosso colega do PV, Deputado José Fernando, que contribuiu para a independência do Timor Leste. É importante que Minas Gerais tenha esse intercâmbio e aprofunde o relacionamento com as minorias, como, por exemplo, com o povo albanês, que está sub-representado na província de Kosovo. Anteriormente, esse território era ligado à Iugoslávia - hoje a Sérvia -, o qual, com a ajuda da União Européia e da ONU, está tornando-se uma república independente. Muito obrigado.

Congratulo-me, mais uma vez, com V. Exa. pela lembrança importante do Dia Internacional da Mulher.

Cumprimento também o Deputado Ademir Lucas, que prossegue o trabalho da ex-Deputada Vanessa Lucas, que representou tão bem a mulher no Legislativo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Rinaldo - Eu que agradeço. Finalizando minha primeira fala sobre as mulheres nesta tribuna, gostaria de deixar um abraço a toda mulher mineira, principalmente àquela mulher vítima de agressão física que, muitas vezes, não teve oportunidade de defender seus direitos. Também deixo um abraço para uma classe de trabalhadoras que convive comigo todos os dias nos hospitais, a mulher enfermeira, a auxiliar de enfermagem, aquela que, muito mal remunerada, todos os dias traz um sorriso no seu rosto. Um paciente que trata da saúde precisa mesmo do apoio e do amparo dessa enfermeira, dessa auxiliar. E, muitas vezes, esse trabalho não é reconhecido.

Sr. Presidente, segunda-feira próxima passada, visitamos a Defensoria Pública de Divinópolis, quando tivemos o prazer de ser recebidos pela Defensora-Coordenadora Rosângela Malta. Tivemos momentos felizes ali, quando conhecemos melhor o trabalho e o motivo da greve. Convidei as Defensoras e os Defensores de Divinópolis e região para visitarem nossa Casa. Quero cumprimentá-las porque hoje, no Dia Internacional das Mulheres, os Defensores de Divinópolis e Carmo do Cajuru estão atendendo normalmente os casos das mulheres, em homenagem a elas no seu dia.

Sr. Presidente, hoje, pela manhã, estivemos em Divinópolis, atendendo a um convite da Associação de Combate ao Câncer do Centro-Oeste Mineiro - Acccom -, com os Secretários Municipais das cidades que a Acccom abrange - cerca de 80 cidades. Compareceram em torno de 50 Secretários Municipais de Saúde.

Não poderia deixar de falar do trabalho que a Acccom desenvolve para todos aqueles que a procuram para tratar do câncer. Eu já sabia do trabalho da Associação, da entidade respeitada que é e da assistência que presta ao paciente com câncer, desde sua consulta até sua alta, internações hospitalares, exames, quimioterapia e radioterapia. Hoje fiquei sabendo de muito mais coisas que a Acccom faz junto a seus familiares e crianças. A cada dia, vemos que a Acccom está sendo mais valorizada por todo o povo do Centro-Oeste mineiro, que, através do "telemarketing" da Associação, procura atendê-la e fazer suas doações.

Deixo meu abraço ao Leite Nogueira, Presidente da Acccom. Pode contar comigo, com o Deputado Domingos Sávio, com os demais Deputados da região Centro-Oeste e os demais pares desta Casa.

A Acccom funciona em parceria com o Hospital São João de Deus. E hoje é o dia de São João de Deus, alguém que abriu mão de seus bens materiais para dedicar-se ao tratamento de pessoas carentes. Ele doou seus bens, seu tempo e sua vida para esse fim.

Deixo meu abraço ao Irmão Augusto, Presidente do Hospital São João de Deus. Eu, o Deputado Domingos Sávio e os demais pares desta Casa estamos de mãos dadas pela Fundação.

Agradeço a gentileza com que o Secretário me recebeu, assim como ao Deputado Marcus Pestana e aos demais membros da Comissão de Saúde. O Secretário nos recebeu muito bem e mostrou boa-vontade para fazer parceria em prol da saúde dos mineiros. No dia 28 receberemos o Secretário em nossa Comissão e abordaremos os anseios de toda a comunidade do Centro-Oeste e de todo o Estado de Minas Gerais. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois assuntos me trazem à tribuna. O primeiro tem causado bastante polêmica em nosso Estado e diz respeito à individualização da hidrometração em condomínios residenciais, principalmente em edifícios, e vem sendo debatido há muito tempo. Há uma grande preocupação por parte dos condomínios e das associações de classe, e verificamos que esse assunto, cada dia mais, vem movimentando o Estado. Hoje de manhã apresentei um requerimento à Comissão de Defesa do Consumidor, cujo objetivo é convidar para uma reunião todas as pessoas envolvidas nesse processo.

Tive oportunidade de fazer uma visita à Copasa para mostrar a nossa preocupação.

A Copasa nos informou que já está estudando esse processo há algum tempo e que o estudo está praticamente concluído. Na oportunidade, a Copasa também nos informou que a sugestão e os critérios que a empresa vai adotar dizem respeito à individualização das edificações novas, ou seja, à individualização da ligação de um apartamento, respeitados os critérios técnicos e as normas da empresa.

Essa é uma questão que vem sendo bastante discutida pelas associações, porque, quando se faz a medição em conjunto de um prédio, o rateio entre os condôminos é muito questionado. A Copasa já vai adotar o critério da individualização das medições desses apartamentos e unidades domiciliares.

Um outro aspecto também me preocupa muito. Fomos procurados por vários síndicos da região de Belo Horizonte, onde esse serviço de individualização em prédios antigos tem sido prestado por uma firma de São Paulo, aliás sem os devidos cuidados legais. Na realidade, isso vem causando um tumulto muito grande nesses condomínios, razão pela qual este Deputado foi procurado.

Ao debater o assunto com os referidos síndicos, foi-nos informado que o condomínio, apesar de não ter sido realizada nenhuma assembléia geral ou delegação, apenas com uma autorização do síndico vem realizando essas modificações em edificações antigas a fim de individualizar as ligações e ainda se responsabilizando pela operação interna desse sistema, promovendo até o corte das ligações de água dos apartamentos. Essa é uma preocupação muito grande, pois não sabemos se isso é permitido por lei.

No processo atual, quando a Copasa apresenta a sua conta de água, embutido nessa conta vem o pagamento referente ao serviço de coleta e tratamento do esgoto sanitário. Então, se o síndico fizer o corte interno de cada apartamento, ele poderá cometer um equívoco, dado o impedimento apresentado pelo esgotamento sanitário. Assim, o proprietário poderá ficar sujeito a uma dupla tributação.

Essa é a nossa preocupação. Fizemos uma pesquisa em decorrência de uma informação obtida, segundo a qual esses serviços estariam sendo prestados pelos Estados de São Paulo, Paraná e Goiás, salvo engano. Nesses Estados houve problemas seriíssimos com essas empresas. Aliás, várias ações estão sendo ajuizadas em virtude desses problemas. Em Belo Horizonte também já estamos verificando a ocorrência dos mesmos problemas.

Por tudo isso é que esse requerimento foi bem acolhido pela Comissão de Defesa do Consumidor, e ainda vamos ter oportunidade de debater profundamente essa questão com a realização de uma audiência pública com a presença de todos os segmentos envolvidos. Será uma grande oportunidade para as entidades de classe, para as associações de condomínios e para que a Copasa também esteja aqui e nos informe sobre o seu projeto de unificação, que está sendo concluído por essa empresa. Com isso, esta Casa dará grande contribuição para que os referidos problemas sejam todos equacionados de uma só vez.

Era esse o assunto que queria abordar.

Gostaria, desde já, de convidar todos os nossos companheiros Deputados a participar dessa audiência pública, em que teremos a oportunidade de debater o assunto.

Para que fique registrado, solicitamos mais uma vez ao Presidente que priorize a tramitação do importante projeto referente à Medalha Bárbara Heliodora, que visa a homenagear a mulher mineira no dia 8 de março. Deputado João Leite, esse projeto foi apresentado nesta Casa em 2002, por ocasião do meu primeiro mandato, foi arquivado na legislatura seguinte e, por meio de requerimento de minha autoria, foi desarquivado. Novamente a Comissão de Constituição e Justiça, por meio de parecer do Deputado Paulo Piau, aprovou a proposta, encaminhada posteriormente à Comissão de Direitos Humanos, que também a aprovou por intermédio de parecer do Deputado Roberto Ramos. Não entendemos por que até hoje esse projeto não foi apreciado em Plenário, tendo sido arquivado. Como sou um Deputado persistente, apresentei requerimento solicitando o seu desarquivamento, e agora novamente se inicia todo o processo de tramitação, devendo ser encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos. Já tenho o compromisso do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para agilizar a tramitação, com vistas a que, no dia 8 de março do próximo ano, se Deus quiser, tenhamos a oportunidade de reconhecer o trabalho das mulheres que se destacam, lutam pelo desenvolvimento da nossa sociedade e se tornam cada vez mais presentes.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Deputado Fábio Avelar, a comissão de mérito deverá ser a de Direitos Humanos, da qual sou membro. É claro que daremos todo o apoio a essa iniciativa. Creio que, nesse dia, existe realmente uma lacuna no Parlamento mineiro para fazermos uma manifestação a favor das mulheres. A proposta de V. Exa. vem em bom momento. É uma pena ela ainda não ter recebido a atenção da Assembléia Legislativa, mas espero que isso ocorra agora.

Gostaria ainda de provocar V. Exa. nessa tribuna. Já não sou seu companheiro na Comissão de Meio Ambiente, mas temos uma luta em comum: a retirada do lixão do Pindorama, em Belo Horizonte, onde mais de 350 mil famílias convivem com o problema há mais de 30 anos. É uma luta antiga de V. Exa. Nasci nessa região e sinto o sofrimento das pessoas e os riscos que correm. V. Exa. já conseguiu documentos e tem experiência na área. Tememos que ocorra uma tragédia no local. Já sabemos da posição do Copam, contrário à permanência do lixão. Portanto, como V. Exa. é membro da Comissão de Meio Ambiente e tem acompanhado essa situação, gostaria de saber se existe um prazo de extinção do lixão da BR-040, no Pindorama. Haverá uma audiência pública para se discutir o assunto? Temos informações dos órgãos ambientais do Estado sobre o prazo final de funcionamento desse lixão?

O Deputado Fábio Avelar - Agradeço o aparte do ilustre Deputado João Leite, que traz novamente a esta Casa esse assunto, que já deveria ter sido resolvido há muitos anos. Sabemos da dificuldade que a comunidade enfrenta com um lixão localizado em frente às suas casas.

Por meio de relatórios apresentados por técnicos da Universidade de Viçosa, fomos informados de que aquele aterro não tem a devida segurança - aquela que é recomendada, ou seja, aqueles coeficientes de segurança recomendados - e não suporta nenhum tipo de aproveitamento. Ele já se encontra totalmente saturado, esgotado. Tivemos oportunidade de falar isso nesta tribuna. Convém salientar também que não foi projetado pelo que recebe hoje. Quando foi idealizado, numa solução temporária que já se esgotou há vários e vários anos, não tinham sido aplicadas as técnicas recomendadas naquele aterro para a regulamentação.

Outro problema que acreditamos ser incomum é a destinação final do chorume daquele aterro. Quer dizer, ele não é tratado nem colhido naquele local, mas sim coletado por meio de caminhões-pipa, que estão sendo colocados na estação de tratamento do Arrudas. No nosso entendimento, essa situação não é adequada para esse atendimento.

Estamos agora na Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Graças a Deus estamos retornando, pois tivemos oportunidade de fazer parte da Mesa anterior por dois anos. Não podíamos ter uma participação efetiva como membro de nenhuma comissão, em virtude de uma exigência regimental. Porém, agora, fomos indicados para participar dessa Comissão. Com muita honra, fui eleito Vice-Presidente. Esse assunto está sendo retomado.

Já temos a informação de que, se não me engano, foi aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte um requerimento do Deputado Eros Biondini. Na Comissão de Meio Ambiente, esse assunto será retomado, porque aquela comunidade não suporta mais conviver com essa situação. É preciso que uma providência urgente seja tomada. O Copam também já se manifestou sobre o assunto, falando da impossibilidade do prosseguimento desse aterro. Então, V. Exa. pode estar certo de que, com todo o nosso vigor, retomaremos esse assunto, que é da mais alta importância não somente para os moradores da região, mas também para a nossa Belo Horizonte como um todo. Belo Horizonte, que é uma Capital, não pode ter o seu sistema de resíduos sólidos, de limpeza urbana e de lixo tratado dessa maneira. Precisamos lutar e unir as nossas forças para equacionar de vez esse angustiante problema.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Fábio Avelar, obrigado e parabéns pelo pronunciamento. Gostaria de falar sobre outra coisa. Estou ao lado do Líder do nosso PFL, futuro partido democrata. Em nome da nossa bancada, não poderia deixar de cumprimentar as

mulheres pelo Dia Internacional da Mulher. Em nome das nossas colegas, que hoje se encontram numa atividade externa exatamente em razão desse dia; de todas as servidoras da Assembléia Legislativa do nosso Estado, que muito nos ajudam nesse trabalho de representar o povo mineiro nesta Casa; e da nossa Bancada do PFL, gostaria de parabenizar e abraçar todas as mulheres do nosso Estado e, por que não, do nosso país.

Deputado Fábio Avelar, obrigado pelo aparte e muito sucesso nesses próximos quatro anos, no mandato que se iniciou há pouco mais de um mês.

O Deputado Fábio Avelar - Ilustre Deputado Gustavo Valadares, obrigado pelo aparte.

Sr. Presidente, ao concluir a minha fala nesta tarde, no dia em que; merecidamente, comemoramos o Dia Internacional da Mulher, gostaríamos, mais uma vez, como uma homenagem à mulher mineira, de pedir desta tribuna que esta Casa dê prioridade ao ex-Projeto de Lei nº 383/2003. Aliás, esse projeto foi desarquivado, mas, assim que for publicado, deverá receber outro número. Gostaríamos de pedir o apoio de todos para que tenhamos condições de aprová-lo e para que, no próximo dia 8 de março, tenhamos condições de estar aqui homenageando a mulher mineira.

Ilustre Deputado Doutor Viana, muito obrigado pela sua paciência.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Boa-tarde a todos que nos ouvem e nos assistem. Acabo de chegar de uma atividade em homenagem ao Dia Internacional da Mulher no Município de Betim, realizado na portaria da Jabil, fábrica dos Estados Unidos da América. Fiz questão de ir a essa atividade para resgatar o significado histórico deste dia em que homenageamos a luta pela emancipação feminina.

Recebi um exemplar do "Intervalo" - Boletim informativo do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais - Sinpro-MG -, que me chamou atenção, pois está estampado em sua primeira página: "Bush, mulher não ama quem mata". É o mesmo "slogan" que estampo no adesivo do meu paletó.

Nada mais pertinente que o "slogan" da campanha do sindicato.

As tradicionais mobilizações do Dia Internacional da Mulher ganham nova dimensão este ano com a abominável visita do Presidente estadunidense George W. Bush. O protesto das mulheres contra Bush representa o repúdio contra a política imperialista que massacra os povos, destrói o planeta e produz a miséria de milhares de pessoas.

Os protestos acontecerão em todos os cantos do Brasil e estão acontecendo, organizados por diversas outras entidades, demonstrando a insatisfação do povo brasileiro com a política genocida de George W. Bush.

Conforme ressaltado pelas Diretorias da CUT e da UNE, a mobilização não é contra o povo dos Estados Unidos, mas contra seu atual mandatário. Os manifestantes são solidários com os jovens americanos que morrem nos campos de batalha a serviço da indústria da guerra, que alimenta o lucro do seu capital com o sangue de inocentes.

A visita de Bush ao Brasil, Uruguai, Colômbia, Guatemala e México, entre os dias 8 e 14 de março, será realizada num momento em que a América Latina vive transformações que a Casa Branca tenta deter com promessas de ajuda e receitas recicladas. Desembarcará na América Latina com a varinha mágica do livre comércio, não por meio da Alca, mas das 'Alcas' bilaterais ou sub-regionais, que debilitam o poder de negociação dos governos sujeitos aos tratados de livre comércio com os Estados Unidos e formam um muro de contenção para a integração latino-americana.

A visita de Bush visa a disseminar a cizânia entre os governos da América Latina. O brasileiro e historiador americano Thomas Skidmore chama a atenção, por exemplo, para o fato de que os Estados Unidos da América vêem a Venezuela, atualmente, "como algo muito sério, uma grande ameaça". A visita de Bush seria uma forma de o governo estadunidense fortalecer sua posição na região, passando um sinal de que "o Brasil está apoiando os Estados Unidos". Segundo Skidmore, o Brasil lucra pouco com a viagem de Bush. Na opinião do historiador, a oitava viagem à América Latina serve, ainda, para o Presidente americano desviar a atenção da política do seu país dos problemas vividos pela atual administração, como a ocupação do Iraque. Mas ele acredita que o Brasil não conseguirá alcançar alguns dos seus objetivos principais ao firmar uma parceria com os Estados Unidos no setor. "Bush não irá reduzir tarifas do etanol exportado pelo Brasil para os Estados Unidos. Ele não irá baixá-las de maneira alguma", finalizou.

Sr. Presidente, precisamos, neste dia de homenagem à mulher, unirmo-nos todos: mulheres, trabalhadores, trabalhadoras e o povo em geral no clamor pelo "fora Bush". As últimas décadas, a década perdida dos anos 80 e a década roubada dos anos 90, foram marcadas pela predominância de um ciclo conservador, tendo como pólo dominante o imperialismo estadunidense. Isto vem se caracterizando por uma poderosa ofensiva contra os valores civilizatórios em geral, em particular contra trabalhadores e os direitos sociais, afetando fortemente a situação de vida e trabalho das mulheres.

Quero homenagear a luta cotidiana das mulheres pela construção de uma sociedade mais justa e sua eterna coragem, expressa nos atos pelo "Fora, Bush!", citando a poesia de Cora Coralina: "Não te deixes destruir... / Ajuntando novas pedras / e construindo novos poemas. / Recria tua vida, sempre, sempre. / Remove pedras e planta roseiras e faz doces. Recomeça. Faz de tua vida mesquinha um poema. / E viverás no coração dos jovens / e na memória das gerações que hão de vir. / Esta fonte é para uso de todos os sedentos. / Toma a tua parte. / Vem a estas páginas / e não entres seu uso / aos que têm sede."

Feliz dia da luta pela emancipação das mulheres e do mundo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Agradeço ao Deputado André Quintão a gentileza. Gostaria, Sr. Presidente, de apenas anunciar que, nesta tarde, tivemos a feliz iniciativa de colher as assinaturas para uma proposta de emenda à Constituição que diz respeito à aposentadoria especial para policiais e Bombeiros Militares femininos. Hoje, Deputado André Quintão, a aposentadoria de policiais e Bombeiros Militares femininos ocorre também com 30 anos de efetivo serviço.

Aproveito essa data, o Dia Internacional da Mulher - na verdade, deveríamos comemorar essa data todos os dias, pois são elas merecedoras de todo o nosso respeito, empenho e trabalho -, para reafirmar nosso compromisso com os servidores da área de segurança pública.

Agradecemos aos demais Deputados, pois necessitaríamos de 26 assinaturas e colhemos 30 nessa proposta de emenda à Constituição. Lerei apenas a ementa, já agradecendo essa gentileza por parte de nosso orador. O art. 39 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 39, § 10 - Os direitos, deveres, garantias e vantagens do militar e as normas sobre investidura, promoção, estabilidade, limites de idade e condições de transferência para a inatividade serão estabelecidos no estatuto, resguardado o direito de a policial militar e a Bombeiro Militar requererem sua transferência para a reserva remunerada aos 25 anos de efetivo serviço.". Essa é a proposta que apresentamos e é datada de 8/3/2007.

Essa é nossa singela homenagem, é a forma de materializar nosso respeito e admiração por todas as mulheres do Brasil, em especial aquelas que exercem a atividade mais estressante do mundo: a de Policial.

Agradeço a todos os meus pares, que, junto comigo - este Deputado é apenas o primeiro signatário -, subscreveram essa proposta. Tenho a certeza de que conto com o apoio de V. Exa. e do PT para, em breve, comemorarmos a aprovação de matéria tão relevante.

Preocupamo-nos principalmente com aquelas mulheres que têm jornada dupla e uma série de atribuições, além de ser Bombeiro e policial militar feminino.

Agradeço a V. Exa. a paciência e o gesto de democracia concedendo-me este aparte logo no início de sua fala.

O Deputado André Quintão - Parabenizo o Deputado Sargento Rodrigues. Esta Casa, Deputado Sargento Rodrigues, é democrática, e um assunto dessa relevância merece todo o nosso respeito.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputado, gostaria de fazer um registro em nome da Bancada do PSDB, uma saudação especial pelo Dia Internacional da Mulher.

Quero fazer uma reflexão, e está aqui a meu lado o Deputado Padre João: Deus, quando criou o homem, viu que faltava algo para completar sua criação e torná-la ainda mais bela, e esse algo era justamente a mulher.

É merecida essa lembrança, esse reconhecimento, pois, em muitos povos, a mulher sofre preconceito pelo simples fato de ter nascido mulher. Temos de lutar contra isso e desdobrar-nos, para que, em todo o Planeta, a mulher seja reconhecida como um ente que veio completar a vida da humanidade.

Agradeço o aparte e faço essa saudação especial, em nome do PSDB, à mulher, no seu dia.

O Deputado André Quintão - Muito obrigado, Deputado Lafayette de Andrada. Percebo que vários Deputados desejam fazer seu aparte, talvez devido ao dia. Portanto, Deputado Doutor Viana, solicito a compreensão da Mesa para a prorrogação do tempo em virtude do espírito democrático da Casa, até porque, antes de iniciar minha fala - e trarei temas polêmicos -, vários Deputados estão fazendo apartes. Assim, solicito que o tempo concedido seja preservado.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Esta Presidência quer dizer ao Deputado André Quintão que reconhece seu espírito democrático e não irá se posicionar antidemocraticamente.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Obrigado pela compreensão Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, e Deputado André Quintão.

Atrasei-me porque estava no Mineirinho acompanhando o movimento Via Campesina, do qual as mulheres participaram durante toda a semana. Elas estavam sendo impedidas de ir para a Praça da Estação. Houve uma repressão da Polícia Militar impedindo a saída dos ônibus daquele local. Alegaram que o Serviço de Inteligência constatou que, nos ônibus, havia foice, facão, enxada e pneus. Insistiram em dar busca em todos os ônibus. Houve resistência, mas, depois de processo de negociação, permitiram. Não encontraram absolutamente nada. São trabalhadoras rurais que estão estudando, sistematizando um conjunto de direitos já respaldado por lei e que não está sendo assegurado na prática. Infelizmente, encontra-se ainda no papel. Aproveito o momento e me socializo com todas as mulheres, as companheiras da Casa e as companheiras Deputadas.

Apresentamos, Sr. Presidente, um requerimento dirigido à Mesa para que seja encaminhado um projeto de resolução garantindo que, no mínimo, uma vaga na composição dos cargos da Mesa seja ocupada por Deputada. Sabe por quê, Deputado André Quintão? Porque até hoje, na história da Casa, apenas três mulheres fizeram parte da Mesa. A cultura ainda impede que mulher ocupe esse espaço. Em toda a história, contamos com apenas 22 Deputadas, e muitas com mais de um mandato. Essa é a razão que nos leva a apresentar o requerimento. Há uma legislação que garante um percentual de vagas para mulheres. Esta Casa poderia dar o exemplo. Há outras conquistas a alcançarmos, e contamos com a Mesa. Agradeço e saúdo todas as mulheres do campo e da cidade.

Haverá um ato público hoje na Praça da Estação, um grito. Espero que esse ato sensibilize todas as autoridades e que a população ouça esse grito: os direitos a serem ainda conquistados. Em especial, o da mulher do campo que ainda enfrenta dificuldades para ter acesso ao crédito, aos papéis de aposentadoria. Se a mulher já é discriminada, a do campo sofre uma discriminação ainda maior, sobretudo a mulher pobre e negra. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado André Quintão, dentro desse espírito que norteia as ações de V. Exa., eu não poderia perder a oportunidade de me unir a V. Exa. e aos demais colegas para cumprimentarmos todas as mulheres de Minas, do Brasil, enfim, todas as mulheres do mundo no Dia Internacional da Mulher.

Infelizmente - isso pode até assustar - ainda temos que estabelecer datas dessa natureza. Por que infelizmente? Porque queremos - e teremos que trabalhar para isso, pois, mais do que querer, é fazer - que chegue o dia, o mais breve possível, em que não haja razões para dizer que há um dia para o homem ou para a mulher, ou para esta ou aquela minoria. No caso da mulher, temos que nos debruçar sobre isso de um modo muito mais atento, porque não se trata de uma minoria. Em boa parte do mundo as mulheres chegam a ser maioria.

Vamos pensar nas mulheres e nos homens apenas como gêneros da espécie humana que se complementam e que devem viver harmoniosamente, respeitando-se para que tenhamos um mundo melhor para todos. Não apenas lembrando-nos da mulher pela sua sensibilidade, pela sua beleza, pelo seu espírito materno, pela sua doçura, o que já é muito, mas lembrando-a e respeitando-a pela sua competência, pela sua capacidade combativa, pelo seu discernimento, pelo seu equilíbrio, enfim, por todas essas razões que fazem das nossas

companheiras algo essencial.

Deputado Lafayette de Andrada, para que a vida neste planeta tenha sentido, devemos, sim, comemorar, lembrar e homenagear as mulheres, fazendo do gesto deste dia uma oportunidade para deixarmos de lado qualquer tipo de barreira de natureza partidária e derrubarmos de vez as barreiras do preconceito, para que possamos, a cada dia, ter mais mulheres no Parlamento, nas Câmaras Municipais, nas Prefeituras, em todas as organizações sociais. E, com certeza, tê-las ao nosso lado, na nossa frente, junto conosco na construção de uma sociedade melhor.

Não se pode pensar em construir uma sociedade melhor sem família, e não há família sem mulher. Nossa homenagem, nosso carinho, nosso respeito às mulheres. Muito obrigado, Deputado André Quintão, nós que compartilhamos desse sentimento de convivência democrática, respeitosa, ainda que combativa em alguns momentos, o que faz a democracia ainda mais saudável para todos nós.

O Deputado André Quintão - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio. Tenho plena consciência de que numa data como esta são vários os Deputados que desejam manifestar todo esse respeito e apreço pela mulher mineira, pela mulher brasileira, e, às vezes, o Regimento não permite que isso seja exposto no tempo inicial. Já que temos essa possibilidade, nada mais justo que nossos colegas se manifestem livremente.

Sr. Presidente, assomei a esta tribuna em nome do PT, hoje tão bem liderado por uma mulher, a Deputada Elisa Costa, que não está presente por causa das atividades do Dia Internacional da Mulher. Em nome dela e do conjunto de Deputadas e Deputados do PT, manifesto esse reconhecimento à luta, à emancipação, à trajetória da mulher brasileira e, particularmente, das mulheres de Minas Gerais. Como bem disse o Deputado Carlin Moura, talvez esta não seja uma data de comemoração. Temos que registrar os avanços, as conquistas, mas esta é uma data marcada sobretudo pelo simbolismo da resistência, da luta, do embate contra qualquer tipo de opressão. Infelizmente, as mulheres, principalmente as mais pobres, ainda se vêem diante de desafios. Desafios na consolidação de uma saúde pública mais digna, maior valorização no mercado profissional e no próprio tratamento e respeito por parte da sociedade e particularmente pelos homens, porque o machismo ainda está muito presente nas entranhas da formação da sociedade brasileira, como também o é o preconceito e a dificuldade de construirmos a igualdade racial em nosso país.

Portanto, em nome de toda a Bancada do PT, manifesto esse reconhecimento, solidarizando-me com o Deputado Padre João, ao cumprimentar as mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens e das mulheres da Via Campesina, lembrando o papel que Frei Gilvander vem cumprindo ao dar voz e acompanhar esses movimentos. Nada melhor que essas mulheres dignas e trabalhadoras do campo estejam aqui na nossa cidade, lembrando que ainda há muita discriminação, que ainda há muito machismo e que ainda há muito preconceito contra a mulher, particularmente as mais pobres. Mas expresso nossa homenagem, extensiva às mulheres desta Casa Legislativa, às servidoras dedicadas desta Casa e também às nossas parlamentares, que hoje estão participando das várias atividades comemorativas deste dia.

Sr. Presidente, gostaria de abordar questões relacionadas ao pronunciamento do Deputado Délio Malheiros feito na semana passada a respeito da Prefeitura de Belo Horizonte, mas não o farei porque o Deputado não está presente. Farei disso uma regra, pelo menos para mim, pois o debate democrático enriquece mais o funcionamento desta Casa. Neste momento, em função de compromissos parlamentares, ele não está presente, mas trarei questionamentos, não para confrontar, mas apresentar informações que, talvez, o Deputado não tenha para fazer a devida avaliação de desempenho da Prefeitura de Belo Horizonte.

Aproveitarei o tempo que me resta, contando com a presença do nobre relator das emendas do projeto que cria a subsidiária da Copasa, para prosseguir com esse debate fundamental, e precisamos de lucidez para tratar desse assunto.

A questão do saneamento é um grande desafio no nosso país. As regiões metropolitanas, no período da ditadura militar, tiveram um crescimento desordenado, fruto de um modelo de desenvolvimento que adensou os grandes centros urbanos sem a necessária infra-estrutura, principalmente em relação à coleta e ao tratamento de esgoto. A ditadura apresentou um remédio, o Planasa, que reduziu na criação das companhias estaduais. Essa foi uma forma de atenuar a situação. Mas, de lá para cá, caminhamos muito aquém das necessidades do País.

No que tange à universalização do acesso à água tratada, principalmente no meio rural, ainda há muita dificuldade no abastecimento humano de água, o que é inadmissível. Aqueles que têm acesso às águas filtrada e mineral podem pensar que se trata de um problema inexistente no Brasil.

Mas, quando visitamos o semi-árido mineiro, os distritos rurais, vemos ainda uma realidade em que as mulheres carregam lata d'água na cabeça - como bem diz a letra de uma música famosa. Trata-se de água barrenta, suja, imprópria para o consumo humano.

Se é verdade que há problemas na universalização do acesso à água em Minas, maior problema é a coleta e o tratamento de esgoto - tratamento nem se fala. Ai, as nossas bacias hidrográficas sofrem com a poluição, com o assoreamento, com a água que mata peixe, que é imprópria para o consumo e até para o aproveitamento turístico. São vários os exemplos.

O saneamento não se esgota em água e esgoto. A visão global do saneamento incorpora o combate a determinadas doenças, a transmissão de vetores, a coleta, o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos, a questão do lixo. Temos de ter essa visão integrada da política de saneamento.

O movimento da área de saneamento no Brasil é muito forte. Ele se organizou, reivindicou e apresentou conquistas nesse período. Em Minas Gerais, chegamos a uma realidade em que temos uma Copasa eficiente, com servidores muito qualificados, prestando serviço de alta qualidade, mas ainda deficitária do ponto de vista do atendimento a algumas regiões. Não diria deficitária no seu caixa, até porque ela apresenta - o Deputado Lafayette de Andrada sabe disso - lucros crescentes que hoje são divididos entre os acionistas.

Antes de conceder um aparte, quero dizer que a questão do saneamento é estratégica. Ao pensarmos em saúde, qualidade de vida, recuperação das bacias e preservação das águas, pensamos em condição econômica para o turismo, respeito ambiental e pessoas em condições de trabalhar e produzir. Então, repito, quando falamos em saneamento, trata-se de uma política estratégica. E há aquela velha história da política brasileira: o cano é debaixo da terra. Ninguém vê, portanto não interessa aos políticos.

Primeiro registro: é importante a Assembléia debruçar-se com lucidez sobre essa temática. Antes de entrar na questão do Jequitinhonha.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Meu aparte será breve para não tomar o seu tempo. V. Exa. disse, com o que concordo plenamente, que a questão do saneamento básico é fundamental e estratégica na vida de todos os povos.

Hoje percebemos, até por força da ONU, um grande esforço mundial no sentido de que o saneamento seja levado a todos os países que têm carência, e o Brasil é um desses países. E há frutos disso. O governo federal tem-se esforçado. Recentemente sancionou a lei de diretrizes para o saneamento básico.

Quero apenas registrar que, de fato, a Copasa é deficitária em termos de atendimento aos Municípios de Minas Gerais, mas compete aos Municípios aderirem ou não à Copasa, e muitos, por opção, não o fizeram. Esse fato deve ser registrado.

O segundo ponto é que os índices de Minas Gerais de saneamento público, básico, são superiores à média nacional. É esse o registro que gostaria de fazer. Obrigado.

O Deputado André Quintão - Com certeza. No ano passado, nesta Casa chegamos a analisar um projeto que cria a subsidiária da Copasa para as regiões mais pobres de Minas Gerais.

Disse no seminário e reitero: o primeiro ponto importante é que o governo reconheceu que há um déficit de atendimento nas regiões mais pobres de Minas. E justiça seja feita, esse não é um problema do governo Aécio, mas se vem acumulando ao longo dos anos. É um problema que revela a falta de investimento federal ao longo dos anos. Revela também ou a falta de condições ou o empenho do poder local, que também segue a máxima de que saneamento não tem visibilidade política, não é caso de cultura nem de desrespeito ambiental. Temos de fazer essa reflexão para colocarmos o debate num patamar de seriedade.

Então, o governo reconheceu o déficit - isso é positivo - e apresentou uma alternativa: criação de uma subsidiária. Aí surge o questionamento: "por que criar uma subsidiária?". Esse é o debate que gostaria de fazer.

Primeira questão: Minas Gerais, desde 1994, possui uma legislação que prevê conselho estadual de saneamento, plano estadual de saneamento e fundo estadual de saneamento, porque a Copasa é operadora da política de saneamento no Estado, assim como podem ser as empresas municipais ou uma outra empresa. Quando Vereador, na polêmica renovação de contrato da Copasa com Belo Horizonte, defendi que o Município aderisse e fizesse uma boa negociação com a Copasa, para fortalecê-la, porque o grande vilão do saneamento é o mercado, a iniciativa privada, que, quando viu um filão aí, logo quis colocar as suas garras. Defendi a Copasa na renovação de contrato com a Prefeitura.

Então, há um marco regulatório estadual que não está em pleno funcionamento; aliás, está muito incipiente. Não temos uma política estadual de saneamento construída nem um diagnóstico de saneamento no Estado que aponte soluções mais globais e concatenadas. Isso revela, Deputado Lafayette de Andrada, uma grande dúvida: olhar o Estado de maneira fragmentada. Ressinto isso nesse debate. Para essas regiões, a subsidiária. E para as pessoas pobres de regiões que não são necessariamente essas, mas que também não são atendidas? E o faremos com o subsídio cruzado? Qual a capacidade de investimento desse subsídio cruzado nas regiões pobres de Minas? Deveríamos inserir a discussão sobre as regiões mais pobres. Concordo que isso é urgente.

Conheço muito o Vale do Jequitinhonha e conheço menos o Mucuri e o São Mateus. Sou Deputado majoritário do PT no Vale do Jequitinhonha. Visito distritos rurais onde as pessoas passam sede, tomam água suja e as crianças morrem por falta de água. Se não houvesse a cisterna do governo federal, da articulação do semi-árido, para captar água de chuva, essas pessoas não teriam direito ao abastecimento humano de água. Não estou falando de água para irrigar plantação e para tomar banho, mas de água para beber, em quilômetros de distritos do Jequitinhonha nos quais as pessoas sofrem essa privação inadmissível.

É muito importante que busquemos resolver isso. Mas pergunto-me: "é esse o caminho?". O primeiro debate é como inserir a criação da subsidiária e a preocupação regional prioritária no contexto de uma política estadual de saneamento mais ampla.

Segunda questão: o grande desafio é a diferenciação da tarifa para prover serviços acessíveis ao cidadão pobre dessas regiões. Essa é uma preocupação relevante. Sabemos que lá há um custo operacional maior. Isso é evidente para quem nos acompanha pela TV Assembléia. Uma coisa é levar água e coletar esgoto em um prédio com 20 ou 25 andares; outra, é fazer isso em um distrito a 80km ou 90km da sede, como, por exemplo, a cidade de Araçuai. É evidente que esse é um custo operacional mais caro.

Como garantir a universalização, com uma tarifa compatível, para que o Município adira ao sistema Copasa sem medo da retaliação do município, que pagará uma conta cara? Esse é outro desafio. O Deputado Carlin Moura falou sobre o rebaixando do custo da mão-de-obra desse serviço. Essa é uma questão polêmica, a qual teremos de aprofundar. É justo? Não é justo? É necessário? Não é necessário?

Há uma segunda questão importante, e ontem ouvi atentamente a intervenção do Deputado Lafayette de Andrada: a lei federal de janeiro de 2007, que é uma novidade, coloca como princípio e diretriz a adoção de métodos e tecnologias alternativas - e isso é importante. O exemplo da cisterna, que capta a água da chuva, é ótimo, pois trata-se de uma tecnologia barata em que se recolhe água com menor custo que se fossem levados canos por quilômetros para lugares onde existem poucas residências. A relação custo-benefício é muito melhor.

Todavia, temos de ter cuidado para que a tecnologia alternativa não signifique a precarização ou a queda de qualidade da prestação do serviço. Esse é um dado. Sou adepto, há muitos anos, das redes de tecnologia alternativas e da criatividade do povo. Nessas regiões, Deputado Wander, muitas vezes as pessoas nos ensinam qual é a melhor tecnologia. Ensinam a melhor tecnologia ao engenheiro, ao técnico. Às vezes, em virtude da vivência dessas pessoas, elas desenvolvem tecnologias muito mais adequadas à região.

Como avaliar o que será tecnologia alternativa sem considerar que aquilo pode significar, Deputado Lafayette de Andrada, um serviço de terceira, quarta ou quinta qualidade? Não podemos admitir, a título de universalização, a criação de uma diferença na qualidade da prestação de serviço, ou seja, que o cidadão de uma cidade rica, do Sul de Minas, tenha água de primeiríssima qualidade, que atenda a todos os padrões nacionais, tenha coleta de esgoto e um rio limpo, enquanto o cidadão pobre, aquele que carregava lata d'água na cabeça, tenha uma água não tratada adequadamente, com insumos de qualidade diferenciada, tratada por profissionais com qualificação diferente. Considero errada essa forma. Haverá o saneamento para quem pode pagar e o saneamento para quem não pode pagar. Esse é um ponto que merece diálogo.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Para enriquecer o debate, e levando em consideração a preocupação de V. Exa., informo a existência de uma emenda. É procedente sua preocupação. O fato de a subsidiária tentar buscar maneiras operacionais que visem a baratear o custo final do produto não implica autorização para redução da qualidade. Há uma emenda do PT, partido de V. Exa., que procura garantir o mesmo padrão de qualidade da Copasa aos produtos e serviços prestados. Pretendemos acolher essa emenda para garantir a qualidade do produto.

V. Exa. questiona se esse modelo seria o adequado. O tempo o dirá. Pareceu aos técnicos do governo que ele era o mais adequado. Quero assinalar que a Prefeitura de Belo Horizonte, hoje dirigida pelo PT, é parceira da Copasa - o governo estadual tem 60% das ações; a Prefeitura, 10%. Na reunião do conselho, em que foi definida a criação da subsidiária, a Prefeitura votou a favor desse modelo.

Afastando qualquer tipo de disputa ideológica ou partidária, acredita-se que esse seja o modelo mais eficiente, e é isso que norteou o governo de Minas quando enviou para esta Casa o projeto de lei. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão - É natural que a Prefeitura, olhando seus interesses, tenha votado a favor, até porque, com a eliminação do subsídio cruzado, pode-se ter a possibilidade de redução de tarifa naquelas regiões onde não haverá mais a necessidade de transferência de

recurso de um custo operacional mais baixo para uma região pobre.

Já faço o nexo com a outra preocupação. Como garantir a viabilidade econômica dessa subsidiária mantendo a qualidade? Isso é que tenho dificuldade de compreender. Sou muito transparente e sincero. Para mim, residente e ex-Vereador de Belo Horizonte, poderia ser feito um discurso de que o belo-horizontino paga uma tarifa de água muito cara.

Pode-se alegar: é bom criar uma subsidiária, vamos acabar com esse negócio de subsídio cruzado, vamos pensar apenas em nossa cidade. No entanto, fico imaginando como conseguir a viabilidade econômica da subsidiária sem o subsídio cruzado. Ainda não obtive essa resposta. Não estou dizendo que o governo não a tem; provavelmente deve tê-la, ainda que parcialmente.

Uma subsidiária não poderá depender somente de recursos a fundo perdido, que, na verdade, são importantes até para se "correr atrás do prejuízo" na região que necessita de altos investimentos.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Acontece que V. Exa. já respondeu a essa pergunta, quando disse que ela deverá utilizar tecnologias alternativas, que barateiam o custo.

O Deputado André Quintão - Deputado, esse é o debate. Conversei com os representantes da equipe técnica do Projeto Vida no Vale, coordenado atualmente por uma equipe muito séria. Basta lembrar o saudoso Kawarc, um dos idealizadores e coordenador do Projeto Vida no Vale no governo Aécio Neves. Ele tinha a obsessão humanista de levar saneamento às regiões mais pobres de Minas Gerais, mas, infelizmente, faleceu.

O Deputado André Quintão - Tenho respeito pela equipe. O relatório, ou seja, os argumentos acerca da viabilidade técnica e econômica ainda não foram apresentados.

Sr. Presidente, nos 3 minutos que me restam, farei algumas observações. O ideal seria a retirada do regime de urgência, não para protelarmos a votação do projeto, Deputado Lafayette de Andrada, mas para evitarmos a obstrução da pauta de votação da Assembléia. Sem o regime de urgência, é perfeitamente possível acelerar o andamento do projeto nas comissões. Não vejo necessidade de urgência, poderemos fazer um acordo.

Deputado Tiago Ulisses, quando fui Líder do PT nesta Casa, em certa ocasião havia cerca de 15 projetos para serem votados, e o ano chegava ao final. Reuni-me com o Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo, e fizemos um acordo. Eu, confiando na flexibilidade do governo, e o Líder do Governo, confiando na capacidade e responsabilidade da Oposição, marcamos a data em que encerraríamos a legislatura. Até o dia acertado, votamos todos os projetos. Ou seja, cumprimos o calendário, não houve necessidade de convocação extraordinária, nem desgaste na imprensa.

Portanto, poderíamos fazer um acordo de votar, sem regime de urgência, em um mês, a favor ou contra o projeto. Nesse caso, não nos sentiremos com uma espada na garganta. Na minha opinião, o caminho seria retirar a urgência, a fim de negociarmos.

Deputado Lafayette de Andrada, se o governo optar por não retirar a urgência, V. Exa. terá um papel fundamental. Se o governo não retirar a urgência, partiremos para o voto. Como sabemos, o governo tem maioria. Então, qual será o recurso da Oposição? A obstrução, que, aliás, não resolverá o problema do governo nem o da Assembléia.

Diante disso, poderíamos, quem sabe, por meio de emendas - e, nesse caso, reservando à Oposição não convencida o direito de manifestar seu voto contrário -, avançar em alguns pontos, fato que, pelo menos, dar-nos-ia certa tranquilidade ao não realizar obstrução diante de um gesto que causaria tantos prejuízos à população da região. Para concluir, Sr. Presidente, penso que se deve retirar o projeto do regime de urgência. Se isso não acontecer e o projeto for a votação, o relator deverá ter muita atenção, já que a obstrução poderá ser uma alternativa, mas certamente não será a melhor nem para o governo nem para a Oposição.

Finalizando, quero discordar fraternalmente do Deputado Domingos Sávio, um dos Deputados por quem tenho mais respeito na Casa, mas que não sei se foi bem interpretado. Nós, nesse espírito de diálogo, de conciliação e de entendimento, cada um respeitando as opiniões... Mas o Deputado deu uma declaração na imprensa hoje querendo colocar a população da região contra o PT e o PCdoB, como se fôssemos contra o saneamento básico naquela região.

Deputado Domingos Sávio, estamos iniciando uma legislatura, em um clima de entendimento e de diálogo. Tenho certeza de que essa não deve ter sido a intenção de V. Exa. Agora o PT, protagonista de movimentos sociais e de mobilização, não tem medo do povo. Não será uma ameaça de pressão sobre a Casa que fará com que o PT e o PCdoB abram mão dos seus legítimos questionamentos em nome de uma política de saneamento digna para o Vale do Jequitinhonha.

Se houvesse vontade política, o Jequitinhonha, o Mucuri e o São Mateus há muito tempo não estariam nessa situação de penúria. A Copasa existe há muitos anos, o lucro também existe, mas faltou vontade política.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Lafayette de Andrada - No que diz respeito às ponderações do Deputado André Quintão, quero dizer que, para nós, a determinação do governo visa buscar o consenso. Não devemos mais protelar essa discussão, mas sim buscar o consenso, o entendimento. A determinação do governo, inclusive quanto ao PT, é que, ao examinarmos as emendas, na medida do possível, e no que não ferir tecnicamente o corpo do projeto, aproveitemos todas elas na busca do consenso, e que o façamos o mais breve possível, para votarmos rapidamente esse projeto, pois o povo do Vale do Jequitinhonha não pode mais esperar.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos e amigas da imprensa, funcionários da Casa e ilustre povo que nos vê pela TV Assembléia, galerias, não poderia deixar passar em branco o dia de hoje, pois restringida há alguns anos ao ambiente doméstico e familiar, a mulher lutou e venceu ao perceber e reconhecer a grande contribuição que poderia dar à sociedade, equiparando-se principalmente como profissional aos trabalhos que antes eram estritamente masculinos.

A mulher ultrapassou barreiras e ocupou espaços na indústria, nos cargos públicos, nas escolas, no comércio, conduzindo grandes empresas como profissionais liberais, policiais; enfim, em todos os setores de trabalho, a presença marcante da mulher vem se firmando de modo inalterável.

Nesta Assembléia Legislativa, temos a honra de contar com grandes mulheres defensoras da causa pública exercendo as atividades

parlamentares, dignificando este Poder Legislativo e valorizando o mandato a elas confiado pelo povo mineiro.

A todas as funcionárias deste Parlamento, cuja honradez e competência no trabalho são contribuições para o cumprimento das nossas responsabilidades, os meus cumprimentos e o meu agradecimento.

Donas de casa, mães, professoras, mulheres mineiras e brasileiras, tenham certeza de que vocês são especiais e que o Dia Internacional da Mulher existe porque vocês lutaram por ele. Parabenizo as queridas avós, que, muitas vezes, sustentam a família com sua aposentadoria, além de cuidarem dos netos enquanto suas filhas e filhos estão fora de casa, alimentando-os, vestindo-os com uniforme escolar e levando-os às escolas. Parabéns, vovós guerreiras e grandes vencedoras.

Parabenizo também a coragem das mães da Candelária, que continuam sofrendo. São mulheres corajosas, mas caledadas pelas injustiças. Também devemos lembrar-nos da mãe solteira, da mãe favelada e da mãe do campo.

Sra. Rosa Cristina, mãe do menino João Hélio, desejo-lhe muita força para suportar tão grande dor. Tenho certeza de que a união, o espírito de igualdade e a compreensão são fatores fundamentais para que homens e mulheres conduzam a humanidade rumo ao progresso, com justiça social, em busca da paz duradoura e de valores sólidos para a nossa sociedade. A todas as mulheres rendo minha homenagem, admiração e respeito, que sempre mereceram.

Em segundo lugar, na condição de Presidente da Frente Parlamentar das Indústrias e Extração Mineral do Estado de Minas Gerais, registro uma manifestação ocorrida ontem contra a MBR, mais precisamente por causa da Mina Capão Xavier. Respeitamos as manifestações, pois são democráticas, mas, às vezes, elas impedem o trabalho e não permitem que a empresa continue produzindo democraticamente. Não podemos ser a favor disso. Todos têm o direito de manifestar-se, desde que não atrapalhem o funcionamento das empresas, o que ocorreu ontem, trazendo prejuízos, já que 90% dessa empresa pertence à Vale do Rio Doce. E a Vale informou que aproximadamente 12.000t de minério de ferro deixaram de ser produzidas no período em que as manifestações, com barricadas e queima de pneus, atrapalharam o acesso da estrada do caminho que leva à empresa, impedindo a passagem dos caminhões de minério.

Não aconteceu nada grave e, com a chegada da polícia e do Sr. Manuel Costa, Secretário Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária, as coisas chegaram ao lugar e houve dispersão daquelas pessoas que estavam ali gerando transtorno ao funcionamento da empresa.

Não somos a favor do que é errado e injusto. Atualmente, o empresariado brasileiro, com raríssimas exceções ... se houver essas exceções... estaremos contra aqueles que não têm responsabilidade social, aqueles que não têm respeito ao meio ambiente.

É algo inerente ao empresariado brasileiro, porque hoje eles têm consciência disso, aliás isso nunca deveria ter acontecido ao longo de toda a existência do mundo, mas, infelizmente, sabemos que é algo impossível de ser evitado neste vasto mundo. Sabemos da existência de países desenvolvidos que estão contribuindo para essa quase futura destruição do planeta caso não haja uma tomada de posição muito séria em relação às alterações climáticas que estão acontecendo, principalmente pela evolução ou pela ganância de muitos países que não querem respeitar a necessidade de preparar o mundo para as gerações futuras. Então, vamos usufruir deste mundo sem destruí-lo para as próximas gerações.

Jamais, em hipótese nenhuma, vamos defender seja quem for que se posicionar dessa maneira. Em nome da frente parlamentar, é preciso trazer essa situação a este Plenário, visto que ela realmente prejudicou e trouxe prejuízo. A empresa deixou de cumprir as suas obrigações e os seus contratos para o exterior, o que é extremamente prejudicial.

O terceiro assunto que me traz a esta tribuna diz respeito à inauguração, pelo Governador Aécio Neves, da primeira parte da Linha Verde, ocorrida ontem, com a participação da administração municipal e a presença do Prefeito Fernando Pimentel. Apesar das divergências políticas, essa parceria é saudável e tem sido positiva para Belo Horizonte.

Foi com muita alegria que pudemos perceber ontem, quando o Governador entregou a primeira parte da obra à população de Belo Horizonte, o Boulevard Arrudas e a Praça Rui Barbosa, a grandiosidade desse projeto que é a Linha Verde. Trata-se de recursos do Estado aliado à participação da municipalidade de nossa Capital. Uma parceria um tanto quanto saudável. Sempre devemos pensar assim, ou seja, em superar divergências político-partidárias e ideológicas em benefício da comunidade. A necessidade do povo tem de falar sempre mais alto, e isso tem de ser feito de forma consciente.

Gostaria de parabenizar o Governador Aécio Neves. Sei da sua felicidade em trazer benefícios para a população. O referido trecho é grande, e outras fases serão entregues daqui para a frente. Esperamos, assim como o nosso Governador deseja, e se não houver algum fato imprevisível, a entrega total da Linha Verde até o meio deste ano.

O Deputado Wander Borges (em aparte)* - Prezado Deputado Doutor Viana, gostaria de parabenizá-lo por suas palavras, sobretudo no que se refere ao Dia Internacional das Mulheres. Afinal de contas, são elas as verdadeiras rainhas desta terra.

No que se refere ao Boulevard Arrudas, ontem também estive na inauguração e devo dizer que a referida obra foi uma das mais importantes já realizada na Capital mineira. E hoje tive a oportunidade de, na prática, sentir o que realmente é essa grande obra feita pelo governo do Estado, com a aquiescência da Prefeitura de Belo Horizonte e dos outros Municípios metropolitanos, que também têm sido parceiros do governo nessa caminhada.

Venho de Sabará pela MG-5, antiga BR-262, MG-262, e, ao passar pelo trevo da Avenida José Cândido da Silveira em direção à Avenida Cristiano Machado, qual não foi a nossa surpresa hoje, ao ver o trânsito fluindo às 7h30min, rapidamente. Antigamente fazia o mesmo percurso com 40 minutos, e hoje o fiz com 28. Isso demonstra claramente a comodidade, o benefício e sobretudo a segurança que essa obra está trazendo para todos os belo-horizontinos da Região Metropolitana.

Creio que, com o avançar dessas obras, haverá uma serenidade muito grande, principalmente para aqueles que utilizam o transporte coletivo, ou seja, os ônibus. A região do entroncamento da Rua Jacuí com a Av. Silviano Brandão era insuportável no horário da manhã. Espero que essas obras realmente tenham continuidade e possamos usufruir esse grande benefício que está sendo posto à disposição dos mineiros pelo governo do Estado. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sou eu que agradeço, nobre colega Deputado Wander Borges. Realmente V. Exa. acerta, quando afirma existir uma economia muito grande de tempo e combustível, o que beneficia todos nós. O governo sabe que teremos uma economia aproximadamente de 30 minutos para ir do Centro da cidade ao Aeroporto de Confins e às saídas para as cidades localizadas após a MG-10. Estamos muito alegres e não queremos deixar este momento passar em branco. Muitos ainda não sabem e, por meio da TV Assembléia, tomarão conhecimento de que esse trecho já foi entregue. Como disse V. Exa., com a entrega de parte dessas obras, o fluxo do trânsito já melhorou. Esse é o desejo do Governador; é isso o que todos queremos para o nosso povo. Havia ali realmente um gargalo. Se se saísse da Cristiano Machado e se fosse em

direção à Antônio Carlos, enfrentava-se outro problema.

Houve parceria entre os governos federal, estadual e municipal. Hoje, em Minas, o pensamento é trabalhar de mãos dadas, suplantando as divergências. Anteontem, o Governador se reuniu com representantes do governo federal, para buscar mais recursos não apenas para as estradas, mas para uma qualidade de vida melhor para o mineiro nas áreas da educação, da segurança, da saúde, e outras.

Quanto à questão da barricada ocorrida ontem contra a MBR, a Companhia Vale do Rio Doce lamentou e condenou os atos, com intenções políticas de interromper suas atividades, ameaçando a segurança de seus funcionários. Ela afirma que prevê investir neste ano quase R\$5.000.000.000,00 no País, e muito aqui em Minas Gerais, empregando em torno de 43 mil pessoas. Em 2006, seus investimentos na área socioambiental somaram R\$300.000.000,00, beneficiando 3 milhões de pessoas em 500 Municípios de todo o País. Estamos dizendo "em todo o País", porque a Vale não só realiza grandes obras no Estado de Minas Gerais, eminentemente de mineração, minério e minas, mas em outros Estados, e, como brasileiros, temos de valorizar o Brasil como um todo.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exa. a concessão deste tempo, para realizar um desejo e trazer esta mensagem ao povo do meu querido Estado de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 12/3/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Robson Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Selma Aparecida Morais do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Maria Zilah Campos para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Selma Aparecida Morais para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado José Henrique

nomeando Rosely de Moura Vieira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro

exonerando Sheila Nogueira Rosa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Tadeu Leite

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 28/2/07, que nomeou Elza Costa Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Camila Cristina Marcon para o cargo de nomeando Camila Cristina Marcon para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Ronaldo Magalhães

exonerando Celso Matosinho da Silva do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas;

nomeando Celso Matosinho da Silva para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

nomeando Claudia Martins Oliveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Edinair Francisco dos Santos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

nomeando Henrique Marri Pôssas para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas;

nomeando Roberto de Assis para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Vânia Cristina dos Anjos Souza para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado Wander Borges

nomeando Wady Meijon Fadul para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Alina Cintia Braga dos Santos Silva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Cláudia Vidal Assad de Carvalho para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Ethelka Vidal Assad Furtado de Carvalho para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª Vice-Presidência;

nomeando Miguel Angelo de Souza Lopes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Reginaldo Furtado de Carvalho para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Vice-Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2006

CONCORRÊNCIA Nº 5/2006

DECISÃO DO SENHOR DIRETOR-GERAL

Conheço da impugnação apresentada pela empresa Elevadores Atlas Schindler S.A. à Concorrência nº 5/2006, que se refere à contratação de empresa especializada de engenharia para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores e adequação de cabines. Todavia, decido por deferir em parte e indeferir as demais postulações constantes da impugnação, tendo em vista os fundamentos apresentados pela Gerência de Manutenção e Obras às fls. 199/200 e na Ata nº 9 da Comissão Permanente de Licitação, datada de 13/3/2007.

Belo Horizonte, 13 de março de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2007

Objeto: aquisição de vacinas de vírus inativo contra gripe.

Pregoeiro vencedor: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.

Belo Horizonte, 13 de março de 2007.

Paulo Henrique Chiarelli, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2007

Objeto: aquisição de materiais de pintura para uso em construção civil.

Pregoeiro vencedor: Casa & Tinta Comercial Ltda.

Belo Horizonte, 13 março de 2007.

Paulo Henrique Chiarelli, pregoeiro.